

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**DESEMPENHO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES DO
AGRONEGÓCIO DE MATO GROSSO DO SUL**

EDUARDO LUIS CASAROTTO

DOURADOS/MS

2013

EDUARDO LUIS CASAROTTO

**DESEMPENHO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES DO
AGRONEGÓCIO DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Grande Dourados – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, para obtenção do Título de Mestre em Agronegócios.

**ORIENTADOR: PROF. DR. CARLOS
EDUARDO CALDARELLI**

DOURADOS/MS

2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

338.1098171 Casarotto, Eduardo Luis.
C335d Desempenho da pauta de exportações do
agronegócio de Mato Grosso do Sul / Eduardo Luis
Casarotto – Dourados– MS : UFGD, 2013.
94 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Caldarelli.
Dissertação (Mestrado em Agronegócios)
Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Agronegócio – Mato Grosso do Sul. 2.
Agronegócio – Exportação. 3. Comércio agropecuário.
4. Agropecuária. I. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

EDUARDO LUIS CASAROTTO

**DESEMPENHO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO DE MATO
GROSSO DO SUL**

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR: Prof. Dr. CARLOS EDUARDO CALDARELLI - UEL

Prof. Dr. MAURÍCIO JORGE PINTO DE SOUZA - USP

Profa. Dra. SORAIA SANTOS DA SILVA – UFGD

Fevereiro de 2013

EDUARDO LUIS CASAROTTO

**DESEMPENHO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO DE MATO
GROSSO DO SUL**

Esta dissertação foi julgada e aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios com área de Concentração em Agronegócios e Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Grande Dourados.

Dourados (MS), ____ de _____ de ____.

Profa. ERLAINE BINOTTO, Dra.
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Prof. CARLOS EDUARDO CALDARELLI, Dr. (Orientador)
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. MAURÍCIO JORGE PINTO DE SOUZA, Dr.
Universidade de São Paulo - USP

Profa. SORAIA SANTOS DA SILVA, Dra.
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

DEDICATÓRIA

A Erlaine Binotto, minha esposa, pela compreensão nos momentos difíceis, pelo amor e companheirismo, pelo exemplo e principalmente por sua inesgotável paciência e entusiasmo ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Carlos Eduardo Caldarelli, por seu desempenho como orientador, e principalmente pelos novos conhecimentos e amizade.

Aos professores programa, pelo compartilhamento do conhecimento, apoio a aprendizagem, tanto em sala de aula, quanto no campo.

Aos técnicos administrativos – secretários do curso - Ludimylle Alves Apolinário e Anderson Rogério Molgora, pela atenção, auxílio e apoio dispensados.

Aos meus colegas de curso, pela compreensão, auxílio e companheirismo.

Aos demais professores e técnicos da FACE, pelo apoio e incentivo.

À CAPES pelo apoio financeiro.

Aos familiares e amigos, incentivadores incondicionais nesta jornada.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste estudo.

RESUMO

O estado de Mato Grosso do Sul foi responsável por 1,52% (US\$ 3,9 bilhões) das exportações brasileiras em 2011, sendo os principais segmentos as *commodities* agrícolas, minérios e produtos de origem animal. Deste modo, este estudo objetiva caracterizar o perfil exportador do agronegócio do estado, identificar quais segmentos possuem vantagens comparativas reveladas – competitividade, quem são os parceiros mais representativos, assim como o tipo de comércio que se realiza. A metodologia utilizada permitiu avaliar, a partir de dados *ex post*, o desempenho de competitividade dos segmentos do agronegócio, assim como os pontos fortes, fracos e neutros nas relações comerciais do estado. Foram utilizados os índices de Gini-Hirschman, de vantagem comparativa revelada (VCR), de contribuição para o saldo comercial (CS), de taxa de cobertura (TC) e de comércio intraindústria (ICI). Os resultados mostraram que as exportações possuem uma forte dependência do agronegócio, com predominância dos segmentos carnes, complexo soja, complexo sucroalcooleiro e celulose, com desconcentração por capítulos exportados e em relação aos destinos das exportações, sendo a China o principal. As exportações apresentam crescimento nos últimos quinze anos, porém a predominância dos segmentos do agronegócio vêm sendo reduzida, nos últimos anos. O comércio internacional do agronegócio no estado tem por base *commodities* e produtos com o uso intenso de recursos abundantes localmente. Isso possibilita a especialização da economia na produção de determinados bens, favorecendo ao estado, ganho de eficiência produtiva em larga escala, determinante para a competitividade no mercado internacional.

Palavras-chave: Agronegócio. Exportações. Competitividade.

ABSTRACT

The Mato Grosso do Sul state was accounted for 1.52% (\$ 3.9 billion) of Brazilian exports in 2011 consisting of agricultural and mineral commodities, and animal products. This study aims to characterize the profile of agribusiness exporter of state, identify which segments have revealed comparative advantage - competitiveness – Who is the most representative partners, as well as the type of trade that takes place. The methodology allowed to evaluate, from ex post data, the performance of competitive agribusiness segments, as well as the strengths, neutral and weaknesses in the trade relations of the state. The Gini-Hirschman indices, revealed comparative advantage (RCA), contribution to trade balance (CTB), coverage rate (CR) and intra-industry trade (IIT) were used. The results showed that exports have a strong dependence on agribusiness, segments meats, soybeans, sugarcane and cellulose complex predominantly, with deconcentration on chapters and towards export destinations, mainly China. The exports show growth over the last fifteen years, however, the predominance of agribusiness segments see being reduced in recent years. The base of the international agribusiness trade in the state of Mato Grosso do Sul are commodities and products with plentiful local resources use. This enables the specialization of the economy in the production of certain goods, favoring the state, gain productive efficiency in large scale, determinant to the international market competitiveness.

Keywords: Agribusiness. Exports. Competitiveness.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 Evolução anual da balança comercial brasileira e do agronegócio - 1989 a 2011 - (em US\$ bilhões).....	31
Figura 2 Principais destinos das exportações do agronegócio brasileiro em 2011.....	33
Figura 3 Principais destinos das exportações de Mato Grosso do Sul em 2011.....	39
Figura 4 Percentual de participação das dez primeiras empresas exportadoras em Mato Grosso do Sul – 2011.....	41
Figura 5 Participação do agronegócio nas exportações totais do Brasil e Mato Grosso do Sul no Período de 1997 a 2011 – em percentuais.....	54
Figura 6 Exportações de Mato Grosso do Sul no período de 1997 a 2011 – em milhões de Dólares.....	55
Figura 7 Evolução das exportações de Mato Grosso do Sul no período de 1997 a 2011 – em percentuais.....	56
Figura 8 Índice de concentração por capítulos das exportações do agronegócio de Mato Grosso do Sul.....	58
Figura 9 Índice de concentração por destinos (países) das exportações do agronegócio de Mato Grosso do Sul.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Principais produtos exportados – 2011.....	38
Quadro 2 Principais produtos importados – 2011.....	38
Quadro 3 Capítulos que compõe a pauta de exportações do agronegócio de Mato Grosso do Sul para este estudo.....	46
Quadro 4 Resultados dos indicadores de VCR, TC, CSC e IGL para os principais capítulo: das exportações para o mercado chinês.....	81
Quadro 5 Resultados dos indicadores de VCR, TC, CSC e IGL para os principais capítulo: das exportações para os Países Baixos.....	82
Quadro 6 Resultados dos indicadores de VCR, TC, CSC e IGL para os principais capítulo: das exportações para a Rússia.....	83
Quadro 7 Resultados dos indicadores de VCR, TC, CSC e IGL para os principais capítulo: das exportações para o Irã.....	84

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 Exportação do agronegócio brasileiro.....	32
Tabela 2 Balança comercial de Mato Grosso do Sul - US\$ 1.000.....	34
Tabela 3 Balança comercial do agronegócio em Mato Grosso do Sul – US\$ 1.000.....	35
Tabela 4 Exportações de Mato Grosso do Sul por fator agregado - US\$ 1.000.....	36
Tabela 5 Importações de Mato Grosso do Sul por fator agregado - US\$ 1.000.....	37
Tabela 6 Participação dos principais países no total das exportações por blocos econômicos.....	40
Tabela 7 Principais grupos de produtos industrializados exportados por Mato Grosso do Sul.....	42
Tabela 8 Desempenho dos capítulos do agronegócio de Mato Grosso do Sul - 1997 e 2011.....	59
Tabela 9 Principais países de destino das exportações do agronegócio de Mato Grosso do Sul.....	62
Tabela 10 Principais blocos de destino das exportações do agronegócio de Mato Grosso do Sul.....	63
Tabela 11 Vantagem Comparativa Revelada (VCR) do agronegócio sul-mato-grossense, por capítulos, de 1997 a 2011.....	65
Tabela 12 Taxa de Cobertura (TC) do agronegócio sul-mato-grossense, por capítulos, de 1997 a 2011.....	70
Tabela 13 Pontos Fortes, Fracos e Neutros do agronegócio sul-mato-grossense, por capítulos, de 1997 a 2011.....	73
Tabela 14 Contribuição para o Saldo Comercial (CSC) do agronegócio sul-mato- grossense, por capítulos, de 1997 a 2011.....	75
Tabela 15 Índice agregado de comércio – Brasil e Mato Grosso do Sul.....	78
Tabela 16 Índice de Comércio Intraindústria do agronegócio sul-mato-grossense, por capítulos, de 1997 a 2011.....	80

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 COMÉRCIO INTERNACIONAL E COMPETITIVIDADE	17
2.1.1 Comércio Internacional	17
2.1.2 Competitividade	21
2.2 AGRONEGÓCIO E AGROINDÚSTRIA.....	28
3 BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO	31
3.1 BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO.....	31
3.2 BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO SUL-MATO-GROSSENSE	34
4 METODOLOGIA	44
4.1 COMÉRCIO AGRÍCOLA E AGROINDUSTRIAL.....	44
4.2 FONTE DE DADOS	47
4.3 INDICADORES DE COMÉRCIO EXTERIOR E COMPETITIVIDADE.....	48
4.3.1 Concentração das exportações: Índice de Gini-Hirschman	48
4.3.2 Vantagem Comparativa Revelada	49
4.3.3 Contribuição para o Saldo Comercial	51
4.3.4 Taxa de Cobertura	52
4.3.5 Índice de Comércio Intraindústria: Índice Grubel - Lloyd	52
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	54
5.1 DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO SUL-MATO- GROSSENSE	54
5.2 ANÁLISE DOS INDICADORES DAS EXPORTAÇÕES DE MATO GROSSO DO SUL	57
5.2.1 Coeficiente de concentração das exportações por segmento: Índice de Gini- Hirschman (IGH)	57
5.2.2 Coeficiente de concentração das exportações por destinos: Índice de Gini- Hirschman (IGH)	61
5.2.3 Vantagem Comparativa Revelada (VCR)	64
5.2.4 Taxa de Cobertura (TC)	69
5.2.5 Contribuição para o Saldo Comercial (CSC)	74
5.2.6 Índice de Comércio Intraindústria: Índice de Grubel-Lloyd (IGL)	78

5.3 PARCEIROS COMERCIAIS – EXPORTAÇÕES - DE MATO GROSSO DO SUL	81
5.3.1 República Popular da China	81
5.3.2 Países Baixos (Holanda)	82
5.3.3 Federação da Rússia.....	83
5.3.4 República Islâmica do Irã.....	84
6 CONCLUSÕES.....	85
REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo caracterizar o perfil exportador do agronegócio de Mato Grosso do Sul. Especificamente, busca-se identificar quais segmentos possuem vantagens comparativas reveladas – competitividade, quem são os parceiros mais representativos, assim como o tipo de comércio que se realiza.

O agronegócio, no contexto atual, se apresenta de fundamental importância a diversos setores econômicos do país, com expressiva participação no comércio exterior e na geração de emprego e renda, alcançando um estágio de desenvolvimento que posiciona o Brasil como uma das nações mais competitivas no mundo na produção de *commodities* agrícolas (JANK; NASSAR; TACHINARD, 2005).

O processo de desenvolvimento do agronegócio brasileiro começa muito antes da conceituação do termo ser utilizada no país, uma vez que o cenário agrícola brasileiro começou a se transformar a partir das décadas de 1950/60, quando o país adotou um “novo” modelo de agricultura. Aproveitando-se do grande potencial territorial, pequenas unidades produtoras deram lugar a grandes lavouras monoculturais. Uma nova perspectiva de desenvolvimento agrário caracterizou o processo de expansão de grandes áreas de monoculturas a partir do sul, em direção ao centro e norte do país (ARAÚJO, 2003).

A agricultura brasileira se desenvolveu, tornou-se importante e competitiva em termos internacionais. Como resultado, pode-se observar o fortalecimento de grupos empresariais e produtores na expansão da indústria de insumos, de máquinas e implementos, assim como a necessidade de especialização do produtor e o aumento no investimento em pesquisas e desenvolvimento. Esses avanços contribuíram para que o país se tornasse um dos maiores produtores agrícolas do mundo (SOUZA; BONJOUR, 2009).

Segundo dados do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA (2010a), o Brasil possui uma área de 388 milhões de hectares de terras próprias para a agricultura, com altos níveis de produtividade e fertilidade. Estima-se que 90 milhões de hectares ainda não foram explorados. Aliado ao espaço territorial, tem-se uma situação climática diversificada, chuvas regulares e abundante energia solar, deve-se, também, mencionar que o país possui em torno de 13% da água doce disponível no planeta.

De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA,

2012), apesar do recuo de 5,84% em relação a 2008, o PIB do agronegócio brasileiro¹ fechou o ano de 2009 em R\$ 834,3 bilhões contra R\$ 886,1 bilhões em 2008, ou seja, em valores nominais, uma perda de R\$ 51,8 bilhões. Entretanto, o ano de 2010 recuperou em parte esta perda, atingindo R\$ 879,1 bilhões, em relação a 2009. Isso representa um crescimento de 5,37% entre 2009 e 2010. A agricultura foi responsável, em 2010, por R\$ 617,1 bilhões e a pecuária por R\$ 262,1 bilhões. O ano de 2011 apresentou um crescimento de 4,38% em relação a 2010, com o valor do PIB atingindo R\$ 917,7 bilhões. Sendo que a agricultura atingiu o valor de R\$ 638,9 bilhões e a pecuária o valor de R\$ 278,8 bilhões. EM 2011 o PIB do agronegócio representou 22,15% do PIB total do país que foi R\$ 4,1 trilhões.

Neste contexto, o estado de Mato Grosso do Sul se insere no cenário nacional, com mais de 60 mil estabelecimentos agropecuários, perfazendo mais de 30 milhões de hectares disponíveis para a agricultura, segundo dados do censo agropecuário de 2006. O PIB de Mato Grosso do Sul, em 2010, foi de R\$ 43,5 bilhões, que representam 1,2% da participação no PIB nacional, com crescimento real acumulado de 81,8% no período de 1995 a 2010 (IBGE, 2012a).

De acordo com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento da Ciência e Tecnologia (SEMAC, 2012), a participação da atividade primária (Agropecuária²) no PIB sul-mato-grossense foi de 15,45% em 2010. Em 2009, a agricultura alcançou valor bruto de produção de R\$ 4,4 bilhões, sendo que a produção de soja corresponde a 59,9%, cana de açúcar 18,79% e milho 11,74%. Os três cultivos juntos representam 90,43% do valor bruto de produção do estado.

Nos últimos anos, os dados do PIB e da balança comercial caracterizam o agronegócio como um dos principais segmentos mais produtivos da economia brasileira, no que concerne à geração de renda e divisas. De acordo com o CEPEA (2012), a participação do agronegócio no PIB nacional, 22,15% em 2011, auxilia a projeção da economia do país para o resto do

¹ CEPEA – PIB do Agronegócio: define-se o Produto Interno Bruto (PIB) como o valor da produção de bens e serviços finais, deduzindo-se o consumo intermediário. O cálculo do PIB da agropecuária e do agronegócio é feito pela ótica do valor adicionado, a preços de mercado, computando-se os impostos indiretos líquidos de subsídios e deduzindo-se a *dummy* financeira.

O PIB da agropecuária, composto pelas atividades da agricultura e da pecuária, indica o valor adicionado da produção primária - "dentro da porteira".

As variações acumuladas no ano são calculadas em relação aos valores consolidados do ano anterior, enquanto que as variações mensais indicam a contribuição do mês para a variação acumulada. Com base no exposto, deve-se chamar a atenção para o fato de que as estimativas mensais divulgadas são baseadas em índices de valor e não de volume como faz o IBGE com relação as suas estimativas do PIB trimestral (CEPEA, 2012).

² Agropecuária e composta pela somatória das contas de produção da Agricultura, da Silvicultura e do Extrativismo Vegetal, da Pecuária, da Pesca e da Produção de Origem Animal, conforme formula abaixo: Atividade = Σ VBP - Σ CI = VA (SEMAC, 2012).

mundo, uma vez que o posiciona entre os maiores produtores e exportadores, principalmente no que se refere à produção e exportação de alimentos.

Neste cenário, em 2010, o estado de Mato Grosso do Sul participou do comércio exterior brasileiro com 1,47% do total das exportações do país, equivalendo a cerca de US\$ 2,9 bilhões. Já a participação das importações foi de 1,86%, aproximadamente US\$ 3,4 bilhões. Observa-se que os principais itens de exportação do estado são as *commodities* agrícolas, minérios e produtos de origem animal (MDIC, 2011). Em 2011, as exportações alcançaram US\$ 3,9 bilhões, enquanto as importações chegaram a US\$ 4,5 bilhões, representando uma participação de 1,52% nas exportações e 1,99% das importações totais do país.

Desse modo, a questão de pesquisa que se apresenta é:

Quais produtos da pauta de exportação do agronegócio de Mato Grosso do Sul possuem maior competitividade e quais os principais parceiros comerciais e tipo de comércio predominante?

Este estudo justifica-se pela importância do agronegócio para o desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso do Sul, assim como pela emergente necessidade de identificar quais produtos da pauta de exportação do estado mais contribuíram para o saldo comercial do estado e pretende-se, também, identificar a característica desse comércio. A partir dessas informações, será possível verificar quais produtos possuem efetivamente vantagem comparativa revelada – competitividade. Ademais, cabe destacar a carência de estudos que enfoquem as relações comerciais para Mato Grosso do Sul. Cumpre mencionar a relativa escassez de estudos correlatos que enfoquem essa temática para o estado.

Esse estudo também ressalta a importância de se identificar o nível de especialização da economia e de concentração das exportações, em termos regionais, considerando-se tanto os produtos quanto os mercados de destinos.

Os resultados podem ser utilizados para o delineamento de políticas públicas e setoriais relacionadas a ações de estímulo a competitividade dos produtos do agronegócio de Mato Grosso do Sul, ao se identificar pontos fortes e fracos da relação de comércio exterior do estado.

Tendo-se o objetivo principal, são considerados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os principais segmentos que compõem a pauta de exportação do agronegócio de Mato Grosso do Sul.
- Mapear os principais destinos/parceiros destas exportações.

- Caracterizar o perfil competitivo dos principais itens da pauta de exportações do estado – competitividade *ex post* pela Vantagem Comparativa Revelada.
- Caracterizar o tipo de comércio realizado (inter ou intraindustrial).

O presente trabalho está organizado da seguinte forma. Após essa breve introdução, o capítulo 2 aponta a contribuição da dissertação para a literatura ao fazer uma revisão bibliográfica a respeito de comércio internacional e competitividade, assim como as definições de agronegócios e agroindústria. O capítulo 3 apresenta a evolução da balança comercial brasileira e sul-mato-grossense nos últimos anos, com maior ênfase no comércio internacional do estado. No capítulo 4, são descritos o embasamento teórico e metodológico, bem como fonte e tratamento dos dados. Os resultados obtidos pela aplicação dos índices propostos e a análise dos mesmos são apresentadas no capítulo 5. Por fim, no capítulo 6, são expostas as principais conclusões do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O comércio exterior desperta a atenção e preocupação a longa data. Segundo Kenen (1998), a origem do interesse pela área surge entre mercantilistas, em meados do século XVI. Os primeiros estudos científicos na área foram desenvolvidos por David Hume, Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, que, apesar de serem chamados de “velhas ideias”, continuam altamente relevantes para a economia mundial do século XXI (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010). Deste modo, a compreensão dos determinantes do comércio e da competitividade internacional permite compreender o papel do comércio externo para o crescimento da economia de uma determinada região.

Segundo Hunt (2005), o crescimento da produtividade agrícola permitiu atender a demanda interna por alimentos e produtos industrializados, assim como atender o mercado externo a partir dos excedentes gerados pelo consumo interno. A produtividade agrícola, as melhorias ocorridas nos sistemas de energia e transporte facilitaram a produção e venda de bens em grande escala e com maior lucratividade. Deste modo, fortalecendo a expansão comercial em longas distâncias, iniciando-se assim o que se convencionou chamar comércio exterior.

2.1 COMÉRCIO INTERNACIONAL E COMPETITIVIDADE

Esta seção tem por objetivo, primeiramente, apresentar, de forma sucinta, considerações a respeito das principais teorias sobre comércio internacional; em segundo, discutir e conceituar competitividade, e, por último, apresentar o resumo de alguns trabalhos que utilizam o método das vantagens comparativas reveladas.

2.1.1 Comércio Internacional

Em 1776, Adam Smith, defensor do livre comércio, publicou sua principal obra, “A Riqueza das Nações” com objetivo claro de atacar o conjunto de ideias mercantilistas que eram defendidas e implementadas pela elite econômica da época. Os mercantilistas acreditavam que tanto mais rica seria uma nação quanto maiores fossem sua população e seus estoques de metais preciosos. Desta maneira, o estado deveria tomar providências para facilitar as exportações, uma vez que os pagamentos internacionais eram feitos com ouro e

prata e, por outro lado, dificultar ou até mesmo proibir as importações (CARVALHO; SILVA, 2004).

Segundo Smith, a falha dos mercantilistas estava em não perceber que uma troca deveria beneficiar as duas partes envolvidas no negócio, sem que ocorresse, necessariamente, um déficit para uma das partes (CARVALHO; SILVA, 2004). Smith defendia que a riqueza de uma nação devia ser medida em termos de produção e consumo de sua população e não pela quantidade de metais preciosos armazenados.

Para Oliveira (2007), Smith quando considera a riqueza como capacidade de compra, coloca o comércio internacional como fomentador de bem-estar para a sociedade, na medida em que permite a aquisição de produtos do exterior para atender as necessidades dos indivíduos, assim como a expansão do comércio internacional permite a ampliação dos mercados consumidores dos produtos da economia nacional.

De acordo com Carvalho e Silva (2004), o livre comércio defendido por Smith promove o aumento da produção através da especialização. Assim, um país que produzisse dada mercadoria a um custo mais baixo que os outros países e tirasse proveito da especialização e das trocas comerciais, estaria gerando algum tipo de vantagem absoluta. De um modo simplificado: um país deve exportar aquilo que consegue produzir a um menor custo e importar aquilo que produz com custo maior.

Entretanto, um questionamento coloca a teoria das vantagens absolutas à prova. Se um país não fosse capaz de produzir nenhuma mercadoria a custos menores que seus parceiros, ficaria fora do comércio internacional? Tal questionamento não era explicado pela teoria das vantagens absolutas e, em 1817, David Ricardo apresentou a teoria das vantagens comparativas, onde explicava o comércio entre parceiros sem vantagem absoluta na produção de nenhum bem, demonstrando que não são os custos absolutos os mais importantes, mas sim os custos relativos ou comparativos, que são determinados pela produtividade do trabalho (CARVALHO; SILVA, 2004).

Assim, segundo Krugman e Obstfeld (2010), a teoria das vantagens comparativas justificaria a participação de um país que não possua alguma vantagem absoluta no comércio internacional, na medida em que o custo de oportunidade da produção de determinado bem, em relação aos demais bens produzidos, seja menor neste país do que nos outros. Nações menos eficientes na produção de vários bens teriam estímulos para a realização de trocas comerciais, desde que existissem diferenças internacionais de custos relativos de produção. Desta forma, as diferenças internacionais das estruturas de custos e preços existentes serão refletidas pelo fluxo internacional do comércio.

Carvalho e Silva (2004) citam que a teoria das vantagens comparativas possui limitações, uma vez que o trabalho – único fator de produção relevante – apresenta níveis de produtividade diferentes entre os países, por consequência os bens possuem custos de produção diferentes. A esse fato, Ricardo não apresentou nenhuma justificativa. Uma resposta razoável surgiu no início do século XX quando foi desenvolvida a abordagem de dotação dos fatores, teoria da proporção dos fatores ou modelo de Heckscher-Ohlin. A nova abordagem teórica, também chamada de teoria da proporção dos fatores, afirmava que: cada país se especializa e exporta o bem que requer utilização mais intensiva de seu fator de produção abundante.

De acordo com a teoria da proporção dos fatores, o comércio exterior seria influenciado pela abundância relativa dos fatores de produção. De acordo com essa abordagem teórica, o comércio internacional é motivado basicamente por diferenças entre fatores de produção disponível nos países. As diferenças nas proporções da disponibilidade dos fatores de produção nos diferentes países e na proporção em que tais fatores são alocados para a produção de bens justifica, então, a chamada teoria da proporção dos fatores (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

A teoria de Heckscher-Ohlin é baseada numa série de pressupostos, sendo que os mais importantes são:

a) Consideram-se dois países que produzem dois bens a partir de dois fatores de produção. Esse teorema também é conhecido como modelo 2 x 2 x 2: dois países, dois bens e dois fatores.

b) A tecnologia de produção é idêntica para os países, significando que as funções de produção também são idênticas. A função de produção de um dos bens é intensiva em trabalho, e do outro bem é intensiva em capital, para uma mesma relação de preços dos fatores.

c) As preferências dos consumidores são as mesmas nos dois países.

A partir desses pressupostos, é possível apresentar a teoria de Heckscher-Ohlin através de três teoremas:

1) Teorema de Heckscher-Ohlin: cada país se especializa e exporta o bem cuja produção emprega seu fator abundante.

2) Teorema de Heckscher-Ohlin-Samuelson: o comércio equaliza os preços dos fatores de produção.

3) Teorema Stolper-Samuelson: o comércio beneficia o fator de produção abundante em cada país, em detrimento do fator escasso (CARVALHO; SILVA 2004).

Krugman e Obstfeld (2010) ponderam que, de um modo geral, o comércio internacional é saudável para as nações, pois existem ganhos, ou seja, a venda e compra de produtos e serviços geram benefícios mútuos. Um equívoco comum ocorre ao se pensar que o comércio é prejudicial a um ou outro país quando ocorrem grandes disparidades relacionadas à produtividade ou salários. O modelo das vantagens comparativas mostra que é possível a realização de comércio com benefícios mútuos entre países com diferentes graus de eficiência produtiva. Da mesma forma, traz benefícios, quando permite que países exportem bens produzidos com intenso uso de recursos locais abundantes e importem bens que utilizem, na sua produção, recursos locais escassos de forma intensiva, como demonstrado pela teoria Hecksher-Ohlin. O comércio internacional ainda possibilita aos países a especialização na produção de uma gama mais restrita de bens, dessa forma, proporciona a estes, maior eficiência na produção de larga escala.

As relações econômicas internacionais abrangem nações soberanas, e estas têm liberdade para determinarem suas políticas econômicas. Assim, devido à integração econômica mundial existente, as políticas econômicas de um país afetam os demais parceiros ou possíveis parceiros comerciais. Frequentemente, os diferentes objetivos entre países resultam em conflitos de interesse. Mesmo quando os objetivos têm a mesma natureza, existe a necessidade de coordenação das políticas econômicas a fim de se evitar perdas para as partes envolvidas. Para solucionar este problema de harmonização entre o comércio internacional e as políticas monetárias de diferentes países, é necessária a mediação de uma autoridade mundial que determine e regule os procedimentos de comércio internacional (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Em 1947, foi estabelecido o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (*GATT – General Agreement on Tariffs and Trade*) com o objetivo de harmonizar as políticas aduaneiras dos Estados signatários. Com base nesse acordo, em 1994, foi estabelecida a Organização Mundial do Comércio (OMC), que tem a função de firmar, gerenciar e supervisionar acordos comerciais entre os membros da organização (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Para Caldarelli, Câmara e Sereia (2009), o estudo das teorias do comércio internacional busca delimitar a motivação do comércio entre nações, mas a evolução das relações comerciais entre países revela que a competitividade é apontada como importante causa e efeito do comércio entre nações. A ideia de competitividade está presente nas teorias clássicas, tradicionais e modernas do comércio internacional, mas o estudo desse aspecto tem sido tratado como secundário.

A seguir, aprofunda-se a análise das teorias de competitividade que complementam a análise das teorias do comércio entre nações, evidenciando Porter (1986), quando, ao contestar as teorias clássicas, propõe que em uma nova abordagem, que vai além do conceito de vantagem comparativa, concentra-se na vantagem competitiva dos países e, desse modo, reflete, o conceito de competição, que inclui a segmentação de mercado, diferenciação de produtos, diversidade tecnológica e economias de escala.

2.1.2 Competitividade

Nas últimas décadas, ocorreu uma intensificação da competição em quase todas as partes do mundo. Em muitos países, os mercados eram protegidos e prevaleciam posições de dominação e a concorrência, quando existia, era menos intensa, pois as pressões governamentais e os cartéis enfraqueciam a competição. A ausência de competição é facilmente associada a países em desenvolvimento, entretanto, nos países mais avançados, a ruptura de poderosos grupos empresariais e cartéis, aliadas ao acirramento da competição, contribuíram para o progresso econômico de vários países após a Segunda Guerra Mundial. Em muitos casos a competição interna acirrada impulsionou o desenvolvimento de setores nessas economias (PORTER, 1999).

Ainda, de acordo com o referido autor:

Poucos são os setores remanescentes em que a competição ainda não interferiu na estabilidade e na dominação dos mercados. Nenhuma empresa e nenhum país têm condições de ignorar a necessidade de competir. Todas as empresas e todos os países devem procurar compreender e exercer com maestria a competição (PORTER, 1999, p. 8).

A formulação de uma estratégia competitiva tem que essencialmente relacionar uma empresa ao seu meio ambiente, mesmo que este seja muito amplo na medida em que abrange forças sociais e econômicas. Neste ambiente, a empresa deve ter seu foco principal naqueles com quem ela compete, dado que as estruturas empresariais possuem forte influência na determinação das regras competitivas e das estratégias potencialmente disponíveis. As forças externas se mostram relativamente significativas, uma vez que, geralmente, afetam todas as empresas. Desta forma, o ponto básico está nas diferentes habilidades que cada empresa possui em lidar com elas (PORTER, 1986).

Para Callado e Moraes Filho (2011), é difícil estabelecer uma definição precisa, abrangente e útil para a competitividade. Em economia, pode-se definir como sendo a capacidade sustentável de sobreviver e, de preferência, crescer nos mercados concorrentes ou

em novos mercados através de um sistema de informações com capacidade de suprir as necessidades gerenciais originadas de um planejamento de longo prazo. Sendo assim, por esta definição, a competitividade é uma medida de desempenho dependente de relações sistêmicas das empresas, uma vez que as estratégias podem ser impedidas por gargalos de coordenação vertical ou logística. Jank e Nassar (2000), ao comentar sobre a competitividade dos sistemas agroindustriais causada pela globalização, afirmam que ela pode estar dividida em três grandes blocos:

- capacidade produtiva/tecnológica – relacionada às vantagens de custos que são reflexos da produtividade dos fatores de produção e/ou logística;
- capacidade de inovação – relacionada aos investimentos públicos ou privados em ciência, tecnologia e formação de capital humano e
- capacidade de coordenação – capacidade de receber, processar, difundir e utilizar informações de modo a definir e viabilizar estratégias competitivas (inovação de produtos e processos, diferenciação e segmentação), efetuar controles e reagir às mudanças no meio ambiente.

Ter uma ampla compreensão a respeito destas variáveis é de vital importância na elaboração de políticas específicas para criar condições favoráveis que tornem possível o desenvolvimento de estratégias organizacionais (JANK; NASSAR, 2000).

Segundo Porter (1986), uma indústria se torna global devido à existência de vantagens econômicas, ou outras, para que uma empresa possa competir de maneira coordenada em vários mercados nacionais. Assim como existem obstáculos, também existe uma série de fontes diferenciadas desta vantagem estratégica global. Tais fontes têm origem, basicamente, a partir de quatro causas: vantagem comparativa convencional, economias de escala ou curvas de aprendizagem, vantagens decorrentes da diversificação do produto e o caráter de bem público da tecnologia e das informações do mercado:

No que tange à vantagem comparativa o referido autor pondera:

A existência de vantagem comparativa é um determinante clássico da concorrência global. Quando um país ou países possui vantagens significativas quanto ao fator custo e ao fator qualidade empregadas na fabricação de um produto, esses países são os locais de produção e as exportações fluem daí para outras partes do mundo. Nessas indústrias, a posição estratégica da empresa global nos países com uma vantagem comparativa é crucial para a sua posição a nível mundial (PORTER, 1986, p. 260).

De acordo com Jank e Nassar (2000), em uma economia aberta, o problema da competitividade não está limitado aos produtos exportáveis ou exportados, uma vez que o mercado interno é fortemente afetado pela concorrência das importações de produtos e pela

dinâmica de entrada de novas empresas multinacionais. Assim, a competitividade, como capacidade de sobrevivência e crescimento nos mercados, é resultado das estratégias competitivas adotadas, incluindo-se, neste caso, controle de custos, produtividade, pesquisa/desenvolvimento e capacitação, dentre outras variáveis.

Para um país ser competitivo, ele depende da capacidade de sua indústria em inovar e melhorar, uma vez que as empresas alcançam posições de vantagens frente aos melhores competidores globais, em função das pressões e dos desafios a que são submetidas. A existência de rivais internos poderosos, fornecedores nacionais agressivos e clientes locais exigentes trazem benefícios a estas empresas quando da sua inserção no mercado externo (PORTER, 1999).

Para Porter (1999), na medida em que os fundamentos da competição se posicionam, cada vez mais, nas áreas da criação e assimilação do conhecimento, cresce a importância dos países, sendo a vantagem competitiva gerada e sustentada através de um processo altamente localizado. Ainda, de acordo com o referido autor:

As diferenças nos valores nacionais, a cultura, as estruturas econômicas, as instituições e a história são fatores que contribuem para o êxito competitivo. Em todos os países constam-se disparidades marcantes nos padrões de competitividade. Nenhum país é capaz de competir em todos e nem mesmo na maioria dos setores (PORTER, 1999, p. 168).

Segundo Muller (2006), a grande diversidade de conceitos existentes busca traduzir o que é competitividade no campo econômico, social, político, cultural e tecnológico. O autor destaca a dimensão dos lucros, do mercado e da sustentabilidade. Com isso, gerando no campo da economia certa complexidade dos significados e perspectivas que determinam o uso do conceito.

Do ponto de vista de Haguenuer (1990, p. 327-328):

Apesar da referência obrigatória na literatura recente de política industrial, a análise do desempenho e as perspectivas da indústria, os distintos autores não percebem a competitividade da mesma maneira. As diferenças resultam de bases teóricas, percepções da dinâmica industrial e até de ideologias diversas, e tem implicações para a avaliação da indústria e das propostas de política que se formulam.

Para Muller (2006), até mesmo, autores como Abbot e Bredahl (1992), estudiosos das teorias do comércio internacional, sentem-se desconfortáveis ao tentar explicar o que determina os padrões observados de produção e de comércio entre os países. Após inúmeros estudos das definições, conceitos e temas da competitividade, Abbot e Bredahl (1992, p. 19-20) apud Muller (2006) concluem que:

a avaliação da competitividade requer uma perspectiva que vá mais além dos limites da teoria do comércio tradicional para determinar um padrão de comércio e como este é influenciado pela estratégia da firma e pela intervenção governamental.

Identificamos inúmeros fatores ademais do preço competitivo, e nos deparamos com distintos níveis de análise. Vemos como inútil a investigação de um novo paradigma para substituir a teoria tradicional de comércio, mas reconhecemos a importância política de uma nova teoria “estratégica” de comércio. Uma importante lição que provém desta literatura é que setores industriais específicos têm importância.

Abbot e Bredahl (1992), apud Muller (2006) apontam, também, a necessidade de estudos de casos detalhados por estrategistas de negócios, com objetivo de complementar os enfoques teoricamente rigorosos, que têm por base a teoria do equilíbrio geral e altamente agregada em termos macroeconômicos e de comércio.

Para Caldarelli, Câmara e Sereia (2009), a produtividade está no centro da conceituação de competitividade sendo que ambas, produtividade e competitividade, são frutos da utilização e disseminação de inovações tecnológicas, institucionais e organizacionais, envolvendo aspectos internos à firma como a gestão da produção e da inovação em processos, produtos e na própria gestão empresarial. Assim como a forma como a empresa se articula com rivais (elos horizontais que envolvem a superação da rivalidade e conduzem a alianças estratégicas) e empresas com as quais estabelece elos verticais (fornecedores) e multilaterais (instituições, universidades, governos nas diferentes instâncias, centros de pesquisa).

Farina (1999) comenta sobre a necessidade da articulação de ações cooperativas entre rivais, fornecedores, distribuidores, institutos de pesquisa públicos ou privados como meio de capacitar uma ação estratégica para ganhar eficiência e competitividade. Verifica-se o crescente reconhecimento de que a coordenação e cooperação tanto vertical quanto horizontal são importantes na vitalidade da concorrência. Assim, de acordo com a autora, a competitividade é, portanto, o resultado de políticas públicas e privadas, individuais e coletivas, e não depende apenas da excelência de sua gestão.

Deste modo, mesmo que as vantagens competitivas se estabeleçam por meio das empresas, estas empresas estão baseadas em um determinado território, que geram determinantes influenciadores de competitividade para a empresa e conseqüentemente ao território. Assim, pode-se definir que a vantagem competitiva de uma nação é determinada pelas características decisivas que permitem às empresas/indústrias, baseadas em seu território, criar e manter vantagens competitivas em determinados campos (COUTINHO et. al., 2005).

Do ponto de vista de Ferraz, Haguernauer e Kupfer (1996), é comum, nos estudos sobre competitividade, a ausência de um consenso em relação à definição do conceito, assim como em relação às metodologias mais adequadas de avaliação. Do mesmo modo, boa parte

desses estudos aborda a competitividade como sendo um fenômeno relacionado diretamente às características de desempenho ou de eficiência técnica e alocativa de empresas e produtos, considerando a competitividade das nações como a agregação desses resultados.

Para Pinheiro, Moreira e Horta (1992), a competitividade das exportações é determinada por diversos fatores como: a tecnologia disponível e quão eficiente é sua utilização; os preços internos dos insumos de produção; a taxa de câmbio e de paridade entre os parceiros comerciais; as distâncias dos países competidores; os custos de transportes e portuários; os incentivos e subsídios internos e externos à exportação; as barreiras tarifárias e não tarifárias dos importadores; a qualidade do produto; do tipo de financiamento à produção e comercialização; os gastos dos consumidores; etc. Essa multiplicidade e diversidade de variáveis influenciadoras da competitividade permitem as mais variadas definições desse conceito, associando-o a diferentes indicadores. Isso expõe não somente a falta de consenso na literatura sobre o significado de competitividade, como as ambiguidades e dificuldades encerradas por esse conceito.

Em linhas gerais, Pinheiro, Moreira e Horta (1992) indicam ser possível distinguir três conceitos diferentes para avaliar o grau de competitividade de uma economia: conceitos de desempenho, macro e de eficiência.

O conceito de desempenho associa a competitividade de um país à performance deste no mercado internacional, uma vez que se trata de um conceito amplo, mas que não procura identificar os fatores determinantes da competitividade.

A sua principal vantagem estaria na facilidade de construção de indicadores como, por exemplo, a participação do país no comércio internacional e o saldo de sua balança comercial. Uma medida sofisticada desse conceito consiste na sua obtenção por resíduo, descontando-se o efeito do crescimento do comércio mundial, o efeito composição da pauta -- concentração da pauta em produtos que apresentam taxas de crescimento mais elevadas (ou menores) que a média de todos os produtos -- e o efeito destino das exportações, que representa os ganhos (ou perdas) em termos de taxa de crescimento devidos ao fato de o país exportar mais (ou menos) dinâmicos (PINHEIRO; MOREIRA; HORTA, 1992).

O conceito de desempenho ou competitividade revelada *ex post* está relacionada às vantagens comparativas, sendo estabelecidas de forma indireta através dos fluxos de comércio internacional. Sendo assim, expressam a participação de mercado (*market share*), tendo por base transações comerciais já ocorridas (*ex post*), revelando em que são competitivas as empresas, indústrias ou países que ampliaram sua participação na oferta de determinado produto em certo momento do tempo (HAGUENAUER; FERRAZ; KUPFER, 1996).

Desta forma, considera-se viável para a elaboração deste trabalho a utilização do conceito de competitividade, vista como desempenho (competitividade revelada *ex post*), uma

vez que, segundo Ferraz, Haguernauer e Kupfer (1996), a competitividade, de alguma forma, está expressa na participação alcançada por uma firma, setor ou nação em um mercado em determinado momento. Assim como por ser a competitividade uma variável *ex post* sintetizadora dos fatores preço e não preço.

Alguns estudos acadêmicos foram desenvolvidos nos últimos anos, utilizando o indicador de vantagem comparativa revelada (VCR), que, associado a outros indicadores de medida *ex post*, possibilitam analisar a competitividade de um determinado setor, embora, geralmente, tais estudos sejam restritos a um produto, indústria ou setor específico. Dentre os trabalhos realizados pode-se citar:

1) *Competitividade do complexo cafeeiro: uma análise a partir do market share e das vantagens comparativas reveladas simétricas* (SEREIA; CAMARA; ANHESINI, 2011). Este estudo teve como objetivo analisar o comportamento dos principais indicadores de comércio exterior do complexo cafeeiro brasileiro entre 1990 e 2007. Os procedimentos metodológicos utilizados para verificar a existência de vantagens e analisar os indicadores de comércio exterior foram o modelo *Constant Market Share* e as vantagens competitivas reveladas simétricas (CRVS) do café brasileiro (verde, torrado, solúvel e especial) em relação aos países concorrentes. O referido estudo concluiu que o complexo cafeeiro é competitivo, especializado na exportação de café verde, porém com baixa participação nos mercados de café torrado, solúvel e bebidas que contém café.

2) *Competitividade e Padrão de Especialização do Fluxo Industrial de Comércio Exterior do Paraná, 1996 a 2008* (COSTA et. al., 2010). Neste trabalho, foram analisados o comportamento e a estrutura do fluxo comercial externo de produtos industriais do Paraná no período de 1996 a 2008, com objetivo de identificar os produtos com vantagens comparativas, analisar o grau de concentração por produtos e por blocos de destino, bem como verificar o tipo de comércio exterior praticado no estado. O estudo conclui que a economia industrial paranaense possui vantagem comparativa em poucos setores, apresentando uma estrutura produtiva e exportadora diversificada, com relativa dependência em relação aos destinos de suas exportações, sendo predominante o comércio do tipo interindustrial.

3) *Transformações do agronegócio de Mato Grosso: uma análise de indicadores de comércio exterior no período de 1997 a 2007* (SOUZA; BONJOUR, 2009). O objetivo do trabalho foi analisar a competitividade da agroindústria de Mato Grosso e investigar a especialização da agroindústria no estado, detectando os pontos fortes e pontos fracos a partir dos indicadores vantagem comparativa revelada, taxa de cobertura e índice de contribuição ao saldo comercial para explicar a evolução dos diferentes produtos da agroindústria do estado.

Procurou-se, também, identificar os pontos fortes do agronegócio mato-grossense através dos resultados da vantagem comparativa revelada e da taxa de cobertura, onde se identificou que a partir do ano de 1999 houve aumento de capítulos identificados como pontos fortes na economia do estado.

4) *Exportações do Rio Grande do Norte: estrutura, vantagens comparativas e comércio intraindustrial* (SILVA; MONTALVÁN, 2008). O objetivo deste trabalho foi analisar o comportamento e a estrutura do setor exportador do Rio Grande do Norte, identificando os produtos com vantagens comparativas reveladas. Assim como mensurar os graus de concentração de produtos e os destinos das exportações, o tipo de comércio e os setores fortes da pauta de exportações. Os resultados revelaram a existência de alta concentração em poucos produtos primários e mercados de destinos, além da fraca participação de produtos manufaturados exportados, mostrando, ainda, que o comércio internacional do estado é do tipo interindustrial, ou seja, exporta produtos primários e importa manufaturado.

5) *Transformações recentes do agronegócio mineiro: uma análise de indicadores de comércio exterior no período de 1996 a 2006* (ROCHA; LEITE, 2007). O propósito deste trabalho foi analisar a especialização e a competitividade da agroindústria do estado de Minas Gerais e sua contribuição para a expansão das exportações brasileiras. Para isso, foram utilizados alguns indicadores baseados nos fluxos comerciais, os quais permitem identificar a tendência da especialização no mercado internacional. A análise demonstrou a diversificação do agronegócio mineiro, iniciada a partir de 1999, com o aumento de capítulos identificados como ponto forte na economia. O estado manteve a competitividade dos setores tradicionais, como café e madeira e ainda diversificou a sua produção para outros setores com maior valor agregado.

Os trabalhos apresentados corroboram a importância da identificação dos setores produtivos de uma determinada região que obtém vantagens competitivas no mercado internacional. A identificação destes setores permite um melhor planejamento das ações governamentais que possibilitam a um país ou região obter vantagens competitivas sobre os demais na produção em determinados setores.

2.2 AGRONEGÓCIO E AGROINDÚSTRIA

As primeiras civilizações viviam agrupadas em bandos que vagavam de uma região para a outra conforme a disponibilidade de alimentos. Com o passar do tempo estes grupos nômades descobrem que, lançando sementes ao solo, domesticando e criando em cativeiro alguns animais silvestres, poderiam se fixar aos lugares por eles escolhidos, iniciando-se, assim, o que denominamos de atividade agropecuária. A formação de comunidades, a partir da fixação do homem à terra, propicia o surgimento de organizações com os mais diferentes modos de produção, a partir da versatilidade dos trabalhadores de executarem tarefas variadas de acordo com o período e a necessidade (ARAÚJO, 2003).

Para o referido autor, era comum até meados do século passado que as propriedades rurais fossem muito diversificadas devido à integração das atividades primárias com as atividades industriais, isso ocorria, principalmente, pela carência de infraestrutura. Ainda de acordo com Araújo (2003), neste período, o conceito de setor primário ou de agricultura ficou sem sentido, pois deixa de ser exclusivamente rural, agrícola, ou primário passando a depender de serviços, máquinas e insumos que vêm, de fora da propriedade. Neste novo cenário, surge a necessidade de adoção de um conceito que integrasse todos esses novos fatores.

Em 1957, na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, os professores John Davis e Ray Goldberg conceituaram a “nova” realidade da agropecuária como *agribusiness*. Tal conceito é defendido pelos autores como

conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários “*in natura*” ou industrializados (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p. 2).

O conceito de *agribusiness* foi adotado de forma generalizada no Brasil, sem tradução, mesmo que literal, para a Língua Portuguesa. Somente a partir de meados da década de 1990, a expressão agronegócios começa a ser aceita e adotada em livros-textos e jornais (ARAÚJO, 2003).

O conceito de agronegócios, definido por Davis e Goldberg, estende-se para além dos limites espaciais da propriedade rural, abrangendo os processos de fabricação, distribuição e consumo de produtos “*in natura*” e industrializados. Sendo assim, de acordo com Parré et. al. (2001), a agroindústria é parte integrante do agronegócio, pois é o setor que processa ou transforma matérias-primas em produtos elaborados, adicionando valor ao produto. A

definição do termo agroindústria vem ocorrendo de diversas maneiras compreendendo diferentes ramos industriais, com isso, diversificando a abrangência do conceito.

A conceituação de Hoffmann et. al. (1985) apud Parré et. al. (2001) diz que um estabelecimento comercial para ser considerada agroindústria, deve utilizar predominantemente matéria-prima de origem agrícola. Porém, quanto a essa afirmação, Parré et. al. (2001, p. 2) questiona quanto ao grau de beneficiamento desta matéria-prima:

Será considerada como agroindústria apenas aquela que efetua a primeira transformação da matéria-prima (como a secagem, ou a limpeza, ou o beneficiamento), ou se incluirá também aquela que utiliza a matéria-prima já preparada e efetua a sua transformação em algum produto acabado ou semiacabado?

Em resposta ao questionamento, os autores concluem ser teoricamente mais adequado considerar apenas a primeira transformação sofrida pelo produto. Entretanto, deve-se considerar que um mesmo estabelecimento industrial efetue as duas fases da transformação. Deste modo, pode existir certo grau de integração na indústria que não permite isolar, na prática, somente a primeira fase de beneficiamento da matéria-prima agrícola (PARRÉ, et. al. 2001).

Lourenço (2010, p. 25) conceitua agroindústria como um “conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura”. O autor observa que, em uma linguagem mais rural, pode-se dizer que as atividades da agroindústria classificam-se em: atividades antes da porteira, atividades dentro da porteira e atividades depois da porteira – segmentos a montante e a jusante.

Para Araújo (2003, p. 91), “as agroindústrias são as unidades empresariais onde ocorrem as etapas de beneficiamento, processamento e transformação de produtos agropecuários “*in natura*” até a embalagem, prontos para comercialização”, envolvendo diferentes tipos de agentes econômicos, como comércio, agroindústrias, prestadores de serviços governo e outros. O autor ainda aponta a existência de dois grupos distintos de agroindústrias:

- agroindústrias não alimentares: como fibras, couros, calçados, óleos vegetais não comestíveis e outras e
- agroindústrias alimentares: voltadas para a produção de alimentos (líquidos e sólidos), como sucos, polpas, extratos, lácteos, carnes e outros.

A agroindústria destaca-se no país, constituindo-se num dos segmentos mais importantes do setor industrial brasileiro. Por ser o setor agroindustrial de alimentos o mais

interiorizado, ou seja, ficando o mais próximo possível da área rural, é responsável pela promoção de benefícios como:

- a) maior integração do meio rural com a economia de mercado;
- b) especialização da agricultura com a consequente redução de custos na produção;
- c) padronização da produção;
- d) processamento industrial;
- e) redução dos índices de perdas pós-colheita;
- f) regularização do abastecimento, por meio da sazonalidade da oferta, inerente à maioria dos produtos agropecuários (LOURENÇO, 2010).

3 BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO

Este capítulo tem por objetivo apresentar o desempenho da balança comercial do agronegócio no Brasil e em Mato Grosso do Sul, a partir de informações coletadas junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) e Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS).

3.1 BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O comércio internacional brasileiro apresentou, nos últimos anos, saldo favorável ao país, ou seja, o valor das exportações supera o valor das importações. Este *superávit* também aconteceu em relação ao comércio do agronegócio, consolidando o país como um dos principais exportadores mundial deste setor.

A evolução da balança comercial brasileira e da balança comercial do agronegócio brasileiro pode ser observada graficamente na Figura 1.

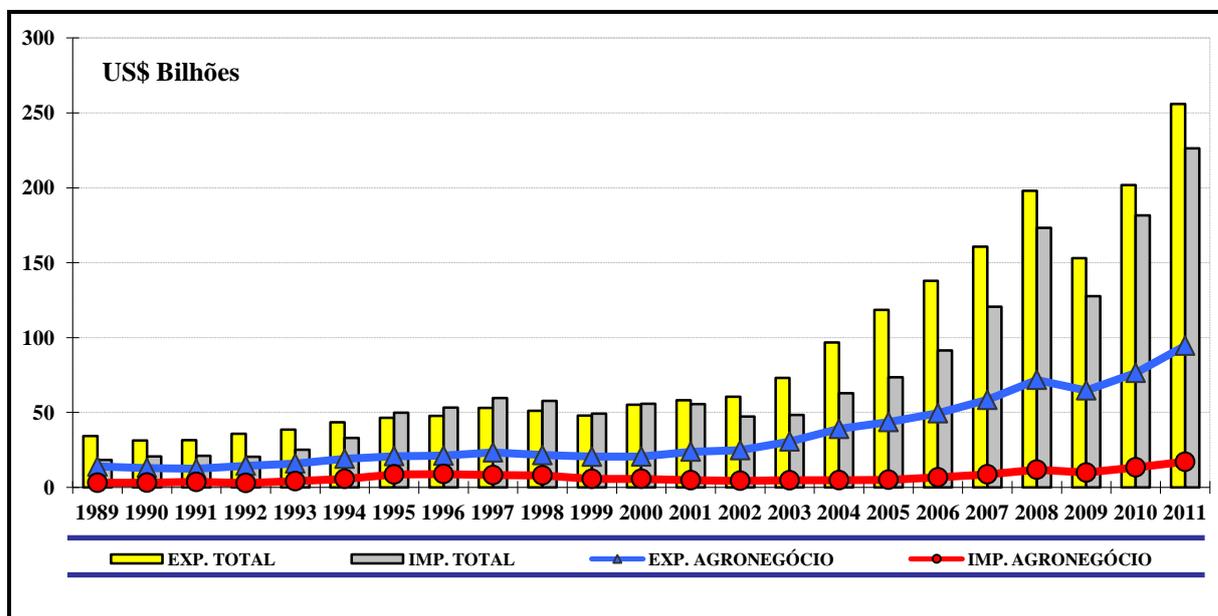


Figura 1 - Evolução anual da balança comercial brasileira e do agronegócio- 1989 a 2011 - (em US\$ bilhões)

Fonte: MAPA (2012a) a partir de dados da SECEX/MDIC.

O crescimento do Brasil foi expressivo no comércio internacional do agronegócio, principalmente quando se compara o ano de 2011 com o ano de 2001. Nestes 10 anos, a balança comercial brasileira saltou de US\$ 113,9 bilhões para US\$ 482,3 bilhões,

representando uma evolução de 323,4% e a balança comercial do agronegócio passou de US\$ 28,7 bilhões para US\$ 112,5 bilhões no mesmo período, representando um crescimento de 292%. É importante ressaltar que a participação do agronegócio era maior em 2001, quando o setor representava 25,2% da balança comercial brasileira, enquanto que, em 2011, esta participação ficou em 23,3%. Mesmo considerando esta redução na participação, destaca-se que, de 1989 até 2011, o saldo da balança comercial do agronegócio nunca foi desfavorável ao país; também, de 1994 até 2011 somente nos anos de 2005 e 2006 o saldo do agronegócio foi inferior ao saldo da balança comercial brasileira. Em 2011, o saldo brasileiro foi de US\$ 29,8 bilhões, ao passo que o saldo do agronegócio foi de US\$ 77,5 bilhões, ou seja, excluindo-se o agronegócio da balança comercial brasileira, o saldo seria negativo, cerca de US\$ 47,7 bilhões (MAPA, 2012a).

O desempenho do agronegócio brasileiro, principalmente no que se refere às exportações, mostra mais uma vez o perfil de grande produtor agrícola do país e também a capacidade de inserção da produção brasileira nos mercados internacionais. Na Tabela 1, é possível observar os principais produtos do agronegócio brasileiro exportados em 2010 e 2011 e suas respectivas participações na pauta de exportações brasileira.

Tabela 1- Exportação do agronegócio brasileiro

PRODUTOS EXPORTADOS	2010		2011		Var.% (a/b)
	Valor (US\$) - (a)	Part. %	Valor (US\$) - (b)	Part. %	
Complexo soja	17.107.048.096	22,4	24.139.420.261	25,5	41,11
Complexo sucroalcooleiro	13.775.943.538	18,0	16.179.892.001	17,1	17,5
Carnes	13.629.852.660	17,8	15.638.833.630	16,5	14,7
Produtos florestais	9.281.604.369	12,1	9.637.605.309	10,2	3,8
Café	5.764.620.108	7,5	8.732.836.900	9,2	51,49
Fumo e seus produtos	2.762.245.963	3,6	2.935.186.975	3,1	6,26
Cereais, farinhas e preparações	2.715.364.724	3,6	4.163.722.281	4,4	53,3
Couros, produtos de couro e peleteria	2.639.405.032	3,5	2.760.726.454	2,9	4,60
Sucos de fruta	1.925.125.453	2,5	2.566.394.570	2,7	33,31
Fibras e produtos têxteis	1.446.160.359	1,9	2.167.518.450	2,3	49,9
Demais produtos	5.391.468.258	7,1	5.668.872.542	6,0	5,1
TOTAL:	76.438.838.560	100,0	94.591.009.373	100,0%	23,75%

Fonte: MAPA (2012a) a partir de dados da SECEX/MDIC.

Como se observa na Tabela 1 destacam-se os produtos do complexo soja, sucroalcooleiro e carnes, que juntos representaram, em 2011, quase 60% do total exportado. O complexo soja apresentou um crescimento em relação a 2010 de 41,11%, sendo inferior apenas ao obtido pelo conjunto de produtos cereais, farinhas e preparações (53,3%), café (51,49%) e produtos e fibras têxteis (49,9%).

Os principais estados exportadores do agronegócio brasileiro, de acordo com o MDIC, são pela ordem: São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Juntos, os quatro estados detiveram, em 2011, mais de 60% das exportações do agronegócio no país.

De acordo com MAPA (2012a), a comercialização do agronegócio brasileiro alcançou 205 países em 2011. Sendo que destes, a China, a partir de 2008, assumiu o primeiro lugar no *ranking* de destino das exportações do país, superando os EUA.

Na Figura 2, estão apresentados os principais destinos das exportações do agronegócio brasileiro em 2011.

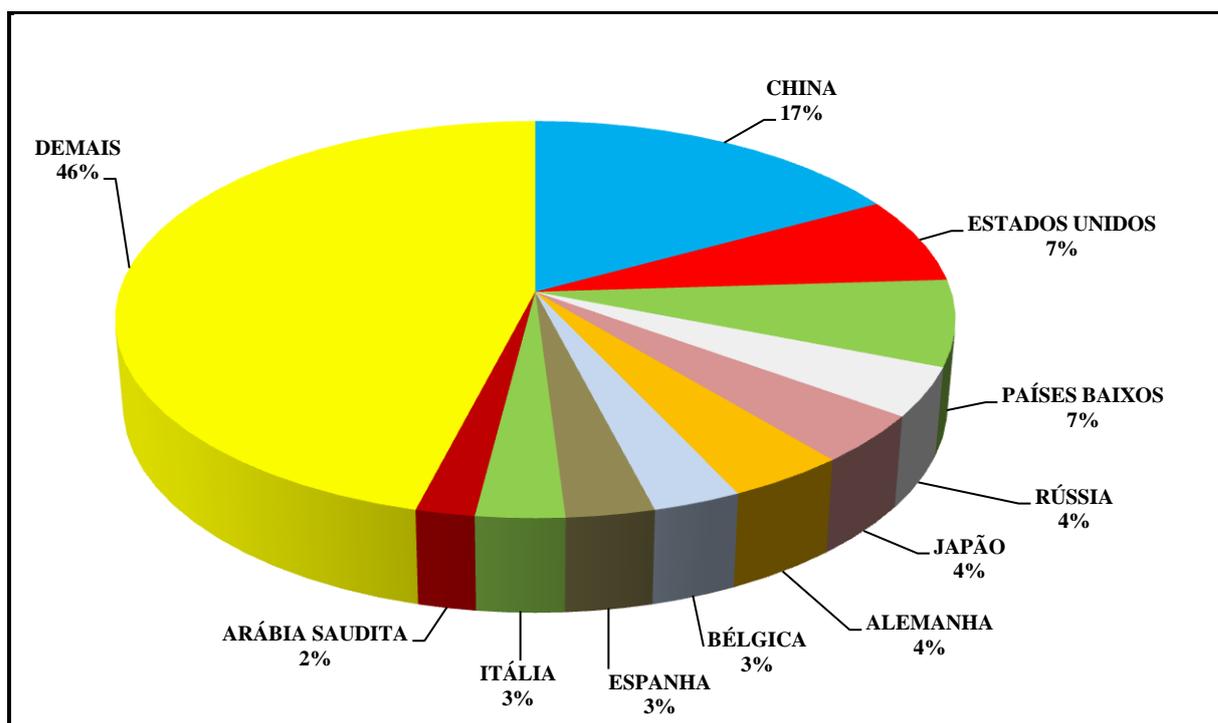


Figura 2 – Principais destinos das exportações do agronegócio brasileiro em 2011

Fonte: MAPA (2012a) a partir de dados da SECEX/MDIC

Como ocorre desde 2008, a China mantém-se como principal destino, com importações que chegam a US\$ 16,5 bilhões, que representam 17% do total das exportações do agronegócio brasileiro, seguido por EUA (7%), Países Baixos (7%) e Rússia (4%). Esses quatro países juntos representam 35,5% das exportações, em torno de US\$ 25,9 bilhões. Em 2011, novamente, a China se destacou ao aumentar as importações em cerca de 50% em relação a 2010 e 108% em relação a 2008, quando assumiu a primeira colocação. Neste mesmo período, EUA e Países Baixos mantiveram praticamente os mesmos níveis de importação (MAPA, 2012a).

3.2 BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO SUL-MATO-GROSSENSE

O Mato Grosso do Sul apresenta, ao longo dos últimos anos, *déficit* na balança comercial, ou seja, as exportações são inferiores às importações. Na Tabela 2, é possível visualizar os valores das exportações e importações e o saldo comercial do estado para o período de 2000 a 2011.

Tabela 2 - Balança comercial de Mato Grosso do Sul - US\$ 1.000

Ano	Exportações		Importações		Saldo
	Valor (a)	Var %*	Valor (b)	Var %*	(a) - (b)
2000	253.239	15,99	159.999	177,89	93.239
2001	473.680	87,05	281.843	76,15	191.838
2002	384.238	-18,88	423.908	50,41	-39.670
2003	498.339	29,7	492.868	16,27	5.471
2004	644.754	29,38	771.954	56,62	-127.200
2005	1.149.122	78,23	1.080.012	39,91	69.110
2006	1.004.339	-12,6	1.725.837	59,8	-721.498
2007	1.297.177	29,16	2.189.888	26,89	-892.711
2008	2.095.551	61,55	3.682.565	68,16	-1.587.014
2009	1.937.634	-7,54	2.690.230	-26,95	-752.596
2010	2.962.058	52,87	3.382.662	25,74	-420.604
2011	3.916.261	32,21	4.469.067	32,12	-552.807

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da SECEX/ MDIC (2012c).

* Variação %: sobre o resultado do ano anterior.

Observa-se que, nos últimos 12 anos (Tabela 2), o saldo da balança comercial do estado foi positivo somente em três anos, 2000, 2003 e 2005. Em 2009, as exportações tiveram uma queda de 7,54% enquanto as importações reduziram 26,95%. Apesar de serem reduções, estes valores mostram que as exportações começam a ter melhor desempenho frente às importações, onde se observa que, apesar dos valores absolutos das exportações serem inferiores, seu crescimento é maior ao das importações.

O saldo da balança comercial do Agronegócio no estado apresenta comportamento diferente em comparação ao saldo da balança comercial total, uma vez que se mostra positivo, ou seja, o estado exporta mais produtos agrícolas do que importa.

Na Tabela 3, é possível visualizar os valores da balança comercial do agronegócio no estado nos últimos cinco anos.

Tabela 3 – Balança comercial do agronegócio em Mato Grosso do Sul – US\$ 1.000

	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações	1.193.827	1.711.480	1.622.013	2.610.051	3.242.471
Importações	181.064	199.601	167.616	236.664	353.041
Total	1.374.891	1.911.081	1.789.629	2.846.715	3.595.512
Saldo	1.012.763	1.511.879	1.454.397	2.373.387	2.889.430

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do AgroStat - MAPA (2012b).

As exportações do agronegócio apresentaram uma evolução de 172% quando comparado o ano de 2011 com o ano de 2007. Neste período, somente em 2009, não ocorreu crescimento em relação ao ano anterior, pois as exportações apresentaram um declínio de 5,2%. As importações apontaram crescimento de 95% no mesmo período, e, a exemplo das exportações em 2009, apresentou uma queda de 16%. A participação das importações na balança comercial do agronegócio sul-mato-grossense representa, em média, 9,8% do total comercializado a cada ano.

Deste modo, percebe-se que o saldo da balança comercial do agronegócio é amplamente favorável no estado nos últimos anos. Isso indica que o comércio internacional de Mato Grosso do Sul possui uma forte dependência do agronegócio, principalmente no que se refere às exportações, uma vez que das exportações totais do estado em 2010 e 2011, 88% e 83%, respectivamente, foram geradas pelo setor.

A classificação por fator agregado permite observar as exportações e importações do estado por grau de elaboração do produto. Por esse conceito, as mercadorias são classificadas como produto básico ou industrializadas, sendo este último grupo subdividido em semimanufaturado e manufaturado.

De acordo com MDIC (2012a), produtos básicos são aqueles que mantêm suas características próximas ao estado em que são encontrados na natureza, ou seja, com um baixo grau de elaboração, como, por exemplo, minérios, produtos agrícolas (café em grão, soja em grão, carne *in natura*, milho em grão, trigo em grão, etc.).

São classificados como produtos industrializados, por outro lado, aqueles que sofreram alguma transformação substantiva, sendo que, de acordo com a transformação, podem ser classificados como produtos semimanufaturados ou manufaturados. Os semimanufaturados são produtos que ainda não estão em sua forma definitiva de uso, quer final quer intermediário, pois deverão passar por outro processo produtivo para se transformarem em produto manufaturado (ex.: transformação de açúcar bruto em açúcar refinado; transformação de óleo de soja bruto em óleo de soja em refinado; transformação de produtos semimanufaturados de ferro/aço em laminados planos; etc.). Os manufaturados são produtos que acabados, ou seja, na sua forma definitiva para uso (MDIC, 2012a).

Na Tabela 4, são apresentados os valores das exportações por valor agregado do estado a partir do ano de 2000.

Tabela 4 - Exportações de Mato Grosso do Sul por fator agregado - US\$ 1.000

Ano	Básico	Industrializados (a+b)	Semi-manufaturados (a)	Manufaturados (b)	Operações Especiais	Total
2000	204.139	49.045	19.461	29.584	55	253.239
2001	406.543	67.103	35.825	31.278	34	473.680
2002	296.477	87.761	49.260	38.501	---	384.238
2003	369.237	129.102	73.413	55.689	---	498.339
2004	435.204	209.550	141.912	67.638	---	644.754
2005	880.866	268.256	185.599	82.657	---	1.149.122
2006	730.403	273.337	207.954	65.383	599	1.004.339
2007	994.777	300.630	238.461	62.169	1.770	1.297.177
2008	1.691.621	401.713	326.436	75.277	2.217	2.095.551
2009	1.337.687	599.215	503.952	95.263	733	1.937.634
2010	1.916.391	1.043.435	855.289	188.146	2.232	2.962.058
2011	2.443.236	1.471.022	1.280.468	190.554	2.003	3.916.261

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da SECEX/MDIC (2012a).

Em 2010, a exportação de produtos básicos chegou a 64,7% do total exportado pelo estado, enquanto que os produtos industrializados alcançaram 35,2% sendo que os semimanufaturados corresponderam a 82% e os manufaturados 18% do total industrializado. No ano de 2011, mantém o padrão do ano anterior exportando: 62,4% de produtos básicos e 37,6 de produtos industrializados (semimanufaturados 87% e manufaturados 13%).

Em relação a produtos básicos, cabe ressaltar que autores como Parré, et. al.(2001) e Araújo (2003), ao conceituar agroindústria, consideram as etapas de secagem, limpeza e seleção de grãos como processos industriais, sendo assim, de acordo com tais autores a exportação de grãos mesmo que *in natura*, pode ser considerada como uma exportação industrializada.

Na Tabela 5, são apresentados os valores das importações por valor agregado do estado a partir do ano de 2000.

Tabela 5 - Importações de Mato Grosso do Sul por fator agregado - US\$ 1.000

Ano	Básico	Industrializados (a+b)	Semi manufaturados (a)	Manufaturados (b)	Operações Especiais	Total
2000	135.846	24.153	5.523	18.630	---	159.999
2001	194.389	87.454	4.543	82.911	---	281.843
2002	280.129	143.779	6.249	137.530	---	423.908
2003	388.494	104.374	23.178	81.196	---	492.868
2004	593.416	178.538	41.369	137.169	---	771.954
2005	814.085	265.927	67.354	198.574	---	1.080.012
2006	1.296.313	429.524	120.934	308.590	---	1.725.837
2007	1.554.709	635.179	174.527	460.652	---	2.189.888
2008	2.797.986	884.580	260.442	624.138	---	3.682.565
2009	1.682.464	1.007.766	193.085	814.681	---	2.690.230
2010	2.262.797	1.119.865	358.070	761.795	---	3.382.662
2011	2.906.857	1.562.210	432.668	1.129.542	---	4.469.067

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da SECEX/MDIC (2012a).

O comportamento das importações do estado é semelhante ao das exportações, no que se refere a produtos básicos e industrializados, uma vez que em 2010, o estado importou 66,9% em produtos básicos e 33,1% em produtos. Em 2011, foram importados 65% em produtos básicos e 35% em produtos industrializados. O que difere no processo exportação *versus* importação é que dos produtos industrializados importados na maioria são de produtos manufaturados, que representaram, em 2010, ou 68% enquanto os semimanufaturados representam 32%. Já em 2011, os produtos manufaturados somaram 72,3% contra 27,7% dos semimanufaturados.

Esses valores reforçam a característica do estado em vender produtos sem beneficiamento (*in natura*), e quando industrializados a predominância é para produtos semimanufaturados, ou seja, produtos não acabados e importar produtos industrializados manufaturados, bem como a necessidade de importar matéria-prima e energia, considerados produtos básicos.

No Quadro 1, são apresentados os 10 primeiros produtos da pauta de exportação do estado, bem como seu fator de agregação e a codificação de acordo com a Nomenclatura comum do MERCOSUL (NCM).

	FATOR AGREGADO	COD. NCM	PRODUTO
1	Básicos	12010090	Outros grãos de soja, mesmo triturados.
2	Semimanufaturados	17011100	Açúcar de cana, em bruto.
3	Básicos	26011100	Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados.
4	Semimanufaturados	47032900	Pasta quím. madeira de n/conif.a soda/sulfato,semi/branqueado.
5	Básicos	02013000	Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas.
6	Básicos	02071300	Pedaços e miudezas, de galos/galinhas, frescos/refrigerado.
7	Básicos	23040090	Bagaços e outros resíduos sólidos, da extr. do óleo de soja.
8	Básicos	10059010	Milho em grão, exceto para semeadura.
9	Semimanufaturados	15071000	Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado.
10	Básicos	02031900	Outras carnes de suíno, frescas ou refrigeradas.

Quadro 1 – Principais produtos exportados – 2011

Fonte: elaborado pelo autor com dados do MDIC (2012b).

Os 10 primeiros produtos da pauta de exportação do estado representam US\$ 3,4 bilhões, ou seja, 85,5% do total das exportações. Sendo que destes, sete são classificados como produtos básicos e três como semimanufaturados. Dos sete produtos classificados como básicos seis são procedentes da agricultura e alcançaram, em 2011, o valor de US\$ 2,8 bilhões exportados.

O Quadro 2 apresenta os 10 primeiros produtos da pauta de importação do estado, bem como, seu fator de agregação e a codificação NCM.

	FATOR AGREGADO	COD. NCM	PRODUTO
1	Básicos	27112100	Gás natural no estado gasoso.
2	Semimanufaturados	74031100	Catodos de cobre refinado/seus elementos, em forma bruta.
3	Manufaturados	54023300	Fio texturizado de poliésteres.
4	Semimanufaturados	31042090	Outros cloretos de potássio.
5	Básicos	02023000	Carnes desossadas de bovino, congeladas.
6	Manufaturados	54075210	Tecido de filam. poliéster textur. >=85%, tintos, s/borracha.
7	Manufaturados	31054000	Diidrogeno-ortofosfato de amônio, incl. mist. hidrogen. Etc.
8	Básicos	02013000	Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas.
9	Manufaturados	31055900	Outros adubos/fertiliz. miner. quim. c/nitrogênio e fósforo.
10	Manufaturados	72106100	Lâmina de ferro/aço, l>=6dm, revest.l igas de alumínio-zinco.

Quadro 2 – Principais produtos importados – 2011

Fonte: elaborado pelo autor com dados do MDIC (2012b).

Somente os 10 primeiros produtos da pauta de importação representam 78,2%, cerca de US\$ 3,5 bilhões das importações do estado, sendo que, destes, três produtos são considerados básicos, dois semimanufaturados e cinco manufaturados. Salienta-se que apenas

dois itens são originários da agropecuária - carnes desossadas de bovino, congeladas e carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas-. O primeiro item da pauta, gás natural, é o que tem o maior peso no valor das importações, alcançando US\$ 2,7 bilhões, ou seja, 61,2% do total das importações do estado.

Em relação aos países parceiros comerciais, os principais destinos dos produtos de Mato Grosso do Sul em 2011 foram: China (US\$ 771,5 milhões), Argentina (US\$ 574,8 milhões), Países Baixos (Holanda) (US\$ 234,7 milhões), Rússia (US\$ 173,7 milhões), Irã (US\$ 152,1 milhões) e Japão (US\$ 149,2 milhões). A participação percentual dos países nas exportações totais pode ser visualizada na Figura 3.

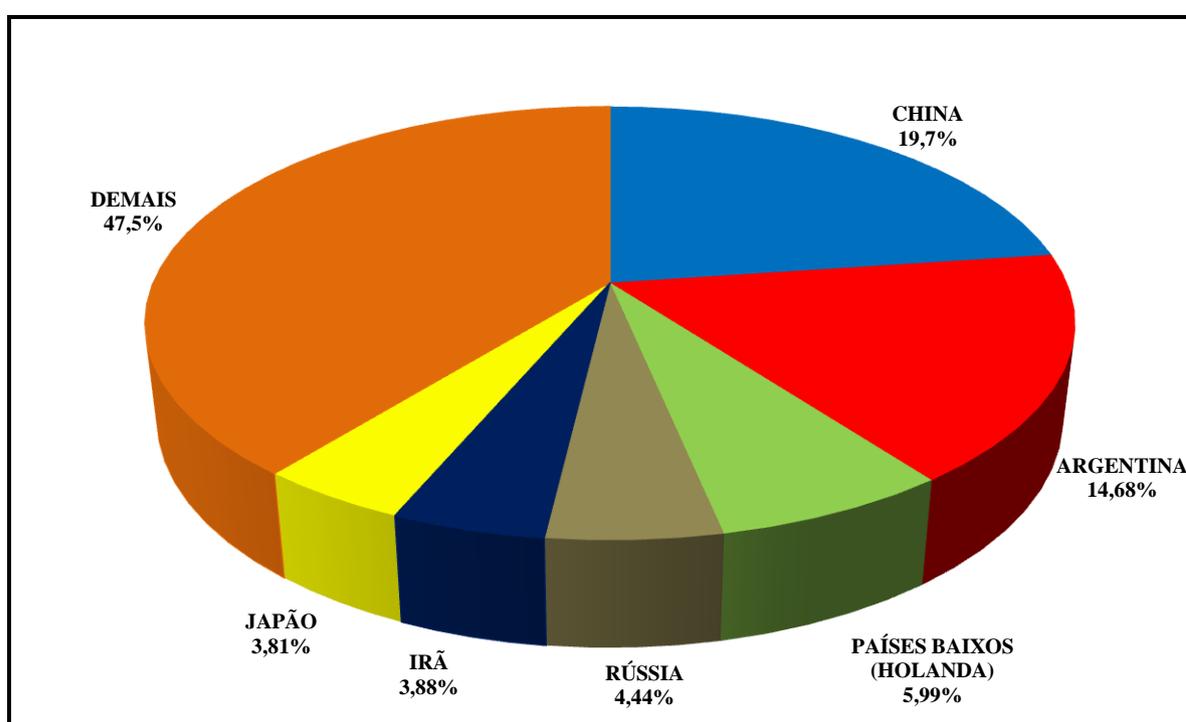


Figura 3 – Principais destinos das exportações de Mato Grosso do Sul em 2011

Fonte: elaborado pelo autor com dados da SECEX/MDIC (2012c).

Nota-se que a participação dos seis primeiros países chega a 52,5% do total das exportações, com destaque para as importações da China, que corresponde a 19,7%, e da Argentina com 14,68%. Já os principais blocos parceiros foram: Ásia (exclusive Oriente Médio) (US\$ 1,4 bilhões), MERCOSUL (US\$ 645 milhões), União Europeia (US\$ 570,5 milhões) e Oriente Médio (US\$ 382,4 milhões). Cabe resaltar que nos totais dos quatro primeiros blocos, estão incluídos os valores dos principais países de destino das mercadorias como pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6 - Participação dos principais países no total das exportações por blocos econômicos

PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS	TOTAL BLOCO*	PAÍS	TOTAL PAÍS*	PART. PAÍS (%)
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1.405.630.892	China/Japão	920.764.039	65,51
MERCOSUL	644.999.503	Argentina	574.836.499	89,12
União Europeia - UE	570.551.710	Holanda	234.692.494	41,13
Oriente Médio	382.425.245	Irã	152.137.410	39,78

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da SECEX/MDIC (2012c).

* Valores absolutos em Dólar Americano (US\$) – Referente às exportações de Mato Grosso do Sul em 2011.

Observa-se que dos seis principais países de destinos das mercadorias do estado, cinco participam dos principais blocos, com destaque para a participação da China e do Japão no bloco asiático, chegando a 65,51% e da participação da Argentina no MERCOSUL que corresponde a 89,12% das exportações para tais blocos.

As importações do estado são procedentes, principalmente, da Bolívia com US\$ 2,7 bilhões, 61,2% do total importado. Outros dois principais fornecedores são a China (US\$ 431,7 milhões), correspondendo a 9,7% e o Chile (US\$ 321,4 milhões), cerca de 7%. Observa-se que Bolívia é a maior fornecedora das importações do estado e isso ocorre, porque o país é o único fornecedor de gás natural ao Brasil, e esta importação é realizada pela Petrobrás com domicílio fiscal em Corumbá (MS). Cabe ressaltar que dos 10,5 bilhões de metros cúbicos de gás natural (NCM 271.12.100) importados da Bolívia em 2011, apenas 0,7% foram comercializados no Mato Grosso do Sul, sendo o restante repassado para as demais unidades da federação, principalmente para a Região Sudeste.

De acordo com a ANP (2012), em 2011, no estado, as vendas totais de gás natural foram de 73 milhões de metros cúbicos, sendo que, desse total, 55 milhões foram para consumo próprio, ou seja, usados na geração de energia elétrica.

Quanto à origem por blocos econômicos, a ALADI (exclusive MERCOSUL) é o maior fornecedor com o total de US\$ 3,1 bilhões (69,7%) exportados para o estado. Salienta-se que um dos integrantes do bloco é a Bolívia, maior fornecedora de gás natural para o estado, como visto anteriormente. Também se destacam o bloco da ÁSIA (exclusive Oriente Médio), com cerca de US\$ 651 milhões (14,6%) e MERCOSUL com US\$ 268,3 milhões (6%).

No rol das empresas exportadoras do estado em 2011, somente as 10 primeiras empresas foram responsáveis por cerca de US\$ 2,6 bilhões, o que representa 66% do total das exportações. Destaca-se que das dez primeiras, oito empresas estão ligadas ao agronegócio e duas à mineração. São elas: agronegócios (FIBRIA-MS CELULOSE SUL-MATO-GROSSENSE LTDA; JBS S/A; BUNGE ALIMENTOS S/A; SEARA ALIMENTOS S/A;

ADM DO BRASIL LTDA; CARGILL AGRÍCOLA S/A; TAVARES DE MELO AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A; e COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA) e mineração (MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA S/A. e URUCUM MINERAÇÃO S/A).

Na Figura 4, é apresentada a participação, em percentuais, das dez primeiras empresas exportadoras de Mato Grosso do Sul em 2011. Posições relativas a valores em Dólar exportados.

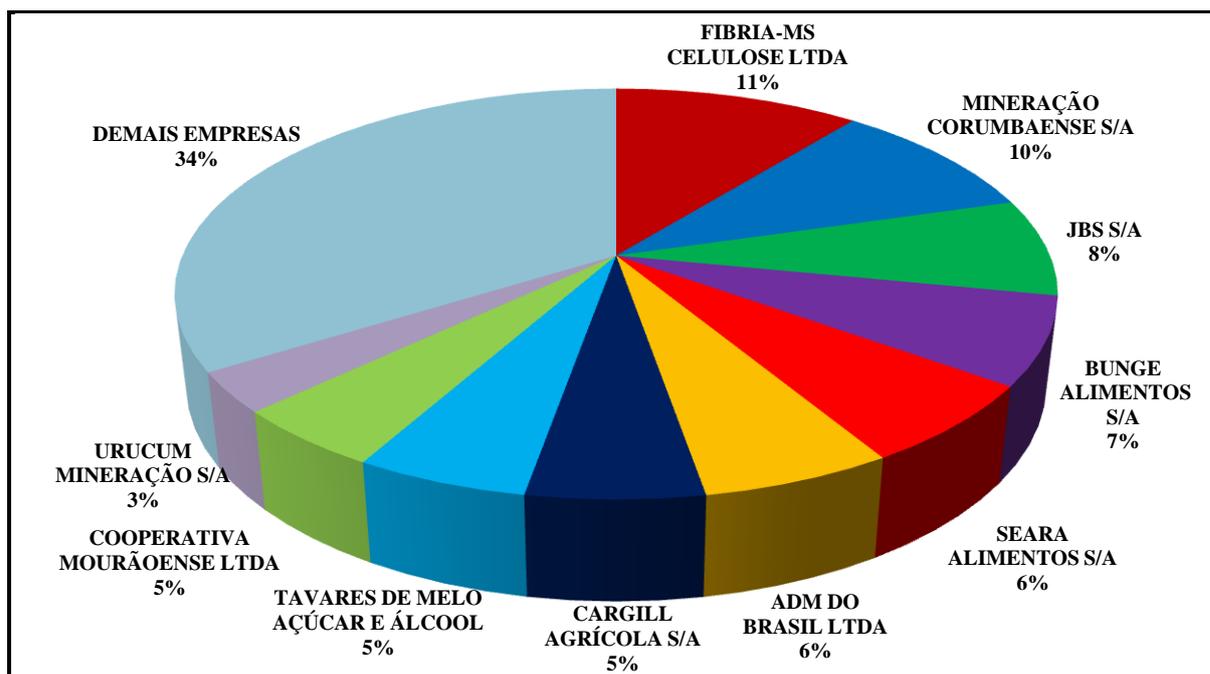


Figura 4 – Percentual de participação das dez primeiras empresas exportadoras em Mato Grosso do Sul – 2011

Fonte: elaborado pelo autor com dados da SECEX/MDIC (2012c).

É possível observar que, dos 66% exportados pelas dez primeiras empresas em 2011, 53% são de produtos de origem do agronegócio. Isso também é um indicativo de que as exportações do estado, mesmo que concentradas em produtos básicos, na sua grande maioria, são exploradas por diversas empresas desse segmento, ou seja, não existindo uma grande concentração em poucas empresas. Deve-se atentar, porém, que essa análise foi executada, levando-se em consideração unicamente o fator agregado e não o tipo de mercadoria.

A despeito de a indústria sul-mato-grossense ser impulsionada pela agropecuária, pode-se observar no Boletim Radar Industrial, edição 2011, elaborado pela Federação da Indústria do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS), que a maioria dos produtos industrializados exportados pelo estado tem origem agropecuária. De acordo com FIEMS (2011), os produtos industrializados do complexo carne, açúcar e álcool e papel celulose

representaram 67,7% das exportações em 2011, cerca de US\$ 1.9 bilhões, em torno de 23,16% a mais que em 2010, conforme pode ser visualizado na Tabela 7.

Tabela 7 - Principais grupos de produtos industrializados exportados por Mato Grosso do Sul

GRUPOS	2010		2011		US\$ VAR. % 2011/2010
	US\$ Milhões	Part. Relativa %	US\$ Milhões	Part. Relativa %	
Complexo Carne – Carnes congeladas, resfriadas, miúdos e subprodutos.	762,84	36,14	799,73	27,90	4,8
Açúcar e Álcool.	377,94	17,91	686,91	23,96	81,8
Extrativa Mineral – Minerais Metálicos.	297,34	14,09	593,33	20,70	99,5
Papel e Celulose, embalagens de papel ou papelão e demais artefatos de papel.	434,95	20,61	454,08	15,84	4,4
Óleos Vegetais em bruto e refinado.	60,85	2,88	106,19	3,70	74,5
Couros e Peles.	58,63	2,78	78,18	2,73	33,3
Alimentos e Bebidas.	45,63	2,16	49,39	1,72	8,2
Siderurgia e Metalurgia Básica e Metal Mecânica.	14,45	0,68	36,46	1,27	152,3
Máquinas e/ou equipamentos e aparelhos elétricos.	9,17	0,43	14,20	0,50	54,9
Compensados de Madeira, Móveis de madeira e Madeiras Trabalhadas.	10,23	0,48	9,80	0,34	-4,1
Cimentos.	7,02	0,33	7,46	0,26	6,1
Calçados e suas partes.	6,89	0,33	6,27	0,22	-9,1
Fiação, Têxtil, Confecção e Vestuário.	5,55	0,26	5,05	0,18	-8,9
Demais Produtos Semimanufaturados Ou Manufaturados.	19,26	0,91	19,78	0,69	2,7
Total	2.110,77	100,00	2.866,82	100,00	35,8

Fonte: FIEMS (2011)

De acordo com a Tabela 7, o *Complexo Carne (Carnes congeladas, resfriadas, miúdos e subprodutos)* foi responsável por 27,9% do total da receita obtida por Mato Grosso do Sul com a exportação de industrializados, representando uma expansão em receita equivalente a US\$ 36,9 milhões ou 4,8%. O segmento *Açúcar e álcool*, em 2011, alcançou o equivalente a US\$ 686,9 milhões, indicando, sobre 2010, um crescimento nominal de 81,8% na receita, resultando um valor adicional de US\$ 308,9 milhões. No segmento de *Papel e celulose, embalagens de papel ou papelão e demais artefatos de papel*: neste grupo, o destaque, no ano, ficou por conta da *pasta química de madeira semibranqueada (celulose)* que registrou uma receita de exportação equivalente a US\$ 421,3 milhões ou 92,8% das vendas totais do grupo. Quando comparado com 2010, houve um crescimento nominal de 5,0% na receita obtida com o produto. Ainda em relação ao grupo, outro destaque foi observado nas vendas de *papel fibra 150g/m²* que somaram o equivalente a US\$ 29,1 milhões ou 6,4% do total, proporcionando, na mesma comparação, uma receita 14,6% maior. A indústria de *Óleos vegetais em bruto e refinado* gerou, em 2011, uma receita de exportação equivalente a US\$ 106,2 milhões, apontando um crescimento nominal de 74,5% sobre 2010, quando a receita total foi igual a

US\$ 60,9 milhões. O destaque ficou por conta das vendas de óleo de soja bruto, mesmo degomado com US\$ 98,3 milhões, representando 92,6% da receita total do grupo. Proporcionando, em comparação a 2010, uma receita adicional equivalente a US\$ 45,0 milhões (FIEMS, 2011).

4 METODOLOGIA

Este capítulo tem por objetivo apresentar a caracterização de comércio agrícola e a definição dos capítulos elencados como do agronegócio em Mato Grosso do Sul, a fonte dos dados e a definição dos indicadores de comércio exterior e competitividade utilizados no estudo.

4.1 COMÉRCIO AGRÍCOLA E AGROINDUSTRIAL

Durante as negociações da Rodada do Uruguai³, foi estabelecido o chamado “Acordo Agrícola” que se tornou o suporte fundamental da normatização do comércio agrícola mundial. Os dispositivos do acordo denominam o que são produtos agrícolas, a partir da codificação do Sistema Harmonizado de Mercadorias (SHM)⁴. Assim, são considerados pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como produtos agrícolas os capítulos 1 ao 24 (excluindo os pescados e seus produtos), bem como parte dos capítulos 29, 33, 35, 38, 41, 43, 50, 51, 52 e 53 (MAPA, 2010b).

A definição da OMC, a partir do sistema harmonizado de mercadorias, apresenta uma composição mais restrita para o setor. Enquanto o MAPA utiliza uma definição mais ampla, incluindo uma gama maior de produtos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)⁵ (ROCHA; LEITE, 2007).

³ A oitava rodada do GATT ficou conhecida como Rodada do Uruguai, lançada em setembro de 1986. Foi, até aquela data, a maior negociação sobre comércio mundial. As discussões estenderam o sistema comercial para novas áreas como: setor de serviços, propriedade intelectual, agricultura e têxteis. As rodadas de negociações estenderam-se até 15 de abril de 1994, quando foi assinado por 123 países participantes o acordo que estabelecia o surgimento da OMC, como uma organização permanente de gestão sobre o comércio internacional. Esse acordo entrou em vigor em 1º de Janeiro de 1995 em substituição ao GATT (OMC, 2012).

⁴ O Sistema Harmonizado (SH) é uma nomenclatura de 6(seis) dígitos de uso múltiplo, aprovada pela Convenção Internacional sobre o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias, em Bruxelas, em 14 de junho de 1983, foi emendada em junho de 1986, passando a vigorar em 1º de Janeiro de 1988. Atualmente mais de 177 países adotam a nomenclatura (CIESP, 2007).

⁵ Nomenclatura unificada, com base no Sistema Harmonizado, utilizada entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, países participantes do tratado que criou o MERCOSUL. Nomenclatura de 8(oito) dígitos de uso múltiplo tem seis Regras Gerais (RG) de interpretação do Sistema Harmonizado e uma Regra Geral Complementar (RGC) (CIESP, 2007).

A análise desenvolvida na Pesquisa Industrial Anual de Empresas (PIA-Empresa)⁶ de 2001 serviu de marco para a definição de agroindústria pelo IBGE. Nesta pesquisa, foram definidas as atividades da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) que comporiam a agroindústria definida como restrita, que são os setores que, primordialmente, forneçam suprimentos diretamente para a agropecuária ou realizam a primeira transformação industrial dos bens que resultam das atividades realizadas no setor primário (IBGE, 2012b).

Ainda de acordo com IBGE (2012b), a agroindústria é apresentada em vários níveis hierárquicos:

- produtos industriais derivados da agricultura (cana-de-açúcar; celulose; fumo; soja; laranja; trigo; arroz; milho; e outros);
- produtos industriais utilizados pela agricultura (adubos e fertilizantes; e máquinas e equipamentos);
- produtos industriais derivados da pecuária (aves, bovinos, suínos e outras reses; leite; couros e peles curtidos e produtos similares);
- produtos industriais utilizados pela pecuária (rações, suplementos vitamínicos ou semelhantes; e produtos veterinários);
- inseticidas, herbicidas e outros defensivos para uso agropecuário e
- desdobramento da madeira.

Devido às diferenças de conceituação de comércio agrícola e agroindústria, assim como a amplitude das análises e instituições, envolvida na mensuração do cálculo estatístico da balança comercial do agronegócio para este trabalho, será adotada uma metodologia que visa integrar as definições da OMC, MAPA e IBGE, embasada no aporte teórico de Hoffmann et. at. (1985) apud Parré (2001); Araújo (2003); Lourenço (2010) e agregação definida por MAPA (2012b), a descrição encontra-se no Quadro 3:

⁶ Pesquisa Industrial – Empresa publicação do IBGE que reúne um conjunto de informações econômico-financeiras que permitem estimar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País, bem como acompanhar a sua evolução ao longo do tempo (IBGE, 2012b).

Posição NCM	
SEÇÃO I	
ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL	
Nº Capítulo	Descrição Capítulo
01	Animais vivos.
02	Carnes e miudezas, comestíveis.
03	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.
04	Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animais, não especificados, nem compreendidos em outros capítulos.
05	Outros produtos de origem animal, não especificados, nem compreendidos em outros capítulos.
SEÇÃO II	
PRODUTOS DO REINO VEGETAL	
06	Plantas vivas e produtos de floricultura.
07	Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis.
08	Frutas; cascas de cítricos e de melões.
09	Café, chá, mate e especiarias.
10	Cereais.
11	Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo.
12	Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens.
13	Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais.
14	Matérias para entrançar outros produtos de origem vegetal e produtos de origem vegetal, não especificados, nem compreendidos em outros capítulos.
SEÇÃO III	
GORDURAS E ÓLEOS ANIMAIS OU VEGETAIS; GORDURAS ALIMENTARES ELABORADAS; CERAS DE ORIGEM ANIMAL OU VEGETAL	
15	Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal.
SEÇÃO IV	
PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES BEBIDAS, LÍQUIDOS ALCOÓLICOS E VINAGRES; TABACO E SEUS SUCEDÂNEOS MANUFATURADOS	
16	Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos.
17	Açúcares e produtos de confeitaria.
18	Cacau e suas preparações.
19	Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou de leite; produtos de pastelaria.
20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas.
21	Preparações alimentícias diversas.
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres.
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais.
24	Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados.
SEÇÃO VIII	
PELES, COUROS, PELES COM PELO E OBRAS DESTAS MATÉRIAS; ARTIGOS DE CORREEIRO OU DE SELEIRO; ARTIGOS DE VIAGEM, BOLSAS E ARTEFATOS SEMELHANTES; OBRAS DE TRIPA	
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros.
SEÇÃO IX	
MADEIRA, CARVÃO VEGETAL E OBRAS DE MADEIRA; CORTIÇA E SUAS OBRAS; OBRAS DE ESPARTARIA OU DE CESTARIA	
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira.

Continua

Continuação

<u>SEÇÃO X</u> PASTAS DE MADEIRA OU DE OUTRAS MATÉRIAS FIBROSAS CELULÓSICAS; PAPEL OU CARTÃO PARA RECICLAR (DESPERDÍCIOS E APARAS); PAPEL OU CARTÃO E SUAS OBRAS	
47	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão de reciclar (desperdícios e aparas).
48	Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão.
<u>SEÇÃO XI</u> MATÉRIAS TÊXTEIS E SUAS OBRAS	
52	Algodão.
53	Outras fibras têxteis vegetais; fios de papel e tecidos de fio de papel.

Quadro 3 – Capítulos que compõe a pauta de exportações do agronegócio de Mato Grosso do Sul para este estudo

Fonte: Elaborado pelo autor com informações do MDIC (2012d).

Desta forma, espera-se contemplar os produtos da NCM que pertencem à cadeia produtiva de uma matéria-prima agropecuária, independentemente do nível de agregação, bem como insumos utilizados para a produção dessa matéria-prima. Assim, neste estudo a análise será constituída pelos capítulos: 1 a 24, 41, 44, 47, 48, 52 e 53, no total de 30.

4.2 FONTE DE DADOS

Os índices usados para mensurar a dinâmica da especialização do agronegócio sul-mato-grossense foram calculados a partir das informações das exportações e importações do estado e brasileiras para os 30 capítulos⁷ que compõem a pauta de exportação do agronegócio (de acordo com a definição adotada para este trabalho).

Utilizam-se dados do comércio exterior, disponibilizados pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, disponíveis por meio do sistema Análise das Informações de Comércio Exterior, denominado Alice Web2.

Os valores coletados são relativos ao período de 1997 a 2011, em valores totais anuais por capítulos (SH 2 dígitos) em valores nominais expressos em Dólar Americano (US\$) sob a condição de preço FOB⁸.

⁷ Conjunto de produtos com características semelhantes, classificados de acordo com o Sistema Harmonizado Internacional - SH (MIDC, 2012d).

⁸ FOB é um Incoterm (*International Commercial Term*), que significa "Free On Board". É a condição de venda adotada para as estatísticas internacionais de comércio exterior (MDIC, 2012d).

4.3 INDICADORES DE COMÉRCIO EXTERIOR E COMPETITIVIDADE

Para o objetivo deste estudo, diferentes indicadores foram utilizados. Obtidas as exportações e importações do agronegócio sul-mato-grossense, a concentração das exportações por capítulos e por destinos será mensurada, utilizando o índice de Gini-Hirschman. Para a medida de competitividade (especialização) por capítulos, serão obtidos os valores de vantagem comparativa revelada (VCR)⁹, contribuição para o saldo comercial (CSC) e o índice de taxa de cobertura (TC), que também é utilizado para indicar o grau de especialização da economia do estado. A caracterização do tipo de comércio será mensurada pelo índice de comércio intraindústria (IGL).

4.3.1 Concentração das exportações: Índice de Gini-Hirschman

Utiliza-se o coeficiente de Gini-Hirschman para medir o nível de concentração das exportações do estado, tanto em relação aos produtos quanto aos mercados de destino. De acordo com Silva e Montalván (2008), esse coeficiente também é empregado como uma medida de concentração industrial. Deste modo, quanto mais concentradas as exportações em poucos produtos e em poucos mercados de destino, mais a economia estará sujeita às variações de demanda, resultando em mudanças bruscas na receita das exportações. Love (1979) apud Silva e Montalván (2008), indica que o índice de concentração por produtos (ICP) deve ser calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$ICP = \sqrt{\sum_i \left[\frac{X_{ij}}{X_j} \right]^2} \quad (1)$$

onde:

X_{ij} representa as exportações do bem i pelo MS j e

X_j representa as exportações totais de MS j .

O valor desse índice está definido no intervalo entre 0 e 1. Se uma economia apresenta um índice ICP elevado significa que as suas exportações estão concentradas em poucos produtos. Por outro lado, quanto menor o índice ICP, maior é a diversificação de produtos na pauta das exportações.

⁹ Neste trabalho o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR), como calculado, deve ser interpretado como indicador de desempenho de especialização regional, uma vez que, este foi utilizado para medir a especialização do estado de Mato Grosso do Sul, em relação aos demais estados da federação.

De acordo com Love (1979) apud Silva e Montalván (2008), uma pauta de exportações mais diversificada pode significar também indício de trocas mais estáveis. Para Hidalgo e Mata (2003), existem diversos fatores determinantes para a diversificação das exportações como: o nível de desenvolvimento econômico, que reflete estruturas de produção mais complexas; a proximidade a polos comerciais e o tamanho da economia. Assim, para Silva e Montalván (2008), uma economia pequena, com menores possibilidades de produção em grande escala de uma maior variedade de produtos, apresentará um ICP mais elevado.

O índice de concentração por países de destino, ICD, mede o grau de concentração das exportações entre os países importadores. Segundo Love (1979) apud Silva e Montalván (2008), o ICD é calculado da seguinte maneira:

$$ICD = \sqrt{\sum_i \left[\frac{X_{ij}}{X_j} \right]^2} \quad (2)$$

onde:

X_{ij} representa as exportações de MS j para o país i e

X_j representa as exportações totais de MS j .

Um ICD alto significa que um número pequeno de parceiros comerciais possui grande importância na pauta das exportações do estado. Por sua vez, um ICD baixo reflete uma participação mais equilibrada nos diversos mercados. Neste caso, o equilíbrio propicia ao estado uma proteção, estando menos sujeito às oscilações dos mercados.

Silva e Montalván (2008) afirmam que uma alta concentração nos destinos, pode significar uma vulnerabilidade maior a choques de demanda. Assim, seria desejável para uma economia ou uma região, a manutenção de um baixo nível de concentração dos destinos das exportações.

4.3.2 Vantagem Comparativa Revelada

Pelo Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR), calcula-se a participação das exportações de dado produto ou segmento de determinada região em relação à participação dessa região, no total das exportações do país. Quanto maior for o volume exportado de determinado produto por uma região, com relação ao volume total exportado desse mesmo produto, maior será a vantagem comparativa na produção desse bem.

O VCR foi inicialmente proposto por Balassa (1965), também revela a evolução do poder de competitividade de cada setor, fundamentado em dados observados após a realização do comércio, ou seja, *ex post*. Este indicador, porém, apresenta duas limitações importantes a serem consideradas (COSTA et. al. 2010).

Uma refere-se a não consideração das distorções que ocorrem no mercado internacional como protecionismos, subsídios, diferenças cambiais, restrições tarifárias e não tarifárias. A outra, à desconsideração das importações (BALASSA, 1965).

Dessa forma, o índice de VCR, para uma região j , em setores econômicos i , pode ser definido da seguinte forma:

$$VCR_{ij} = \frac{\frac{X_{ij}}{X_j}}{\frac{X_{iz}}{X_z}} \quad (3)$$

onde:

X_{ij} é o valor das exportações do produto i pelo MS,

X_{iz} é o valor das exportações do Brasil para o produto i ,

X_j é o valor total das exportações de MS e

X_z é o valor total das exportações do Brasil.

Os resultados obtidos através da fórmula do VCR são, por definição, assimétricos. De forma que a vantagem comparativa assume valores que variam entre 1 e infinito, enquanto que a desvantagem comparativa varia apenas entre 0 e 1 (LAURSEN, 1998). Dessa maneira, pode-se dizer que o estado apresentará vantagem comparativa revelada na exportação do produto i se o valor do índice for superior a 1, ao passo que apresentará desvantagem comparativa revelada no produto, se o valor do índice for inferior a 1.

Esse indicador é utilizado em alguns estudos por autores como Sereia, Camara e Anhesini (2011), Costa et. al. (2010), Souza e Bonjour (2009), como indicador de vantagem competitiva de países em determinados segmentos/setores em relação ao comércio exterior.

Além de trabalhos referentes ao comércio exterior brasileiro, cabe ressaltar que o governo de Portugal destacou esse indicador como ferramenta de análise no Boletim Mensal da Economia Portuguesa de dezembro de 2010. Este boletim, elaborado pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e do Gabinete de Planejamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública, teve como objetivo apresentar o Índice das Vantagens

Comparativas Reveladas dos produtos mais relevantes para a Economia Portuguesa (GPEARI, 2010).

4.3.3 Contribuição para o Saldo Comercial

O índice de contribuição para o saldo comercial (CSC), definido por Lafay (1990), consiste na comparação do saldo comercial observado de cada produto, ou grupo de produtos, com o saldo comercial teórico desse mesmo produto (ROCHA; LEITE, 2007).

Xavier (2000) considera o saldo teórico como sendo o saldo global de um país distribuído de maneira equiproporcional entre os diversos setores da balança comercial de determinado país.

Ainda de acordo com Xavier (2000), a CSC é um tipo de indicador que não sofre interferências das variações das taxas reais de câmbio e/ou juros, independe da conjuntura macroeconômica e pode ser utilizado de modo intertemporal na comparação de diferentes padrões de especialização dos países. Sendo assim, justifica-se o uso desse indicador, uma vez que tanto importações como exportações estão sujeitas a vieses associados às distorções do mercado internacional. Desse modo, pode-se definir a CSC da seguinte maneira:

$$CSC = \frac{100}{\frac{X + M}{2}} x \left[(X_i - M_i) - (X - M) x \frac{(X_i + M_i)}{X + M} \right] \quad (4)$$

onde:

X representam as exportações totais de MS,

M representa as importações totais de MS,

X_i representa as exportações do setor i efetuadas pelo MS e

M_i representa às importações deste mesmo setor.

Os valores positivos para esse índice indicam que o estado apresentará vantagens comparativas no setor em questão. Caso o indicador seja negativo, o estado não possuirá vantagem comparativa no mesmo. Deste modo, espera-se que os produtos mais exportados sejam aqueles que mais contribuam para o saldo comercial, e que também possuam maiores vantagens comparativas (COSTA et. al. 2010).

4.3.4 Taxa de Cobertura

Segundo Gutman e Miotti (1996) apud Hidalgo (1998), o cálculo da taxa de cobertura (TC) permite determinar os pontos fortes e fracos na especialização de uma economia regional. A TC do produto i é definida da seguinte forma:

$$TC_i = \frac{X_i}{M_i} \quad (5)$$

onde:

X_i são exportações do produto i ou do grupo de produtos de MS e

M_i são as importações do produto i ou do grupo de produtos de MS.

De acordo com Martins et. al. (2010), os produtos que apresentam, simultaneamente, VCR e TC superiores à unidade são considerados pontos fortes da economia. São produtos de elevada representatividade no comércio do estado, uma vez que suas exportações são maiores que as importações. São definidos como pontos fracos os produtos que apresentam, simultaneamente, desvantagem comparativa revelada e taxa de cobertura inferior à unidade. Os produtos definidos como pontos fracos são de baixa representatividade na economia da região. Os produtos que possuem vantagem comparativa superior à unidade e taxa de cobertura inferior à unidade, ou vice-versa, são classificados como pontos neutros na economia. A identificação desses pontos fortes, fracos e neutros permite determinar os produtos que possuem melhores oportunidades de inserção comercial.

4.3.5 Índice de Comércio Intraindústria: Índice Grubel - Lloyd

De acordo com Martins et. al. (2010), o comércio do tipo intraindustrial refere-se ao fluxo de bens em uma mesma indústria ou setor, por sua vez, quando as trocas ocorrem entre diferentes setores de atividades, ocorre o chamado comércio do tipo interindustrial.

O Índice de Comércio Intraindústria, proposto por Grubel-Lloyd (1975), é uma medida do padrão comercial de uma economia, sinalizando se esta apresenta comércio do tipo intraindustrial. Pelo resultado deste índice, torna-se possível classificar o comércio praticado por uma economia em intraindústria ou interindústria. Segundo Grubel-Lloyd (1975), “[...] o valor das exportações de uma indústria é exatamente compensado por importações da mesma indústria”. O Índice é representado da seguinte maneira:

$$GL_i = \frac{(X_i + M_i) - |X_i - M_i|}{X_i + M_i} \quad (6)$$

onde:

X_i representa o valor exportações da indústria i ,

M_i representa o valor importações da indústria i .

$(X_i + M_i)$ indica o comércio total da indústria i ,

$(X_i + M_i) - |X_i - M_i|$ representa o comércio intraindústria e

$X_i - M_i$ representa o comércio interindústria.

O valor do índice GL está contido no intervalo 0 e 1. De acordo com Caldarelli e Miranda (2009), quando o índice sinaliza valores próximos de 0, mostra que o comércio apresenta características de interindustrial, podendo ser descrito pela teoria de Hecksher-Ohlin, por outro lado, quando o índice assume valores próximos de 1 isso sinaliza que o comércio é do tipo intraindustrial.

O critério usado para a determinação do padrão de comércio com base no referido índice é o mesmo empregado por Hidalgo (1993), onde se identifica o comércio intraindustrial quando o valor for maior do que 0,5 ($GL > 0,5$), e interindustrial quando o valor for menor do que 0,5 ($GL < 0,5$).

Paralelamente, o índice agregado de comércio intraindústria, para toda a economia, é representado da seguinte forma:

$$CIIA_i = 1 - \frac{\sum_i |X_i - M_i|}{\sum_i (X_i + M_i)} \quad (7)$$

onde:

X_i representa as exportações do produto i pelo MS e

M_i representa as importações do produto i pelo MS.

O valor desse índice varia de 0 a 1, sendo que todo o comércio será do tipo interindústria, caso o valor seja inferior a 0,5 e será intraindústria, se o valor for igual ou superior a 0,5.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo deste capítulo é a apresentação e a discussão dos principais resultados obtidos neste estudo. Apresentam-se a análise dos dados acerca das exportações do Estado e a composição da pauta, por produto e destino e dos índices propostos, assim como as respectivas análises.

5.1 DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO SUL-MATO-GROSSENSE

A análise preliminar dos dados mostra que a participação do agronegócio nas exportações do estado, em média, foi de 87% ao longo do período analisado, sendo que esta somente foi inferior à casa dos 80% no ano de 1998, quando alcançou 74%. Nos demais anos, manteve-se acima desta marca, atingindo 94% em 2001. Na Figura 5, são apresentadas as participações anuais, em percentuais, do agronegócio no Brasil e em Mato Grosso do Sul.

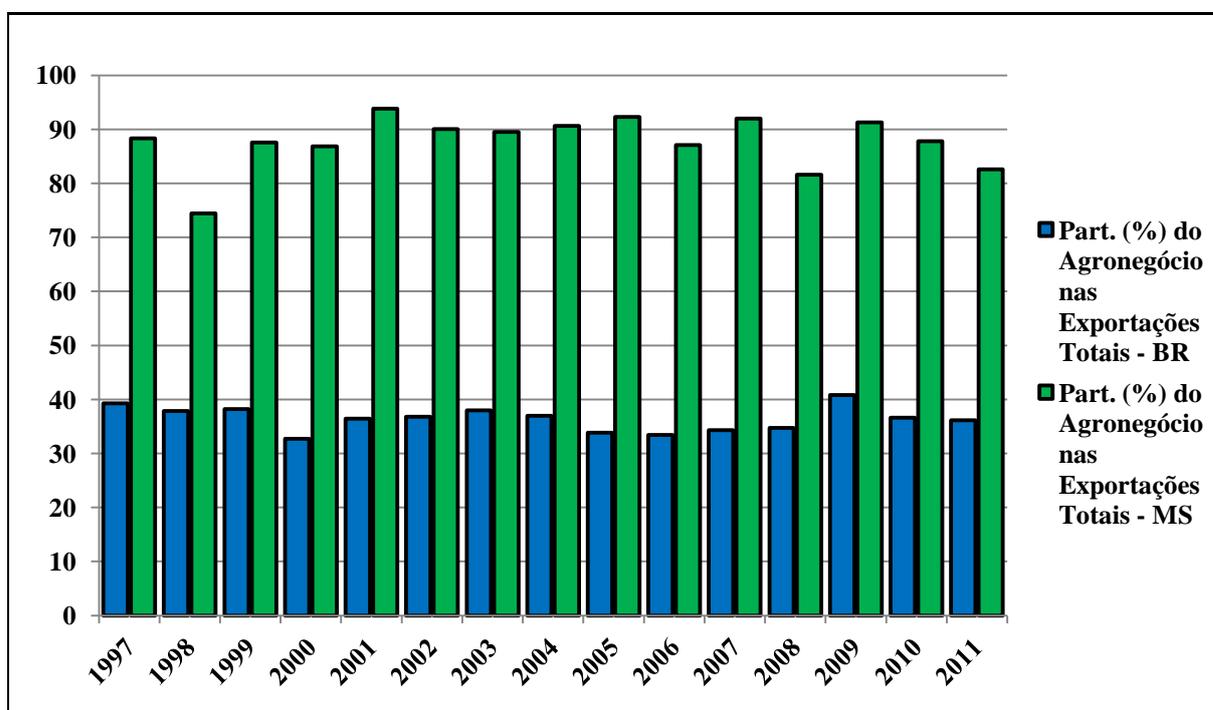


Figura 5 - Participação do agronegócio nas exportações totais do Brasil e Mato Grosso do Sul no período de 1997 a 2011 – em percentuais

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

A análise dos dados apresentados (Figura 5), permite observar que a participação do agronegócio no estado é mais que o dobro que a participação no Brasil, em quase todos os

anos da análise; a exceção ficou para o ano de 1998, quando a participação alcançou 1,95 vezes. Esta participação elevada dos produtos do agronegócio no total das exportações em Mato Grosso do Sul ocorre em virtude das características econômicas, geográficas e da colonização do estado. Neste cenário, as práticas agrícolas e agroindustriais ganham destaque na economia regional, promovendo o crescimento econômico. A abundância dos fatores terra, água e mão-de-obra contribuem para esse cenário e possibilitam ao estado a especialização neste segmento.

Vastas extensões territoriais, que favorecem o cultivo de grãos em larga escala, bem como a criação de gado e, nos últimos anos, a recuperação de terras degradadas com o cultivo da cana-de-açúcar, são fatores determinantes para a consolidação do agronegócio como principal setor do comércio externo do estado.

A representatividade do agronegócio pode ser observada, também, na Figura 6, onde é apresentada a evolução das exportações totais e do agronegócio do estado, para o período de 1997 a 2011.

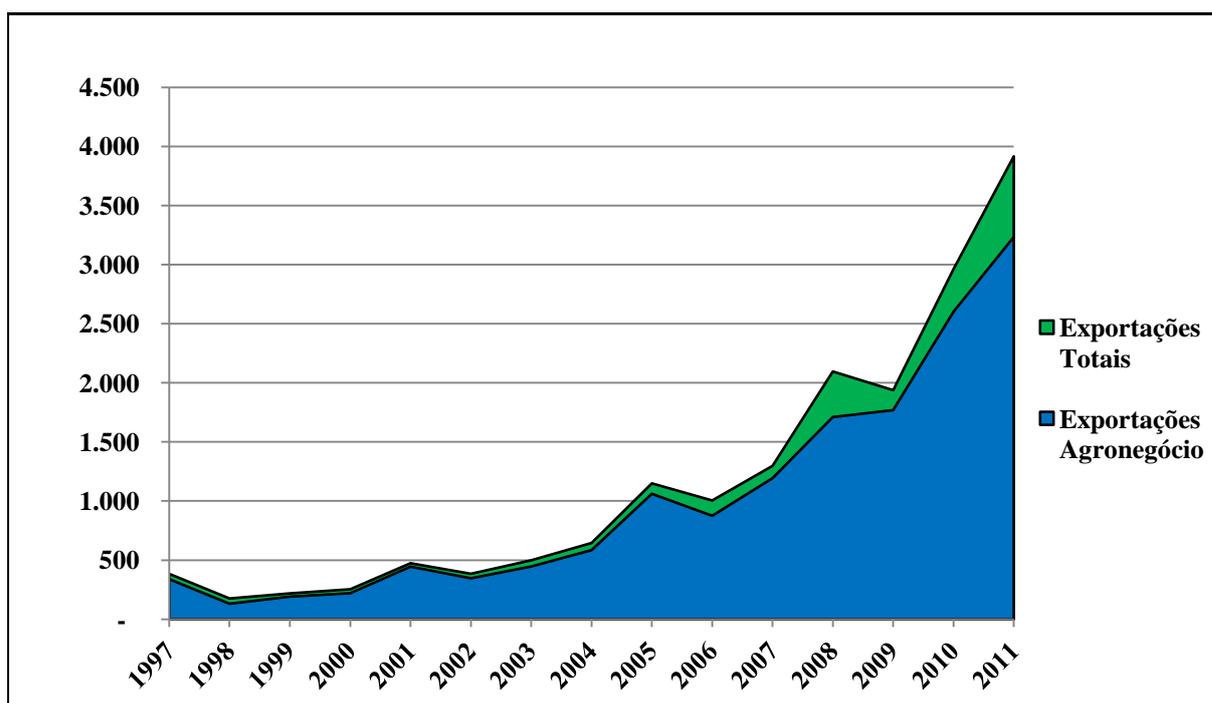


Figura 6 – Exportações de Mato Grosso do Sul no período de 1997 a 2011 – em milhões de Dólares

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

Em 1997, as exportações totais de Mato Grosso do Sul alcançaram o valor de US\$ 383,7 milhões, enquanto que as exportações do agronegócio do estado somaram US\$ 338,8 milhões. Em 2011, o estado contabilizou em exportações totais o valor de US\$ 3,9 bilhões, com as exportações do agronegócio chegando a US\$ 3,2 bilhões.

Ao se comparar o último ano da série, 2011, ao primeiro, 1997, observa-se uma variação de 920,66% nas exportações totais, ao passo que as exportações do agronegócio cresceram 854,56%. Este crescimento representou uma variação média anual de 16,75% nas exportações totais e 16,23% nas exportações do agronegócio. A variação maior das exportações totais indica que a participação nas exportações de produtos de outros setores, em valores monetários, está aumentando, o que demonstra uma tendência de queda na participação dos produtos do agronegócio no total exportado.

Considerando a variação percentual ocorrida entre 1997 e 2011, observa-se que o crescimento das exportações do agronegócio no estado foi superior ao crescimento nacional. Enquanto, no estado, o crescimento chegou a 854,56%, no cenário nacional, alcançou 344,75%. O resultado nacional apresentou crescimento médio anual de 10,46%, ou seja, 6,29% menor que o crescimento das exportações do agronegócio no estado.

As exportações do agronegócio sul-mato-grossense nos anos de 1998, 2002, 2006 e 2009 foram inferiores em comparação ao respectivo ano anterior, ou seja, não ocorreu crescimento nas exportações do setor nestes períodos. Devido a esta retração, as exportações totais também caíram nestes anos. As variações anuais da evolução das exportações são apresentadas na Figura 7, onde são comparados os desempenhos a cada ano das exportações totais e do agronegócio.

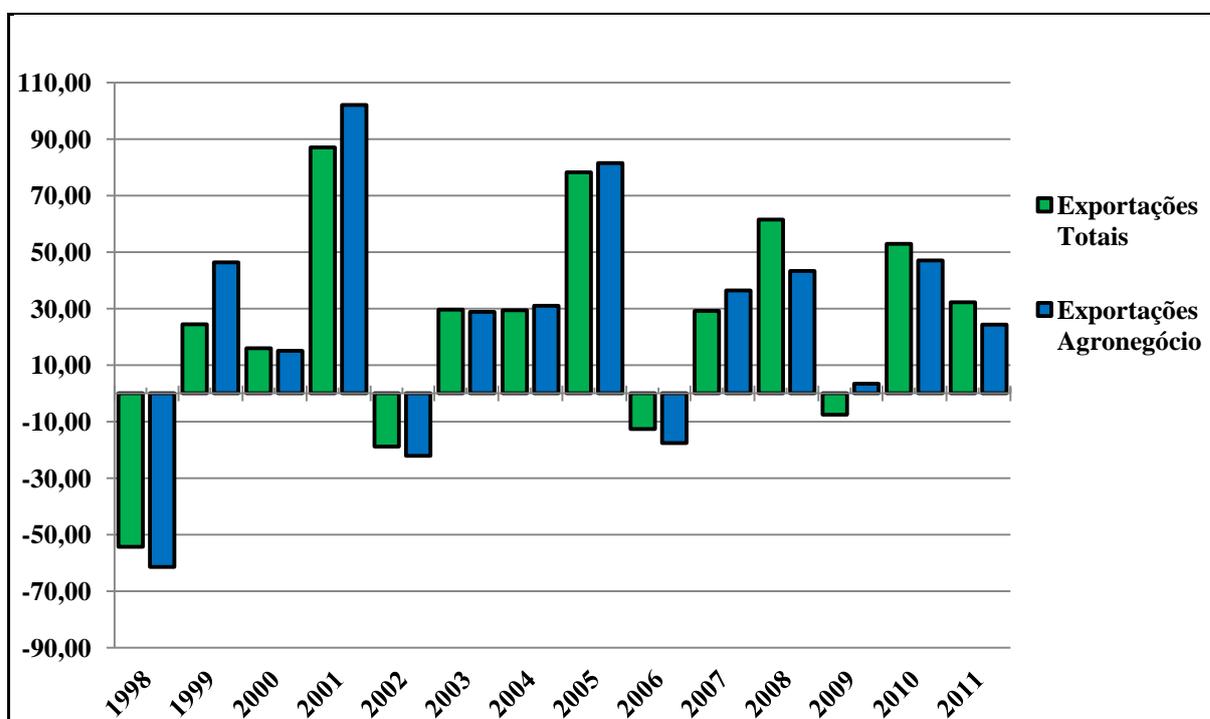


Figura 7 – Variação anual da evolução das exportações de Mato Grosso do Sul no período de 1997 a 2011 – em percentuais

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

Observa-se que, nos anos em que ocorre crescimento negativo nas exportações, 1998, 2002 e 2006, o percentual de queda nas exportações do agronegócio foi sempre maior. Exceto para o ano de 2009 em que o percentual de queda no total exportado foi maior que o do agronegócio. Do mesmo modo, ocorre em anos que se tem crescimento positivo das exportações em relação ao ano anterior, exclusive para os anos de 2008 e 2011, em que o percentual das exportações totais foi superior em comparação a do agronegócio.

A análise preliminar dos dados indica que os produtos do agronegócio, quer sejam, *in natura* ou industrializados, são os que mais contribuem nas exportações do estado. Deste modo, devido à elevada participação no montante das exportações, as oscilações dos produtos oriundos do agronegócio causam forte impacto no desempenho da pauta de exportações do estado.

5.2 ANÁLISE DOS INDICADORES DAS EXPORTAÇÕES DE MATO GROSSO DO SUL

Nesta seção, serão analisados os indicadores propostos na metodologia do trabalho para medir o desempenho do agronegócio na pauta de exportações do estado. Os indicadores utilizados são: indicador de concentração das exportações por capítulos e por destinos (índice de Gini-Hirschman); indicador de competitividade por capítulos (índice de VCR, índice de CSC e índice de TC) e indicador do tipo de comércio predominante, intra ou interindustrial, (índice GL).

5.2.1 Coeficiente de concentração das exportações por segmento: Índice de Gini-Hirschman (IGH)

A participação do agronegócio nas exportações do estado é caracterizada pela comercialização em uma grande diversidade de segmentos (capítulos na nomenclatura NCM), uma vez que dos trinta capítulos selecionados, como aqueles que compõem a pauta de exportação do agronegócio no estado, somente o capítulo 24 – Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados – não apresentou comercialização em nenhum dos anos da análise.

O índice de Gini-Hirschman (Figura 8) mostra que as exportações do estado apresentaram uma tendência de desconcentração, no que tange aos segmentos, isso significa que o estado possui uma maior variedade de segmentos com potencial de comercialização no mercado externo.

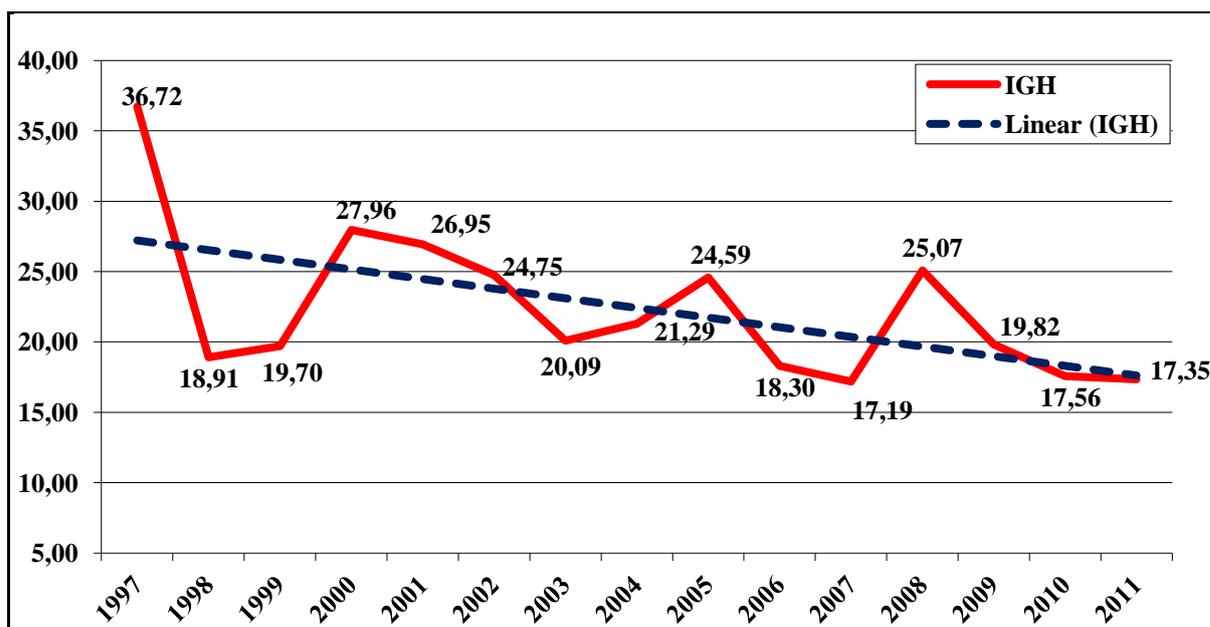


Figura 8 – Índice de concentração por capítulos das exportações do agronegócio de Mato Grosso do Sul

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

A partir de 1997, observa-se a ocorrência de oscilações do índice, apesar disso, os indicadores anuais mantêm a tendência de queda, reforçando o perfil diversificado das exportações. Observou-se também, uma maior tendência de concentração de segmentos nos anos em que a participação dos produtos do agronegócio aumentou como, por exemplo, nos anos de 2001, 2005 e 2008 (Figura 5). Também é de se considerar que o índice de 1997, ano de maior concentração, tenha sido influenciado pelos efeitos da lei complementar brasileira nº. 87, mais conhecida como Lei Kandir, que entrou em vigor em 13 de setembro de 1996 e, dentre suas disposições, isenta da tributação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), produtos e serviços destinados à exportação.

Apesar de os indicadores apontarem para a desconcentração em termos de capítulos, vale ressaltar que, em 2011, apenas quatro capítulos foram responsáveis por cerca de 80% das exportações do estado. Isso indica que, em números de segmentos, ocorre uma diversificação, todavia o valor total das exportações, predominantemente, é concentrado em poucos capítulos.

Na Tabela 8, apresenta-se o desempenho dos capítulos do agronegócio em MS, em termos de valores exportados para o período de 1997 a 2011, bem como a participação relativa de cada um e as variações percentuais no período e anual.

**Tabela 8 – Desempenho dos capítulos do agronegócio de Mato Grosso do Sul
– 1997 e 2011**

Capítulo	1997 Valor US\$	Part. %	2011 Valor US\$	Part. %	Variação % 1997/2011	Variação % Anual
02	24.079.078	7,11%	775.448.525	23,98%	3.120,42%	26,05%
12	88.577.885	26,14%	711.438.029	22,00%	703,18%	14,90%
17	5.937.533	1,75%	680.436.539	21,04%	11.359,92%	37,18%
47	0	0,00%	421.286.279	13,03%	-	-
23	182.601.985	53,89%	152.755.976	4,72%	-16,34%	-1,18%
10	6.689.983	1,97%	148.476.224	4,59%	2.119,38%	22,96%
15	14.531.908	4,29%	110.412.238	3,41%	659,79%	14,48%
41	8.782.941	2,59%	78.206.508	2,42%	790,44%	15,69%
52	0	0,00%	33.827.730	1,05%	-	-
48	7.193	0,00%	32.764.108	1,01%	455.399,90%	75,35%
05	3.861.992	1,14%	26.477.133	0,82%	585,58%	13,69%
22	310.483	0,09%	22.710.418	0,70%	7.214,54%	33,13%
16	4.876	0,00%	16.596.888	0,51%	340.279,16%	71,97%
44	862.237	0,25%	8.944.303	0,28%	937,34%	16,88%
04	5.085	0,00%	2.458.458	0,08%	48.247,26%	50,99%
11	969.965	0,29%	2.443.473	0,08%	151,91%	6,35%
20	24.640	0,01%	2.342.317	0,07%	9.406,16%	35,48%
21	321.882	0,09%	1.466.594	0,05%	355,63%	10,64%
01	389.847	0,12%	1.405.966	0,04%	260,65%	8,93%
09	257.603	0,08%	1.298.822	0,04%	404,20%	11,39%
19	553.663	0,16%	1.290.274	0,04%	133,04%	5,80%
18	0	0,00%	1.231.976	0,04%	-	-
03	59.151	0,02%	429.129	0,01%	625,48%	14,12%
13	0	0,00%	112.040	0,00%	-	-
06	0	0,00%	37.280	0,00%	-	-
07	0	0,00%	14.387	0,00%	-	-
08	0	0,00%	10.526	0,00%	-	-
14	0	0,00%	1.442	0,00%	-	-
53	0	0,00%	27	0,00%	-	-
24	0	0,00%	0	0,00%	-	-
Total	338.829.930	100%	3.234.323.609	100%	854,56%	16,23%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

Com base nos dados da Tabela 8, é possível observar que, em 1997, quatro capítulos foram responsáveis por 91,43% do total exportado. Somente o capítulo 23 – Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais – foi responsável por 53,89% do total exportado, com valor de US\$ 182,6 milhões. Deste valor, o item Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja foi responsável por US\$ 182,5 milhões, representando 99,97% do total do capítulo. O capítulo 12 - Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens - se destacou com exportações no valor de US\$ 88,6 milhões, representando 26,14% das exportações. Neste capítulo, o principal destaque foi o item: Outros grãos de soja, que, mesmo triturados, teve valores exportados, atingindo US\$ 86,4 milhões, o que representou 97,55% do total do capítulo. O capítulo 02 - Carnes e miudezas, comestíveis. – com participação de

7,11% e o capítulo 15 - Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal. – com participação de 4,49%, completaram a lista dos quatro principais capítulos exportadores em 1997.

Em 2011, a razão de concentração nos quatro primeiros capítulos foi de 80,05%, menor que a verificada em 1997. Dos quatro primeiros capítulos de 1997, apenas os capítulos 02 e 12 se mantiveram em 2011. O capítulo 02 - Carnes e miudezas, comestíveis. - ficou com a posição de maior exportador com participação de 23,98% e valor total exportado de US\$ 775,4 milhões. As exportações deste capítulo foram diversificadas em 2011, sendo compostas principalmente por: carnes desossadas de bovino, congeladas, com valor de US\$ 306,8 milhões e participação de 39,56%; Pedacos e miudezas, comestíveis de galos/galinhas congelados, valor de US\$ 256,9 milhões e participação de 33,13%; Outras carnes de suíno, congeladas, com valor exportado de US\$ 57,7 milhões (7,44%); carnes de galos/galinhas, n/cortada em pedacos, congelada, com valor de US\$ 55,8 milhões (7,20%) e carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas, com participação de 6,43% e valor de US\$ 49,9 milhões.

O segundo capítulo com maior exportação foi o 12 - Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens. – com valor total de US\$ 711,4 milhões e participação de 22%. A exemplo de 1997, no capítulo 12, o destaque foi o item Outros grãos de soja, mesmo triturados com valor total exportado de US\$ 695,5 milhões e com participação de 97,76% no total exportado pelo capítulo, participação esta levemente superior a de 1997. O capítulo 17 - Açúcares e produtos de confeitaria. – apareceu na terceira posição com valor total exportado de US\$ 680,4 milhões e participação de 21,04%. O principal item deste capítulo foi o açúcar de cana, em bruto, com exportações no valor de US\$ 650,7 milhões e participação no capítulo de 95,63%. Por fim, tem-se o capítulo 47 - Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão de reciclar (desperdícios e aparas) – com valor de US\$ 421,2 milhões e participação de 13,03% no total. O capítulo 47 possui suas exportações concentradas unicamente no item pasta química de madeira não conífera, a soda/sulfato, semibranqueada.

5.2.2 Coeficiente de concentração das exportações por destinos: Índice de Gini-Hirschman (IGH)

Em relação aos parceiros comerciais, a análise das exportações por países mostra que o estado exportou seus produtos para 181 nações, tanto no total das exportações, quanto nas específicas do agronegócio. Da mesma maneira que ocorre uma tendência de diversificação em termos de segmentos, o mesmo pode ser observado em relação aos destinos das exportações, uma vez que é significativo o número de países com os quais o estado manteve relações comerciais ao longo do período analisado.

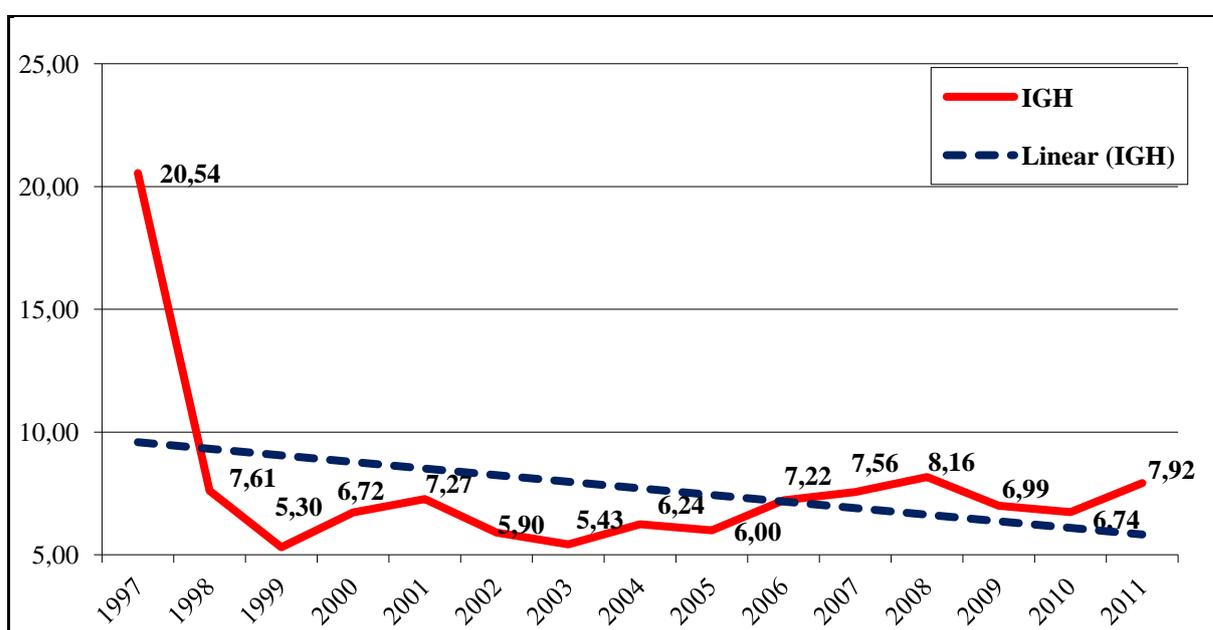


Figura 9 - Índice de concentração destinos (países) das exportações de Mato Grosso do Sul

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

Os resultados do índice Gini-Hirschman (Figura 9) para destino das exportações confirmam a existência de diversificação em relação ao número de parceiros comerciais. Entretanto, considerando os volumes exportados (Tabela 9), observa-se certa dependência das exportações do estado em relação a alguns poucos países. O ideal seria que a diversificação estivesse acompanhada de uma distribuição mais uniforme das exportações por países. Deste modo, as exportações do estado não ficariam vulneráveis às políticas econômicas e não econômicas dos países importadores – tais como barreiras tarifárias e não tarifárias e protecionismo de uma forma geral.

As Tabelas 9 e 10 apresentam os quatro principais países e blocos importadores do agronegócio de MS. As tabelas estão divididas em exportações totais em 1997 e 2011, por países e blocos de destino.

Tabela 9 – Principais países de destino das exportações do agronegócio de Mato Grosso do Sul

País Importador	1997 Valor US\$	Part. %	País Importador	2011 Valor US\$	Part. %	Var. % 1997/2011
Países Baixos	145.922.887	43,07	China	771.111.514	23,84	428,44
Alemanha	22.309.658	6,58	Países Baixos	234.039.694	7,24	949,05
França	21.646.142	6,39	Rússia	173.695.442	5,37	702,43
Japão	16.484.160	4,87	Irã	152.137.410	4,70	822,93
Outros	132.467.083	39,09	Outros	1.903.339.549	58,85	1.336,84
Total	338.829.930	100,00		3.234.323.609	100,00	854,56

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

Por meio da Tabela 9, é possível observar que os quatro principais países importadores de produtos do estado responderam, em 1997, por 60,91% das exportações, enquanto que, em 2011, este percentual caiu para 41,15%. Em 1997, o principal destino das exportações de Mato Grosso do Sul foram os Países Baixos (Holanda), com valor de US\$ 145,9 milhões, o que representou uma participação de 43,07% na pauta, seguidos de Alemanha (6,58%), França (6,39%) e Japão com 4,87%, ou seja, o principal destino eram os países da União Europeia. Os demais países apresentavam uma participação de 39,09%.

Em 1997, observa-se uma grande concentração das exportações por destino, uma vez que quase metade do valor exportado destinava-se a um único país. Já, em 2011, as exportações apresentaram-se menos concentradas, uma vez que o principal importador, a República Popular da China, teve uma participação de 23,84%, com valor de US\$ 771,1 milhões. Os Países Baixos representaram 7,24% enquanto a Federação da Rússia participou com 5,37% e a República Islâmica do Irã com participação de 4,75% no total das exportações. O restante, em 2011, ficou distribuído entre os demais 177 países que comercializaram com o estado.

O estado exportou, em 1997, para os Países Baixos, produtos dos capítulos 12 e 15, que, juntos, somaram US\$ 145,6 milhões, o que representou 99,81% do total exportado para este destino. Nestes capítulos, destacaram-se os seguintes itens: bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja, com valor de US\$ 93,5 milhões e participação de 64,09%; outros grãos de soja, mesmo triturados, com valor de US\$ 36,5 milhões e participação de 25,04%; e óleo de soja, em bruto, mesmo degomado, no valor total de US\$ 12,6 milhões, representando 8,61% do total exportado.

Em 2011, os principais capítulos exportados para a China foram: capítulo 12, com o item outros grãos de soja, mesmo triturados, no valor de US\$ 532,1 milhões; capítulo 17, com o item açúcar de cana, em bruto, com valor de US\$ 54,6 milhões; capítulo 15 com óleo de soja, em bruto, mesmo degomado, no valor de US\$ 48,3 milhões e o capítulo 02, com o item pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados, no valor de US\$ 33,1 milhões. Juntos, estes capítulos somaram o valor de US\$ 668,1 milhões, o que correspondeu a uma participação no total exportado de 86,64%.

Observa-se, também, que dos quatro principais destinos das exportações do agronegócio brasileiro em 2011, China, Estados Unidos, Países Baixos e Rússia, somente os Estados Unidos não figuram como um dos principais destinos para os produtos de MS.

Uma das explicações pode ser o fato de que as importações norte-americanas de produtos brasileiros se concentram basicamente no capítulo 09 - café, chá, mate e especiarias, no capítulo 47 - pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas, no capítulo 22 - bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (2011) e no capítulo 44 - madeira, carvão vegetal e obras de madeira (até 2010). Com exceção do capítulo 47 (a partir de 2009), os demais não são expressivos nas exportações do estado.

A análise das exportações por blocos econômicos registrou a ocorrência de exportações para 58 agrupamentos. É importante ressaltar que muitos países fazem parte de mais de um bloco ou região, enquadrando sua comercialização em razão dos acordos específicos para cada negociação.

Tabela 10 - Principais blocos de destino das exportações do agronegócio de Mato Grosso do Sul

Bloco Importador	1997 Valor US\$	Part. %	2011 Valor US\$	Part. %	Variação % 1997/2011
Ásia (excl. Oriente Médio)	40.948.613	12,09	1.405.106.167	43,44	3.331,39
União Europeia – U.E	254.187.619	75,02	561.880.810	17,37	121,05
Oriente Médio	271.996	0,08	384.970.213	11,90	141.435,25
África (excl. Oriente Médio)	7.026.055	2,07	258.309.247	7,99	3.576,45
Mercado Comum do Sul - MERCOSUL	25.982.394	7,67	54.472.669	1,68	109,65
Demais Blocos	10.413.253	3,07	569.584.503	17,61	5.369,80
Total	338.829.930	100,00	3.234.323.609	100,00	854,56

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

A análise das exportações por blocos comerciais mostra que, em 1997, os países da Europa (75,02%) e da Ásia (12,09%) foram os principais destinos, com 87,11% do total exportado pelo estado, seguidos pelo MERCOSUL. Os dados apontam que, de 1997 a 2005, a União Europeia era o principal destino das exportações. O primeiro revés aconteceu entre

2006 e 2008, quando o bloco perdeu definitivamente (até 2011) o posto de principal destino para a Ásia, que, em 2011, apresentou uma participação de 43,44% contra 17,37% da União Europeia.

Completando o *ranking* de destinos em 2011, tem-se, ainda, o Oriente Médio, com participação de 11,9%, a África, com 7,99% e o MERCOSUL, com participação de 1,68%.

Outra importante observação diz respeito à desconcentração dos destinos, ocorrida em 2011, quando comparado a 1997. Em 1997, o principal destino concentrava 75,02% do valor exportado, ao passo que, em 2011, esta concentração caiu para 43,44%, apresentando também uma melhor distribuição entre o segundo, terceiro e quarto colocados no *ranking* dos destinos.

5.2.3 Vantagem Comparativa Revelada (VCR)

O Índice de VCR foi utilizado para analisar a especialização das exportações nos capítulos pertencentes ao agronegócio em relação às exportações totais do estado de Mato Grosso do Sul. Os resultados foram obtidos pelo cálculo da participação de determinados capítulos da pauta de exportação do estado, em relação à participação do estado no total das exportações do país.

Deste modo, quanto maior for o volume exportado por um determinado capítulo do estado, em relação ao volume total exportado do mesmo capítulo pelo país, maior será a vantagem comparativa deste capítulo para o estado, e por consequente maior a vantagem de especialização do estado.

Os resultados obtidos pela operacionalização do VCR indicam que um determinado capítulo possui vantagem comparativa quando o resultado apresentar valores entre 1 e infinito e, valores entre 0 e 1 para capítulos com desvantagens comparativas.

O período da análise, de acordo com a metodologia deste trabalho, está compreendido em um intervalo de 15 anos, período de 1997 a 2011. Para tanto, considera-se que um determinado capítulo possua alguma vantagem comparativa se o valor calculado do índice for superior a 1 em, pelo menos, nove dos 15 anos, ou seja, mais da metade do período em análise.

Na Tabela 11, são apresentados os resultados obtidos por meio do cálculo do índice de Vantagens Comparativas Reveladas, aplicados aos trinta capítulos do agronegócio do estado.

Tabela 11 - Vantagem Comparativa Revelada (VCR) do agronegócio sul-mato-grossense, por capítulos – de 1997 a 2011

Capítulo	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
01	3,49	3,01	0,16	0,35	0,53	0,12	0,94	0,70	0,22	0,00	0,03	0,04	0,01	0,01	0,08
02	1,14	2,90	3,03	3,71	3,49	3,04	2,71	2,45	2,29	1,28	1,36	2,19	2,25	1,78	1,62
03	0,03	0,02	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,07	0,24	0,26	0,22	0,26	0,11	0,06
04	0,02	0,09	0,22	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,11	0,16	0,25
05	3,53	6,41	4,66	3,95	2,59	2,12	1,95	2,37	1,90	1,93	2,25	1,96	2,17	1,45	1,47
06	0,00	0,10	0,00	0,01	0,00	0,02	0,14	0,15	0,13	0,14	0,12	0,07	0,14	0,04	0,04
07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,15	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,01	0,01
08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00
10	7,53	2,02	0,11	0,52	0,48	0,82	2,26	0,77	0,14	4,00	3,51	1,09	1,05	1,53	1,05
11	5,12	11,41	7,99	4,73	0,19	0,06	0,65	0,36	0,13	0,37	0,64	0,32	1,34	1,68	0,97
12	2,20	1,28	2,67	0,75	1,39	0,63	0,84	1,22	1,68	2,49	2,08	1,71	0,99	1,33	1,23
13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	2,51	0,30	0,46	0,01	0,04	0,03
14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,11	0,08	0,00
15	1,19	1,80	0,13	0,53	0,18	0,55	1,52	2,37	1,55	0,66	1,14	0,92	1,08	1,07	1,22
16	0,00	0,20	0,13	0,09	0,00	0,09	0,22	0,40	0,63	0,41	0,33	0,40	0,44	0,28	0,28
17	0,20	0,59	1,07	0,34	0,24	0,46	0,34	0,36	0,29	0,55	0,37	0,31	0,65	0,84	1,29
18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,10	0,08	0,08
19	1,05	2,41	0,78	0,28	0,04	0,09	0,11	0,18	0,04	0,11	0,20	0,09	0,20	0,22	0,20
20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,03	0,03
21	0,04	0,19	0,05	0,05	0,00	0,00	0,03	0,04	0,04	0,05	0,03	0,00	0,01	0,03	0,04
22	0,13	1,22	2,21	1,46	0,47	0,26	0,27	0,05	0,01	0,01	0,02	0,09	0,21	0,26	0,40
23	3,95	3,47	2,79	4,15	2,31	2,83	2,06	0,73	1,57	2,29	2,26	1,78	1,35	0,98	0,73
24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	0,73	3,65	1,65	1,12	1,37	1,89	1,91	2,95	2,37	3,16	2,74	2,18	1,75	0,96	1,09
44	0,04	0,22	0,63	0,74	0,44	0,70	0,81	0,78	0,53	0,54	0,44	0,37	0,21	0,14	0,13
47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,42	2,40	2,41
48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,07	0,48	0,43
52	0,00	0,00	0,00	0,35	0,97	1,09	1,42	0,92	0,55	1,04	0,67	0,94	0,84	0,49	0,54
53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

A Tabela 11 mostra que, dos capítulos considerados como do agronegócio em MS, os capítulos 02 - Carnes e miudezas, comestíveis e 05 - Outros produtos de origem animal – apresentaram vantagens comparativas em todos os anos da análise. O capítulo 02 apresentou, em 1997, seu menor índice 1,14 e o maior, 3,71, em 2001. No último ano da análise, 2011, o índice foi 1,62, demonstrando, nos últimos anos, uma tendência de queda do indicador. Já o capítulo 05 apresentou seu pior desempenho em 2010, com índice de 1,45 e seu melhor, em 1998, quando chegou a 6,91. Em 2011, o capítulo 05 apresentou índice de 1,47, mostrando uma pequena reação.

O capítulo 41 - Peles, exceto a peleteria, e couros – apresentou vantagens comparativas em 13 dos 15 anos analisados, alcançando, em 1998, seu melhor desempenho, com índice de 3,65. Em 1997 e 2010, o capítulo apresentou desvantagem comparativa com indicadores de 0,73 e 0,96 respectivamente. Em 2011, o resultado foi 1,09, mostrando potencial de recuperação.

O capítulo 23 - Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais - apresentou vantagens comparativas em 12 dos 15 anos analisados, sendo que seu melhor desempenho foi em 2000, com índice de 4,15 e os piores foram 2004 e 2011, com índice de 0,73. Em 2010, o índice foi de 0,98, valor muito próximo à unidade, entretanto, com o resultado de 2011, ficou caracterizada a tendência de queda do indicador.

Já o capítulo 12 - Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos – alcançou vantagens comparativas em 11 dos 15 anos analisados, apresentou, em 1997, o valor de 2,67 como seu melhor resultado e 0,63, em 2002, como o pior. Este capítulo apresentou, em 2009, o índice de 0,99. Este resultado aponta uma desvantagem comparativa, porém muito próximo à unidade. O capítulo, nos demais anos, de 2004 a 2011, apresenta vantagem comparativa, mesmo que com queda nos indicadores a partir de 2006.

Os capítulos 10 - Cereais - e 15 - Gorduras e óleos animais ou vegetais - apresentam vantagens em 9 dos 15 anos analisados. O capítulo 10 obteve, em 1997, o seu melhor índice 7,53 e, em 1999, o pior 0,11. Nos últimos seis anos, o capítulo apresentou vantagens comparativas, mantendo seu desempenho num intervalo de 4,0 em 2006 e 1,05 em 2009 e 2011. O capítulo 15 apresentou melhor desempenho em 2004, com índice de 2,34 e o pior, em 1999, com índice de 0,13. Nos últimos três anos, o capítulo mantém VCR estável com crescimento em 2011.

Os capítulos 01, 13, 14, 17, 19, 22, 47 e 52 apresentaram, em alguns anos, vantagens comparativas, entretanto, não o suficiente para defini-los como possuidores de tais vantagens ao longo do período analisado. Porém, destes capítulos, pode-se destacar o capítulo 47- Pastas

de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas-, uma vez que o estado iniciou a exportação de seus produtos em 2009 e, nestes três anos, apresenta índices de VCR expressivos e constantes. Os demais capítulos da pauta de exportação não apresentaram vantagens comparativas no período analisado.

Deste modo, a análise dos índices de VCR aponta os capítulos 02, 05, 10, 12, 15, 23 e 41 como os que mais possuem vantagens comparativas nas exportações do estado, por conseguinte, revela potencial de competitividade para os setores em que estes capítulos estão inseridos.

Os capítulos 02 e 05 foram os únicos que apresentaram vantagens comparativas em todos os anos da série analisada. Os produtos destes capítulos são originários da pecuária do estado. A pecuária, principalmente a bovinocultura de corte, demonstra ser uma das atividades que potencializam o crescimento econômico do estado, mesmo com a forte concorrência sofrida nas últimas décadas; primeiro, a concorrência das lavouras de soja e, nos últimos anos, as lavouras de cana-de-açúcar. Ao agregar as atividades de suinocultura e avicultura, pode-se observar a importância de tais segmentos no estado, principalmente no que concerne à inserção em um cenário internacional.

O rebanho bovino sul-mato-grossense, em 2010, alcançou 22,4 milhões de cabeças (IBGE, 2012d), este número foi praticamente o mesmo mantido nos anos de 2008 e 2009, porém, 10,53% menor que o rebanho de 2003, considerado o maior volume do estado. Em 2011, o setor abateu 3,1 milhões de cabeças bovinas com total de 739 milhões de quilos, perfazendo uma média de 239,24 quilos por animal abatido. O total abatido apresentou uma redução de 1,21% em relação ao número de animais abatidos em 2010. Ainda em 2011, ocorreu um aumento de 10,25 % em relação a 2010, no número de fêmeas abatidas (FAMASUL, 2011).

De acordo com o MDIC (2012), o estado, em 2011, exportou US\$ 358,2 milhões em carne bovina *in natura*, este resultado foi 15,25% inferior ao observado em 2010, quando registrou US\$ 422,7 milhões. Mesmo com a queda na exportação, o estado manteve-se como quarto maior estado exportador no Brasil, com participação de 8,6% do total exportado pelo país, ficando atrás dos estados de São Paulo, Mato Grosso e Goiás. Os principais destinos das exportações de carne bovina do estado foram: Irã, Egito, Rússia, Venezuela e Hong Kong.

A bovinocultura do estado iniciou, em 2011, com preços e demanda em alta, no entanto, a partir de novembro, a demanda sofreu um recuo, culminando com a redução dos abates em relação a 2010. Outro ponto desfavorável foi a redução no número de abates de machos e aumento nos abates de fêmeas, provavelmente gerados por falta de pastagens ou de

resultados ruins nos períodos de cobertura (monta). O reflexo do abate de matrizes poderá ser percebido por uma possível redução na oferta de animais em 2012. A desvalorização cambial e a valorização do produto no mercado externo foram fatores que contribuíram para compensar, mesmo que parcialmente, as receitas das exportações em 2011 (FAMASUL, 2011).

O rebanho suíno do estado, em 2010, chegou a 1,1 milhão de cabeças (IBGE, 2012d). Em 2011, segundo dados da FAMASUL (2011), foi abatido cerca de 1,1 milhão de animais, representando um aumento de 13,99% no número de animais abatidos em relação a 2010, totalizando 92,7 milhões de quilos, com média por animal abatido de 87,8 quilos.

A exportação de carne suína *in natura*, em 2011, cresceu 29,56%, chegando a US\$ 57,8 milhões, mantendo o estado na sexta posição dos exportadores brasileiros, ficando atrás dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Goiás. Os principais destinos das exportações do estado foram Argentina, Hong Kong, Venezuela, Singapura e Equador.

A suinocultura no estado sofreu, em 2011, com os altos preços do milho e da soja, que pressionaram os custos de produção. Entretanto, durante o ano, ocorreu um aumento na demanda externa e principalmente a entrada de novos parceiros, no caso países integrantes do MERCOSUL, favorecendo um aumento nas exportações totais na ordem de 22%, gerando um acréscimo nos abates em relação a 2010. Assim, no período, pode se observar um crescimento nas receitas de exportações na ordem de 30% (FAMASUL, 2011).

Já o plantel de aves (galos, frangos e pintos) no estado, de acordo com IBGE (2012d), em 2010, foi de 22,7 milhões de animais. Sendo que foram abatidos 146,2 milhões de animais, totalizando 341,4 milhões de quilos, que representaram, em média, 2,34 quilos por animal. O número de animais abatidos sofreu uma pequena redução de 0,03% em relação a 2010.

O Mato Grosso do Sul exportou, em 2011, o valor de US\$ 312,7 milhões no segmento avícola (MDIC, 2012), o que representou um crescimento de 27,15% em relação a 2010. Mesmo com este crescimento expressivo, a participação do estado nas exportações totais do país, ainda é modesta, pois representa somente 4,4% do total exportado. Deste modo, o estado encontra-se na oitava posição entre os estados brasileiros exportadores de carnes de frango. Os principais destinos das carnes de frango exportadas pelo estado são: Japão, Arábia Saudita, China, Holanda e Hong Kong.

Segundo a FAMASUL (2011), a avicultura enfrentou os mesmos problemas que a suinocultura em 2011 como, por exemplo, alta do preço do milho e soja que pressionaram os custos de produção. O aumento da demanda interna no decorrer do ano influenciou no

aumento do preço pago ao produtor. O abate de aves permaneceu estável e o volume exportado não sofreu grandes alterações, sendo que as receitas também foram compensadas em parte pela desvalorização cambial e valorização externa dos produtos.

Por ser o VCR elaborado por meio de dados de exportações já realizadas – dados *ex post* –, este possui algumas limitações principalmente por não considerar alguns fatores presentes no comércio internacional, dentre as quais as diferenças cambiais, os subsídios, as medidas protecionistas e as restrições tarifárias e não tarifárias. O VCR também não considera os valores referentes às importações do estado.

Por essa razão, e também, como subsídio à análise da competitividade e no sentido de atenuar as possíveis limitações do VCR, optou-se por agregar à análise a medida da taxa de cobertura (TC) apresentada a seguir.

5.2.4 Taxa de Cobertura (TC)

O cálculo da TC permite determinar a especialização da economia do estado, pois, a partir dele, é possível visualizar os capítulos fortes, fracos e neutros na especialização da economia do estado. Pelo critério de Gutman e Viotti (1996), a determinação dessa especialização leva em consideração a análise da estrutura do comércio e das vantagens competitivas através da interpretação simultânea dos resultados dos índices de TC e VCR.

Tabela 12 – Taxa de Cobertura (TC) do agronegócio sul-mato-grossense, por capítulos, de 1997 a 2011

Capítulo	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
01	0,05	0,02	0,00	0,01	4,33	0,00	#	#	#	#	#	#	#	#	#
02	20,12	11,54	17,09	3,96	12,50	5,05	4,82	7,88	19,76	6,15	6,47	11,99	14,92	9,82	6,87
03	0,96	#	#	#	0,06	0,12	0,01	0,02	0,39	0,77	1,09	0,25	0,15	0,09	0,02
04	#	#	#	#	0,15	0,00	0,01	0,22	0,00	0,00	0,09	0,04	0,51	0,51	0,11
05	2,37	1,09	2,07	13,43	51,06	7,93	73,21	6,76	9,77	877,17	42,31	27,75	26,50	26,15	34,24
06	0,00	39,00	#	#	#	#	#	#	#	#!	#	#	#	#	#
07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08	0,00	#	0,09	0,48	#	#	9,44	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,07	#
09	0,47	2,03	#	#	#	#	#	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,24	37,59	11,31
10	1,97	0,05	0,00	0,09	2,85	7,76	7,94	2,11	0,15	5,35	8,61	2,83	3,30	12,18	11,56
11	7,99	17,00	#	5,27	0,16	0,09	2,35	0,16	0,19	0,08	0,04	0,05	0,09	0,16	0,09
12	18,09	20,86	373,81	35,97	100,73	28,95	25,47	226,22	131,49	137,19	55,79	118,45	58,91	104,89	138,71
13	0,00	0,00	0,00	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
14	#	#	#	#	#	#	0,00	#	#	#	#	#	#	#	#
15	#	#	48,28	13,89	4,67	30,09	51,02	100,45	65,07	6,14	27,41	181,22	54,49	63,34	4,05
16	#	#	#	#	#	#	10,23	17,74	53,01	31,36	24,12	33,51	35,16	26,02	55,89
17	#	2369,98	3241,79	#	#	#	#	#	#	#	2417,36	8674,11	#	#	#
18	#	3,18	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
19	16,45	1000,65	#	10,59	6,35	0,37	0,05	0,25	0,02	0,12	6,32	3,09	9,77	3,20	#
20	#	#	#	#	#	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,09	0,10
21	7,13	1,83	14,44	35,24	#	#	#	6,47	9,48	2,55	1,24	0,25	0,50	4,63	1,48
22	2,17	52,66	#	#	#	#	46,31	16,48	#	1,48	0,21	10,53	965,23	1322,48	642,61
23	30433,66	706,51	1669,75	448,73	437,75	126,99	122,08	82,41	240,26	187,85	292,47	414,51	664,90	3410,34	5091,87
24	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
41	#	#	#	#	#	#	#	66,90	#	#	#	525,16	126,49	#	139,30
44	0,79	1,26	15,10	14,68	12,71	21,57	39,89	70,64	49,96	12,51	5,40	2,15	1,54	1,05	0,89
47	#	#	#	#	#	#	#	0,00	0,00	#	#	#	#	#	#
48	2,02	310,75	#	0,38	0,00	0,09	0,35	0,35	0,08	0,07	0,36	0,75	15,66	44,10	10,57
52	#	#	0,00	#	31538,05	1273,32	#	26,39	4,75	1,48	1,00	0,66	0,98	0,37	0,69
53	#	#	#	#	#	#	#	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

Nota: O símbolo # pode significar ausência de importações ou inexistência de comércio. (0,00) significa a inexistência de exportações.

Os dados da Tabela 12 se referem aos índices da Taxa de Cobertura dos capítulos do agronegócio sul-mato-grossense, onde se destacam os capítulos 02 - Carnes e miudezas, comestíveis, 05 - Outros produtos de origem animal, 12 - Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos – e 23 - Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares - que apresentaram valores de Taxa de Cobertura superiores à unidade nos 15 anos analisados. Destes, destacam-se os valores obtidos ao longo da série pelo capítulo 23, principalmente no ano de 1997, quando o índice atingiu o valor de 30.433,66. O menor índice atingido pelo capítulo foi em 2004 (82,41), sendo que, em 2011, o índice foi de 5.091,87.

O capítulo 15 - Gorduras e óleos animais ou vegetais – somente não apresentou índices superiores à unidade nos dois primeiros anos de análise, mantendo-se num intervalo de 4,05 em 2011 a 181,22 em 2008. Os capítulos 10 - Cereais – e 21 - Preparações alimentícias diversas – apresentaram índices superiores à unidade em 11 e 10 anos da análise, respectivamente.

Os capítulos 16 - Preparações de carne, de peixes – e 22 - Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres – encerram a lista dos capítulos considerados como pontos fortes na economia estadual, com índices superiores à unidade em 9 dos 15 anos analisados, sendo que o capítulo 22 apresentou índices elevados nos três últimos anos da série, e, em 2010, alcançou o resultado de 1.322,48.

Os demais capítulos apresentaram índices superiores à unidade, porém de forma esporádica, como é o caso dos capítulos 01, 03, 06, 08, 09, 11, 17, 18, 19, 41, 48 e 52. Dentre estes, destaca-se o capítulo 17 - Açúcares e produtos de confeitaria - com quatro índices com valores que variam entre 2.369,98, em 1998, a 8.674,11, em 2008. Também se destaca o capítulo 52 – Algodão – com índice de 31.538,05, em 2001, e 1.273,32, em 2002.

Os capítulos 02, 05, 12 e 23 alcançaram índices positivos em todos os anos da série, sendo que os capítulos 02 e 05 já foram, anteriormente, destacados nos resultados de VCR. Sendo assim, nesta análise, dar-se-á destaque aos capítulos 12 e 23. Estes capítulos são compostos por produtos de origem da agricultura, basicamente a cultura da soja, com exceção de farinhas, pós e pellets, de carnes, de miudezas, de peixes ou crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos, impróprios para alimentação humana; torresmos. -, do capítulo 23 que são de origem de atividades de pecuária e/ou aquicultura.

A produção de soja encontra, no estado, condições propícias ao seu desenvolvimento, fatores como abundância territorial, relevo e condições climáticas aliadas ao desenvolvimento tecnológico de sementes, máquinas, equipamentos e processos, assim como mão-de-obra, propiciam um ambiente favorável a colheitas de boa qualidade e bom rendimento.

A cultura da soja registrou, em 2010, uma área plantada de 1,7 milhão de hectares, praticamente a mesma área de 2007, 2008 e 2009, porém 15% menor que 2005, quando o estado atingiu dois milhões de hectares. A produção de 2010 foi de 5,3 milhões de toneladas, alcançando uma produtividade de 3,08 toneladas por hectare, ou 51 sacas de 60 quilos por hectare. A produção cresceu 31,99% em relação a 2009. Cabe ressaltar que 2009 não foi um bom ano para a agricultura no estado, principalmente por questões climáticas, mesmo assim, se a comparação for relativa a 2008, o crescimento foi de 15,9% (IBGE, 2012c).

As exportações de soja em grãos, em 2011, alcançaram o valor de US\$ 695,5 milhões, representando um aumento em relação ao ano anterior de 36,61%. Este valor representa 4,26% das exportações brasileiras, colocando o MS na sexta posição dos estados brasileiros exportadores de soja em grão, atrás dos estados de Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Bahia. Os principais destinos da soja exportada pelo estado são: China, Tailândia, Taiwan, Países Baixos (Holanda) e Coreia do Sul (FAMASUL, 2011).

As exportações de óleo de soja e farelo de soja contribuíram para o bom desempenho do segmento, uma vez que o estado exportou em óleo de soja o valor de US\$ 106,1 milhões que representou 4,99% das exportações totais do país, como também, apresentara um crescimento de 75,64% em relação ao ano anterior. Em relação ao óleo de soja, cabe salientar, que este pertence ao capítulo 15 e, no cômputo acima, foram agregados os valores dos produtos: óleo de soja, em bruto, mesmo degomado, óleo de soja, refinado, em recipientes com capacidade ≤ 5 litros e óleo de soja, refinado, em recipientes com capacidade > 5 litros. Já o farelo de soja alcançou o valor de US\$ 149,6 milhões, representando 2,63% das exportações brasileiras. As exportações de farelo de soja no estado sofreram uma retração de 12,87%, no ano de 2011, em relação ao ano de 2010 (MDIC, 2012).

Assim como apresentado por Rocha e Leite (2007), Silva e Montalván (2008) e Martins et. al. (2010) considera-se que os capítulos que possuem, simultaneamente, VCR e TC iguais ou superiores a 1 são considerados pontos fortes de uma economia – com elevada representatividade nas exportações do estado, enquanto os que apresentarem, também de forma simultânea, VCR e TC inferiores a 1 serão considerados pontos fracos. Os produtos que possuem vantagem comparativa superior à unidade e taxa de cobertura inferior à unidade, ou vice-versa, são classificados como pontos neutros na economia.

Na Tabela 13, estão agrupados os capítulos que possuem de acordo com tais critérios, simultaneamente, VCR e TC > 1 . Ou seja, possuem vantagens comparativas e são pontos fortes da economia do estado.

Tabela 13 - Pontos Fortes, Fracos e Neutros do agronegócio sul-mato-grossense, por capítulos, de 1997 a 2011

Capítulo	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
01	Neutro	Neutro	Fraco	Fraco	Neutro	Fraco									
02	Forte														
03	Fraco	Neutro	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco									
04	Fraco														
05	Forte														
06	Fraco	Neutro	Fraco												
07	Fraco														
08	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Neutro	Fraco							
09	Fraco	Neutro	Fraco	Neutro	Neutro	Neutro									
10	Forte	Neutro	Fraco	Fraco	Neutro	Neutro	Forte	Neutro	Fraco	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
11	Forte	Forte	Neutro	Forte	Fraco	Fraco	Neutro	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Neutro	Neutro	Fraco
12	Forte	Forte	Forte	Neutro	Forte	Neutro	Neutro	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte	Neutro	Forte	Forte
13	Fraco	Neutro	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco								
14	Fraco	Neutro	Fraco	Fraco											
15	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Forte	Forte	Forte	Neutro	Forte	Neutro	Forte	Forte	Forte
16	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Neutro								
17	Fraco	Neutro	Forte	Fraco	Neutro	Neutro	Fraco	Fraco	Neutro						
18	Fraco	Neutro	Fraco												
19	Forte	Forte	Fraco	Neutro	Neutro	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Fraco
20	Fraco														
21	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Fraco	Fraco	Fraco	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Fraco	Fraco	Neutro	Neutro
22	Neutro	Forte	Neutro	Neutro	Fraco	Fraco	Neutro	Neutro	Fraco	Neutro	Fraco	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro
23	Forte	Neutro	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte	Neutro	Neutro						
24	Fraco														
41	Fraco	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Forte	Neutro	Neutro	Neutro	Forte	Forte	Fraco	Forte
44	Fraco	Neutro	Fraco												
47	Fraco	Neutro	Neutro	Neutro											
48	Fraco	Neutro	Fraco	Neutro	Neutro	Neutro									
52	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Forte	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco
53	Fraco														

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MIDC - Sistema ALICEWEB (2012).

Observa-se, na Tabela 13, que os únicos capítulos que apresentaram simultaneamente VCR e $TC > 1$ em todos os anos foram: capítulos 02 - Carnes e miudezas, comestíveis -, e 05- Outros produtos de origem animal -. O capítulo 10, no período analisado, apresentou VCR e $TC > 1$ simultâneos nos anos de 1997, 2003 e 2006 a 2011, mostrando que, nos últimos seis anos, o capítulo apresenta uma tendência positiva de consolidação em termos de VCR e TC. Os capítulos 12 e 23 apresentam-se como pontos fortes da economia em todos os anos, apesar de, em alguns anos da análise, não apresentarem vantagens comparativas. O capítulo 15 – Gorduras e óleos animais ou vegetais - possui o mesmo desempenho dos capítulos 12- Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos – e 23 - Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares - porém, como nos dois primeiros anos da análise, o capítulo não possuiu importações, somente exportações, por isso não foi possível matematicamente defini-lo como um ponto forte ou fraco da economia do estado.

5.2.5 Contribuição para o Saldo Comercial (CSC)

O índice de CSC permite a comparação de diferentes padrões de especialização de uma economia, uma vez que seu cálculo consiste na comparação do saldo comercial de cada capítulo com o saldo comercial teórico desse mesmo capítulo. Este índice não é afetado pelos movimentos dos juros e taxa reais de câmbio, permitindo análises intertemporais dos dados.

O resultado do índice pode ser expresso em valores positivos ou negativos, sendo que os valores positivos indicam que o estado apresentará vantagens comparativas, ao contrário, se negativos, que o estado não possuirá vantagem comparativa no setor em questão.

Cabe resaltar que, na opinião de Xavier (2000), mesmo com a incorporação do fluxo de importações e da maior sofisticação estatística, o indicador de contribuição para o saldo comercial também é somente um indicador de resultado, estando assim, sujeito às mesmas restrições analíticas que recaem sobre o índice de vantagens comparativas reveladas.

Tabela 14 - Contribuição para o Saldo Comercial (CSC) do agronegócio sul-mato-grossense, por capítulos, de 1997 a 2011

Capítulo	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
01	-7,63	-18,22	-10,09	-5,17	-0,01	-4,20	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01
02	0,33	4,27	3,77	-14,18	-4,83	-11,44	-9,46	-1,94	3,51	-3,13	-0,69	3,51	2,68	-1,52	-3,74
03	-0,06	0,00	0,00	0,00	-0,09	-0,14	-2,28	-2,79	-0,61	-0,69	-0,32	-0,94	-1,57	-1,16	-1,76
04	0,00	0,01	0,01	0,00	-0,09	-0,13	-0,53	-0,03	-0,08	-0,49	-0,37	-0,32	-0,34	-0,41	-2,17
05	-1,45	-5,14	-2,34	0,24	0,11	-0,06	0,32	-0,12	-0,08	0,29	0,41	0,26	0,24	0,14	0,19
06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07	-0,66	-0,46	-1,50	-0,97	-1,16	-0,53	-0,65	-5,51	-6,90	-5,61	-7,66	-3,92	-2,29	-2,38	-0,62
08	-0,01	0,00	-0,05	-0,01	0,00	0,00	0,00	-0,71	-1,22	-2,00	-1,90	-0,37	-0,20	-0,02	0,00
09	-0,56	-0,09	0,05	0,04	0,00	0,00	0,00	-0,22	-0,24	-0,54	-0,53	-0,21	-0,01	0,01	0,00
10	-3,12	-11,03	-12,33	-1,70	-1,27	-0,08	-0,03	-2,10	-1,54	-1,22	1,15	-2,40	-1,98	0,07	0,18
11	-0,06	0,22	0,15	-0,06	-0,21	-0,13	-0,05	-0,40	-0,16	-1,23	-4,17	-1,95	-4,31	-2,46	-2,64
12	0,70	5,00	7,83	2,65	2,53	2,03	3,49	6,46	5,31	10,81	9,97	9,16	4,45	5,21	6,66
13	-0,14	-1,38	-0,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00
14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00
15	0,95	4,39	0,15	0,20	-0,32	0,51	2,42	3,41	1,19	-0,31	1,32	1,37	0,61	0,57	-1,68
16	0,00	0,18	0,10	0,07	0,00	0,05	0,03	0,12	0,28	0,29	0,29	0,32	0,24	0,09	0,14
17	0,39	3,01	4,01	0,91	0,49	1,57	1,11	1,02	0,78	2,79	1,55	0,93	2,67	4,27	6,87
18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	0,01
19	0,00	0,20	0,06	0,01	0,00	-0,16	-1,67	-0,65	-1,76	-0,90	0,00	-0,03	0,00	-0,04	0,01
20	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	-1,12	-5,92	-4,26	-3,58	-4,94	-5,79	-4,08	-3,51	-2,77	-2,45
21	-0,03	-0,43	0,01	0,05	0,00	0,00	0,02	-0,01	-0,01	-0,06	-0,09	-0,05	-0,06	-0,02	-0,09
22	-0,13	0,28	0,50	0,32	0,06	0,08	0,07	0,01	0,01	-0,07	-0,61	0,02	0,14	0,12	0,23
23	11,98	15,49	8,18	14,64	3,94	9,32	7,35	2,24	2,89	4,55	5,64	4,26	3,13	1,94	1,54
24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	0,58	6,14	1,84	1,79	1,00	2,81	2,86	3,33	2,15	4,78	4,82	2,11	0,89	0,66	0,73
44	-1,09	-2,43	0,59	0,97	-0,34	1,07	1,89	2,10	0,77	0,42	-0,33	-1,70	-1,05	-1,05	-0,95
47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,45	-0,20	0,00	0,00	0,00	3,87	4,50	4,25
48	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,14	0,00	-0,01	-0,01	-0,04	-0,08	-0,06	-0,07	0,02	0,28	0,01
52	0,00	0,00	-0,52	0,19	0,33	0,54	1,07	0,46	-0,50	-2,72	-2,66	-5,91	-3,57	-5,89	-4,65
53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,05	-0,02	-0,01	-0,07	-0,16	-0,10

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

A análise dos resultados da CSC, apresentada na Tabela 14, mostra que os capítulos que mais contribuíram para o saldo comercial do estado foram: O capítulo 12 - Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; O capítulo 17 – Açúcares e produtos de confeitaria; o capítulo 23 - Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares e capítulo 41 – Peles, exceto a peleteria e couros. Estes capítulos apresentaram índices positivos nos 15 anos da análise.

Os valores do índice para os capítulos 12 e 17 mostraram uma tendência de crescimento ao longo do período, sendo que o capítulo 12 apresentou seu melhor desempenho no ano de 2006 e o pior em 1997. Apresentou, também, uma evolução mais acentuada nos valores do que o capítulo 17 até o ano de 2010, já que, em 2011, este capítulo teve seu melhor resultado. O capítulo 23 também apresentou trajetória descendente ao longo da série e seus melhores resultados ocorreram nos primeiros anos da série analisada. O capítulo 41 mostrou crescimento ao longo do período, porém, apesar dos resultados positivos, finaliza a série com uma tendência de baixa.

Outros capítulos como o 05 - Outros produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos em outros capítulos; 16 – Preparações de carne, de peixes; 15 – Gorduras e óleos animais ou vegetais e 22 - Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, apresentaram índices positivos em quase todo o período. Os demais capítulos apresentaram valores positivos esporádicos ou apresentaram valores muito baixos que não foram captados pelo número de casas decimais. Tais valores foram considerados como não contribuintes ao saldo comercial, como, por exemplo, os valores 0,00 (zero).

De acordo com Costa et. al. (2010), valores positivos indicam que o estado apresenta vantagens comparativas no setor e que os produtos mais exportados são aqueles que mais contribuem para o saldo comercial, por sua vez, também possuem maiores vantagens comparativas. No entanto, não foi o que se observou na análise conjunta, uma vez que o capítulo 02 - Carnes e miudezas, comestíveis, que possui maiores exportações em 2011 e, de acordo com o índice de VCR possui vantagens comparativas ao longo da análise, somente apresentou índices positivos de CSC nos anos de 1997, 1999 e 2005, sendo que, nos demais anos, apresentou altos índices negativos. O comportamento do capítulo 02 pode ser explicado ao se observar os principais produtos exportados e importados pelo estado em 2011, Quadro 1 e Quadro 2. Percebe-se que o produto – carnes desossadas de bovinos aparece como o quinto produto mais exportado pelo estado, ao mesmo tempo, é o oitavo produto mais importado. Já o capítulo 05 - Outros produtos de origem animal, que de acordo com o índice de VCR também possui vantagens comparativas em todo o período, somente apresenta uma sequência

positiva de índice de CSC nos últimos seis anos da análise. O capítulo 10 também apresenta bom desempenho do ponto de vista dos índices de VCR, no entanto, não possui resultados positivos para índices de CSC.

Os capítulos 16, 17 e 22 apresentam índices de CSC positivos relevantes, no entanto, não possuem indicadores de VCR que os posicionem com vantagens comparativas, uma exceção seria o capítulo 22 no triênio 1998, 1999 e 2000, quando a combinação VCR e CSC é positiva.

A participação positiva e destacada do capítulo 17 na contribuição para o saldo comercial é o resultado das políticas de inserção da cultura da cana-de-açúcar no estado, principalmente na última década, quando a área plantada aumentou em cerca de 300%, passando de 99,6 mil hectares em 2001, para 399,4 mil hectares em 2010. Esta expansão coloca o estado na quinta posição no cenário nacional por área plantada, ficando atrás de São Paulo (5,1 milhões de hectares), Minas Gerais (746,5 mil hectares), Paraná (625,9 mil hectares) e Goiás (578,7 mil hectares) (IBGE, 2012c).

De acordo com a BIOSUL (2012), o estado conta com 24 unidades processadoras de cana-de-açúcar, que foram responsáveis pelo processamento das 34,8 milhões de toneladas produzidas em 2010, que representaram uma produtividade de 87,1 toneladas por hectare.

O resultado da safra 2010/2011 gerou uma produção de 1,3 milhão de toneladas de açúcar e 1,8 bilhão de metros cúbicos de etanol total (anidro e hidratado), colocando o estado como sétimo produtor nacional de açúcar e o quarto em produção de etanol total.

Em relação às exportações de açúcar, o estado, em 2011, ocupou a quinta posição no *ranking* nacional com volume de 1,3 milhão de toneladas. Já as exportações de etanol alcançaram, em 2011, o volume de 9,9 milhões de litros, colocando o estado na sexta posição entre os exportadores (UNICA, 2012).

Os capítulos 12, 15, 23 e 41 confirmaram a expectativa com resultados satisfatórios em termos de indicadores de VCR e CSC, indicando que estes capítulos são, por este critério, aqueles que possuem maior competitividade nas exportações do estado.

Tais resultados podem estar associados à forma pela qual a análise dos indicadores foi realizada. Como se trata de índices agregados, pois tem-se por objetivo a análise dos segmentos mais representativos no comércio exterior do estado, os capítulos contêm um agrupamento de mercadorias, em que um determinado capítulo que apresente vantagens comparativas em uma mercadoria, por exemplo, pode também conter um segmento no qual o estado é importador.

5.2.6 Índice de Comércio Intraindústria: Índice de Grubel - Lloyd (IGL)

O índice agregado de comércio intraindústria, ou seja, calculado para toda a economia e não somente por um determinado segmento, demonstra que o estado apresenta o tipo de comércio intraindustrial, quando calculado para as exportações e importações totais, enquanto que o agronegócio apresenta o tipo de comércio interindustrial. Na Tabela 15, são apresentados os resultados do cálculo do índice de Grubel - Lloyd para Brasil e Mato Grosso do Sul em termos agregados e para os segmentos do agronegócio.

Tabela 15 – Índice agregado do comércio – Brasil e Mato Grosso do Sul

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total BR	0,94	0,94	0,99	0,99	0,98	0,88	0,80	0,79	0,77	0,80	0,86	0,93	0,91	0,95	0,94
Agro BR	0,54	0,56	0,45	0,46	0,35	0,31	0,27	0,22	0,20	0,23	0,24	0,26	0,25	0,27	0,28
Total MS	0,48	0,95	0,42	0,77	0,75	0,95	0,99	0,91	0,91	0,74	0,74	0,73	0,84	0,93	0,93
Agro MS	0,12	0,28	0,19	0,21	0,09	0,19	0,22	0,20	0,14	0,21	0,25	0,20	0,16	0,16	0,18

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

É possível observar (Tabela 15) que o tipo de comércio praticado pelo Brasil, quando medido pelas exportações e importações totais, é predominantemente intraindustrial, já, para o agronegócio brasileiro, observa-se comércio do tipo interindustrial ao longo do período analisado, com exceção dos anos de 1997 e 1998, quando, nestes dois anos, o comércio foi intraindustrial. O estado, somente em dois anos (1997 e 1999), apresentou o tipo de comércio interindustrial quando avaliadas as exportações e importações totais. No caso do agronegócio do estado, em todo o período os indicadores apontam para comércio do tipo interindustrial.

O resultado é esperado quando se considera que o comércio interindustrial pode ser caracterizado como aquele do tipo Hecksher-Ohlin, ou seja, do uso intensivo do fator abundante, como ocorre no caso de *commodities*.

Como mostra o índice agregado, o tipo de comércio predominante no estado em relação ao agronegócio é o interindustrial. Ao desagregar o comércio por capítulos (Tabela 16) se percebe que a incidência de comércio do tipo intraindustrial realmente é baixa, uma vez que, em todo o período analisado, o número máximo de períodos em que um capítulo apresentou o tipo de comércio intraindustrial foi de seis anos, e, na maioria das vezes, em anos alternados. As únicas exceções, neste caso, foram os capítulos 44 e 52. No caso do capítulo 44-Madeira, carvão vegetal e obras de madeira, a análise mostrou que o tipo de comércio predominante foi intraindustrial nos dois primeiros anos e nos quatro últimos. O capítulo 52-Algodão apresentou comércio intraindustrial nos últimos seis anos da análise. Ambos com tendência de aproximação dos valores dos índices a unidade. Esses dois fatores

podem indicar uma tendência para consolidação futura de comércio intraindustrial para esses dois capítulos.

Outro fator, além da exportação intensiva de *commodities* (64,7% do total exportado em 2010), para explicar a ocorrência do comércio do tipo interindustrial, pode ser o fato de o estado ter uma baixa exportação de produtos manufaturados em suas exportações, onde predominam os semimanufaturados, que, em 2010, corresponderam a 82% dos produtos industrializados exportados.

Tabela 16 - Índice de Comércio Intraindústria (IGL) do agronegócio sul-mato-grossense, por capítulos, de 1997 a 2011

Capítulo	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
01	0,10	0,04	0,00	0,01	0,38	0,00	0,00	0,00	0,00	#	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02	0,09	0,16	0,11	0,40	0,15	0,33	0,34	0,23	0,10	0,28	0,27	0,15	0,13	0,18	0,25
03	0,98	0,00	0,00	0,00	0,12	0,21	0,01	0,03	0,56	0,87	0,96	0,41	0,26	0,16	0,05
04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,26	0,00	0,02	0,36	0,01	0,01	0,16	0,07	0,67	0,67	0,21
05	0,59	0,96	0,65	0,14	0,04	0,22	0,03	0,26	0,19	0,00	0,05	0,07	0,07	0,07	0,06
06	0,00	0,05	#	0,00	#	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08	0,00	#	0,17	0,65	0,00	#	0,19	0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,13	0,00
09	0,64	0,66	0,00	0,00	#	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,38	0,05	0,16
10	0,67	0,09	0,01	0,16	0,52	0,23	0,22	0,64	0,27	0,32	0,21	0,52	0,47	0,15	0,16
11	0,22	0,11	0,00	0,32	0,27	0,17	0,60	0,28	0,31	0,14	0,08	0,09	0,17	0,27	0,17
12	0,10	0,09	0,01	0,05	0,02	0,07	0,08	0,01	0,02	0,01	0,04	0,02	0,03	0,02	0,01
13	0,00	0,00	0,00	#	#	#	#	#	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	#	#	#	#	#	#	0,00	0,00	#	#	#	#	0,00	0,00	0,00
15	0,00	0,00	0,04	0,13	0,35	0,06	0,04	0,02	0,03	0,28	0,07	0,01	0,04	0,03	0,40
16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,11	0,04	0,06	0,08	0,06	0,06	0,07	0,04
17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	#	0,48	0,00	#	0,00	#	#	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	0,11	0,00	0,00	0,17	0,27	0,54	0,09	0,41	0,05	0,22	0,27	0,49	0,19	0,48	0,00
20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	0,16	0,18
21	0,25	0,71	0,13	0,06	0,00	0,00	0,00	0,27	0,19	0,56	0,89	0,40	0,67	0,36	0,81
22	0,63	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,11	0,00	0,81	0,34	0,17	0,00	0,00	0,00
23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
24	#	0,00	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	0,00	#	#
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,01
44	0,88	0,89	0,12	0,13	0,15	0,09	0,05	0,03	0,04	0,15	0,31	0,64	0,79	0,98	0,94
47	#	#	#	#	#	#	#	0,00	0,00	#	#	#	0,00	0,00	0,00
48	0,66	0,01	0,00	0,56	0,00	0,17	0,52	0,51	0,14	0,13	0,53	0,85	0,12	0,04	0,17
52	#	#	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,35	0,81	1,00	0,80	0,99	0,54	0,82
53	#	#	#	#	#	#	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

Nota: O símbolo # pode significar ausência de importações ou inexistência de comércio. (0,00) significa a inexistência de exportações.

5.3 PARCEIROS COMERCIAIS – EXPORTAÇÕES - DE MATO GROSSO DO SUL

Ao longo da análise, observou-se que o estado comercializa com mais de 180 nações ao redor do mundo, sendo os principais destinos, pela ordem, China, Países Baixos (Holanda), Rússia e Irã. Deste modo, serão apresentados a seguir, de forma resumida por país, os resultados dos indicadores de VCR, TC, CSC e IGL dos capítulos que se destacaram nas exportações do estado, em 2011, a cada um dos países citados como principal destino.

5.3.1 República Popular da China

A China é o quarto maior mercado importador de produtos agrícolas do mundo, com aquisições de US\$ 52,2 bilhões em 2010, ficando atrás somente da União Europeia (US\$ 135 bilhões), Estados Unidos (US\$ 93,5 bilhões) e Japão (US\$ 61,2 bilhões). É também a principal importadora de soja em grão do Brasil, por conseguinte, o principal importador de produtos do complexo soja do estado, principalmente soja em grão, capítulo 12 (US\$ 532,1 milhões). Além dos produtos do complexo soja, também são relevantes para o estado as exportações de gordura vegetal e animal, capítulo 15, com valor de US\$ 48,3 milhões; açúcar em bruto - capítulo 17 (US\$ 54,7 milhões) e pasta química de madeira - capítulo 47, no valor de US\$ 68,4 milhões (MAPA, 2011).

O quadro 4 apresenta os principais capítulos exportados pelo Mato Grosso do Sul para a China, em 2011, e os resultados dos indicadores de VCR, TC, CSC e IGL:

	Descrição	VCR	TC	CSC	IGL
Capítulo 12	Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens.	1,04	7.200,58	13,63	0,00
Capítulo 15	Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal.	1,25	#	1,24	0,00
Capítulo 17	Açúcares e produtos de confeitaria.	0,96	#	1,40	0,00
Capítulo 47	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão de reciclar (desperdícios e aparas).	1,13	#	1,76	0,00

Quadro 4 - Resultados dos indicadores de VCR, TC, CSC e IGL para os principais capítulos das exportações para o mercado chinês

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

Nota: Para TC e IGL - o símbolo # pode significar ausência de importações ou inexistência de comércio.

A análise dos resultados dos indicadores (Quadro 4) mostra que, em 2011, somente o capítulo 17 não alcançou VCR superior à unidade, porém os valores de CSC indicam que este

capítulo e os demais contribuem positivamente para o saldo comercial do estado. O capítulo 12, por sua vez, é o único que possui VCR e TC superior à unidade, tornando-se, assim, um segmento forte da economia do estado. É possível observar também que nestes segmentos não ocorrem importações por parte do estado e, quando ocorre, os valores são baixos, como pode ser observado pelo resultado do índice de TC. A baixa incidência de importações influencia para a existência de comércio do tipo interindustrial (índice IGL), aliás, uma característica do comércio do agronegócio do estado.

5.3.2 Países Baixos (Holanda)

No período analisado, os Países Baixos ocuparam o primeiro lugar entre os importadores de produtos do agronegócio sul-mato-grossense de 1997 até 2002, quando foram superados primeiramente pela Rússia, e, em 2005, pela China. Consolidados como o segundo maior importador de produtos do agronegócio do estado, as exportações para os Países Baixos estão concentradas principalmente em produtos dos capítulos 02 - Carnes e miudezas, comestíveis. – (US\$ 52,5 milhões), 12 - Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens. - (US\$ 22,5 milhões), 23 - Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais. – (US\$ 38,7 milhões) e 47 - Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão de reciclar (desperdícios e aparas). - (US\$ 117,6 milhões) (MAPA, 2011).

O quadro 5 apresenta os principais capítulos exportados pelo Mato Grosso do Sul para os Países Baixos, em 2011, e os resultados dos indicadores de VCR, TC, CSC e IGL:

	Descrição	VCR	TC	CSC	IGL
Capítulo 02	Carnes e miudezas, comestíveis.	1,85	#	1,87	0,00
Capítulo 12	Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens.	0,83	#	0,80	0,00
Capítulo 23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais.	0,62	#	1,38	0,00
Capítulo 47	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão de reciclar (desperdícios e aparas).	3,00	#	4,19	0,00

Quadro 5 - Resultados dos indicadores de VCR, TC, CSC e IGL para os principais capítulos das exportações para os Países Baixos

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

Nota: Para TC e IGL - o símbolo # pode significar ausência de importações ou inexistência de comércio.

Os resultados (Quadro 5) mostram que os capítulos 02 e 47 possuem índices de VCR superiores à unidade, indicando que os dois capítulos apresentam vantagem competitiva, além de contribuírem fortemente para o saldo comercial do estado. O capítulo 23, mesmo sem apresentar índice satisfatório de VCR, possui participação relevante em relação à contribuição para o saldo comercial. Somente o capítulo 12 não apresenta resultados satisfatórios de competitividade para este mercado importador. A ausência de importações pelo setor não permitiu o cálculo dos índices de TC e IGL. O comércio entre o estado e os Países Baixos, em relação ao agronegócio, pode ser caracterizado como do tipo interindustrial.

5.3.3 Federação da Rússia

De acordo com MAPA (2011), a Rússia é o quinto maior mercado importador de produtos agrícolas do mundo, com aquisições de US\$ 28,8 bilhões em 2010 e o terceiro maior mercado importador do estado com valor de US\$ 173,7 milhões. As vendas de produtos agrícolas do estado para a Rússia estão concentradas em dois segmentos: capítulo 17 - Açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 120,8 milhões) e capítulo 02 - Carnes e miudezas, comestíveis (US\$ 52,9 milhões) que representaram, em 2011, a totalidade (100%) das exportações para a Rússia.

O quadro 6 apresenta os principais capítulos exportados pelo Mato Grosso do Sul para a Rússia, em 2011, e os resultados dos indicadores de VCR, TC, CSC e IGL:

Descrição		VCR	TC	CSC	IGL
Capítulo 02	Carnes e miudezas, comestíveis.	0,79	#	0,00	0,00
Capítulo 17	Açúcares e produtos de confeitaria.	1,50	#	0,01	0,00

Quadro 6 - Resultados dos indicadores de VCR, TC, CSC e IGL para os principais capítulos das exportações para a Rússia

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

Nota: Para TC e IGL - o símbolo # pode significar ausência de importações ou inexistência de comércio.

Dos capítulos exportados (Quadro 6), apenas o capítulo 17 apresentou VCR superior à unidade em 2011; este capítulo também apresentou CSC positivo, porém com valor muito baixo, indicando que o volume exportado é baixo em relação às exportações totais do estado. Por não existirem importações no setor do agronegócio por parte do estado, não foi possível determinar os resultados de TC e IGL, caracterizando, deste modo, o tipo de comércio interindustrial.

5.3.4 República Islâmica do Irã

Em 2011, o Irã foi o quarto colocado no *ranking* dos principais importadores de produtos agrícolas do Mato Grosso do Sul, com o total de US\$ 152,1 milhões. A pauta de exportações de produtos agrícolas para o mercado iraniano foi constituída de apenas 6 capítulos em 2011, sendo que os mais representativos foram: o capítulo 02 - Carnes e miudezas, comestíveis. - com valor de US\$ 100,8 milhões; o capítulo 10 – Cereais – no valor de US\$ 24,3 milhões e o capítulo 23 - Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais. – com valor de US\$ 19,3 milhões. Estes três capítulos foram responsáveis por 94,9% das exportações do estado para o Irã.

O quadro 7 apresenta os principais capítulos exportados pelo Mato Grosso do Sul para o Irã, em 2011, e os resultados dos indicadores de VCR, TC, CSC e IGL:

Descrição		VCR	TC	CSC	IGL
Capítulo 02	Carnes e miudezas, comestíveis.	1,83	#	0,00	0,00
Capítulo 10	Cereais	0,65	#	0,00	0,00
Capítulo 23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais.	1,72	#	0,00	0,00

Quadro 7 - Resultados dos indicadores de VCR, TC, CSC e IGL para os principais capítulos das exportações para o Irã

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pela SECEX/MDIC - Sistema ALICEWEB (2012).

Nota: Para TC e IGL - o símbolo # pode significar ausência de importações ou inexistência de comércio.

No Quadro 7, é possível visualizar o desempenho dos três principais capítulos da exportação do estado para o Irã. Observam-se condições semelhantes ao comércio realizado com a Rússia, ou seja, um comércio com ocorrência apenas de exportações, não permitindo, assim, a análise dos índices de TC e IGL. Do mesmo modo, observa-se que apesar, dos capítulos 02 e 23 possuírem valor de VCR superior à unidade, estes não contribuem de maneira significativa para o saldo comercial do estado.

6 CONCLUSÕES

O objetivo principal deste estudo foi identificar quais produtos da pauta de exportação do agronegócio de Mato Grosso do Sul possuem maior competitividade, assim como quais os principais parceiros comerciais e tipo de comércio predominante no estado.

As exportações do estado demonstram crescimento ao longo dos últimos quinze anos, com taxa média anual superior ao das exportações do país. Há forte predominância dos segmentos (Capítulos) do agronegócio nas exportações do estado, embora venha sendo reduzida, nos últimos anos, com o crescimento da participação de outros setores da economia.

Mesmo com a participação em queda, o agronegócio mantém-se como principal setor exportador do estado, sendo responsável, em média, por mais de 80% das exportações anuais. Como consequência disso, nos anos de pior desempenho do setor, as exportações totais foram pressionadas para baixo, por outro lado, nos períodos de melhor desempenho, o agronegócio alavanca as exportações totais do estado.

Em relação aos segmentos exportados, o estado possui baixo índice de concentração, mostrando que, dos trinta capítulos selecionados como do agronegócio, o estado possui comercialização em vinte e nove, sendo que o capítulo sem comercialização é o 24 - Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados, que não possui cultivo no estado.

Apesar da diversificação por segmentos, ainda há concentração de valores em relação aos quatro capítulos (02, 12, 17, 47) de maior exportação em 2011. Isso se observa ao longo dos quinze anos, porém observa-se uma tendência de distribuição mais uniforme dos valores entre os principais capítulos, nos últimos anos.

No que se refere aos destinos das exportações, tem-se uma diversificação nos últimos anos, pois os produtos vêm sendo comercializados com um maior número de países. Entretanto, ainda há concentração de valores em alguns poucos países, situação esta que vem reduzindo.

Em 1997, a Europa, principalmente os Países Baixos, era o principal mercado das exportações do estado, ao passo que, em 2011, a Ásia, principalmente a China, ocupa o posto de maior mercado importador de Mato Grosso do Sul. Esta mudança de rumo das exportações foi impulsionada principalmente pela China, que, desde 2005, é o maior importador do setor do agronegócio do estado.

Os Estados Unidos são o terceiro maior importador de produtos do agronegócio brasileiro. Porém, não figuram como um dos principais destinos das mercadorias do estado,

até porque, dos principais produtos importados pelos norte-americanos, apenas um é produzido no estado - Pasta de madeira celulósica. Dentre os produtos exportados pelo estado para os EUA estão: a carne bovina, filés de peixes, álcool etílico, couros e pasta de madeira, porém em valores poucos expressivos. O fortalecimento desse comércio pode ser uma alternativa de desconcentração de valores por países, uma vez que o estado tem condições de competitividade principalmente no setor de celulose e carnes. Os norte-americanos são grandes consumidores de carne suína, outro potencial que poderia ser explorado pelo estado.

Os segmentos predominantes nas exportações do estado são: carne, principalmente carnes desossadas de bovinos e pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas; complexo Soja com destaque para a soja em grão e do complexo sucroalcooleiro onde se destaca a exportação de açúcar de cana em bruto. A partir de 2009, o segmento de celulose (silvicultura de eucalipto) apresenta uma forte inserção no comércio exterior do estado, tornando-se a quarta força exportadora, com destaque para Pasta química de madeira não conífera, a soda/sulfato, semibranqueada.

No que concerne à vantagem competitiva, os índices de VCR indicam que o capítulo 02 – Carnes e miudezas comestíveis – e o capítulo 05 – Outros produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos em outros capítulos - são os que possuem melhores vantagens nas exportações do estado. Da mesma forma, o bom desempenho do capítulo 47- Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão de reciclar (desperdícios e aparas), cuja comercialização começou em 2009, tem o melhor desempenho de VCR nos últimos três anos e superou os resultados dos capítulos 02 e 05, mostrando grande potencial de competitividade. Estes três capítulos demonstram bons índices de TC, corroborando o perfil competitivo dos mesmos.

Em relação à TC, além dos capítulos 02 e 05, se destacam o capítulo 12 - Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens. – e o capítulo 23 - Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais. – sendo que este último possui os melhores resultados e forte tendência de crescimento.

Apesar do desempenho dos capítulos em VCR e TC, somente são considerados pontos fortes de uma economia os segmentos que possuem simultaneamente VCR e TC superiores à unidade, sendo assim, somente os capítulos 02 e 05 atendem a essa simultaneidade. Deste modo, estes capítulos, são considerados pontos fortes da economia de Mato Grosso do Sul.

Os segmentos que mais contribuem para o saldo comercial do estado são os capítulos 12 e 17 - Açúcares e produtos de confeitaria. – o capítulo 23 e o 41 - Peles, exceto a peleteria

(peles com pelo), e couros, sendo que os melhores resultados são alcançados pelos capítulos 12 e 17. Na contribuição para o saldo, também os capítulos 15 - Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal. – e 47 mostram bom desempenho.

A incorporação dos resultados de CSC aos de VCR e TC é usada para definir os capítulos 12, 15 e 23 como pontos fortes da economia do estado. No entanto, ainda não é suficiente para a determinação do capítulo 17, uma vez, que este não possui destaque em VCR ou TC.

Os segmentos representados pelos capítulos 16 - Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos -, 17, 21- Preparações alimentícias diversas e 22 - Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres apresentam resultados favoráveis em termos de taxa de cobertura e/ou contribuição para o saldo, entretanto não possuem vantagens competitivas no mercado externo, o que sinaliza a necessidade de investimentos que propiciem ganhos de competitividade.

Estes segmentos representam setores de produtos industrializados, o que pode significar que a baixa competitividade está relacionada à oferta, ou seja, deficiência de produção ou, até mesmo, relacionadas ao câmbio e barreiras tarifárias e não tarifárias.

Deste grupo, o capítulo 17 é aquele que mais se destaca, ele foi justamente um dos setores que mais receberam investimentos nos últimos anos no estado. O aumento da capacidade produtiva começa a fazer efeito na oferta e impulsiona o segmento para o alcance de competitividade no comércio internacional.

O segmento de cereais, capítulo 10, representado principalmente pelo milho, é outro setor de destaque na economia do estado, principalmente pelo bom desempenho de produtividade do milho safrinha. Este segmento nos últimos anos tem demonstrado vantagens competitivas apesar de uma tendência de queda nesta vantagem, uma vez que a cultura sofre grande concorrência da soja, por esta ter alcançado nos últimos anos preços recordes no mercado internacional.

O tipo de comércio predominante, no agronegócio de Mato Grosso do Sul é o interindustrial. Este resultado era esperado devido ao uso intensivo de um fator abundante, as *commodities* agrícolas, característica predominante no agronegócio nacional.

As relações comerciais do agronegócio apresentam reduzidas importações dentro do setor, em média 10% ao ano, em relação ao total exportado. Isso evidencia a característica unilateral do comércio internacional do agronegócio do estado, ou seja, um comércio de uma única via (exportações).

A participação do agronegócio nas exportações do estado pode ser dividida em três momentos: primeiro, de 1997 a 2004, com o segmento carne e complexo soja, principalmente, bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja; segundo, a partir de 2005, ocorre o crescimento acentuado da participação do setor sucroalcooleiro com as exportações de açúcar, consolidando-se junto aos segmentos carne e soja como os principais exportadores e, terceiro, em 2009, um novo segmento entra em cena, a indústria da celulose, que rapidamente se torna um dos expoentes das exportações do agronegócio do estado.

Desta forma, o Mato Grosso do Sul é privilegiado em fatores que favorecem o desenvolvimento do agronegócio, propiciando bons desempenhos de produção e produtividade. Entretanto, há indícios de falta de estrutura, principalmente armazenamento e transporte que podem aumentar os custos, pressionando para baixo as margens de comercialização e limitar o alcance de melhor desempenho do setor, aspecto que carece de maior aprofundamento e não foi contemplado nesse estudo.

O comércio internacional do agronegócio no estado tem por base a exportação de *commodities* e produtos com o uso intenso de recursos abundantes localmente, possibilitando, com isso, a especialização da economia na produção de determinados bens. Esta favorece o estado com um ganho de eficiência produtiva em larga escala, determinante para a competitividade destes produtos no mercado internacional.

Para manter a competitividade no mercado internacional, é fundamental que o setor produtivo mantenha sua capacidade de inovação e adaptação às condicionantes políticas e econômicas dos parceiros comerciais do estado. Em vista disso, há necessidade de políticas internas que permitam agilidade nos processos comerciais por possuírem papel determinante na conquista de novos mercados ou na expansão dos existentes.

Como sugestão para novos trabalhos, destaca-se a necessidade de aprofundar a relação dos principais capítulos das exportações do agronegócio frente à situação da infraestrutura de armazenamento, produção e escoamento da produção estado, quer seja, *commodities* ou produtos industrializados, acabados ou não.

Outra sugestão é o estudo das políticas de comercialização e acordos comerciais existentes entre o estado e seus parceiros comerciais, que objetivem o desenvolvimento de programas de fomento às exportações, ou ainda, a alavancagem de setores menos produtivos, porém com potencial de exportação como, por exemplo, milho, couro e carne suína.

Este estudo sobre a pauta de exportação do agronegócio de Mato Grosso do Sul foi relevante para identificar os principais segmentos que compõem esta pauta, bem como influenciar novos estudos a respeito desse comércio.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis**: 2012. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. - Rio de Janeiro: ANP, 2008-. v.: gráf., tab. + CD-ROM. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=61346&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1351184923256>>. Acesso em: out. 2012.
- ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2003. 147p.
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE BIONERGIA DE MATO GROSSO DO SUL – BIOSUL. Disponível em: <<http://www.biosulms.com.br/associados.php>>. Acesso em: jan. 2013.
- BALASSA, B. **Trade liberalization and revealed comparative advantage**. Washington: World Bank, 1965.
- CALLADO, A. A. C.; MORAES FILHO, R. A. Gestão empresarial do agronegócio. In CALLADO, A. A. C. (org.). **Agronegócio**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 20-29.
- CALDARELLI, C. E.; CÂMARA, M. R. G.; SEREIA, V. J. O complexo agroindustrial da soja no Brasil e no Paraná: exportações e competitividade no período 1990 a 2007. **Organizações Rurais e Agroindustriais**. V.1. Nº 1. 2009. Disponível em: <<http://200.131.250.22/revistadae/index.php/ora/article/view/64>>. Acesso em: abr. 2012.
- CALDARELLI, C. E.; MIRANDA, S. H. G. Restrições comerciais e comércio intraindustrial: uma análise usando modelo LOGIT. In: XLVII congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. **Anais...** 2009. p. 1-19.
- CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. **Economia internacional**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA/ ESALQ/ USP. 2012. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso em: fev. 2013.
- CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CIESP. **Manual de classificação de mercadorias- 2007**. Versão digital. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/ciesp/conteudo/manual-classificacao_de_mercadorias.pdf>. Acesso em: jun. 2012.
- COSTA, L. V.; GOMES, M. F. M.; DOS SANTOS, V. F.; PROFETA, G. A. **Competitividade e Padrão de Especialização do Fluxo Industrial de Comércio Exterior do Paraná**, 1996 a 2008. 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/1191.pdf>>. Acesso em: fev. 2012.

COUTINHO, E. S.; LANA-PEIXOTO, F. V; RIBEIRO FILHO, P. Z.; AMARAL, H. F. De Smith a Porter um ensaio sobre as teorias de comércio exterior. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 101-113, out./dez. 2005.

DAVIS, J. H., GOLDBERG. R. A. **A concept of agribusiness**. Division of research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.

FARINA, E. M. M. Q. **Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais**: um ensaio conceitual. 1999, vol.6, n.3, pp. 147-161. Gest. Prod. [online]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-530X1999000300002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: abr. 2012.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – FAMASUL. **Informativo da produção agrícola de Mato Grosso do Sul-2011**.pdf. Disponível em: <<http://www.famasul.com.br/informativos/szo7tp8we7a6ra6do.pdf>>. Acesso em: dez. 2012.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – FIEMS. **Boletim Radar Industrial** – Dez.2011. Disponível em: <<http://www.fiems.org.br/novo/imgs/9f0d23a09cf69f1d09073cb2f9db7be1.pdf>>. Acesso em: fev. 2012.

FERRAZ, J. C.; HAGUENAUER, L.; KUPFER, D. **Made in Brazil**: desafios competitivos para a indústria. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

GABINETE DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - GPEARI. **BMEP-Boletim Mensal de Economia Portuguesa**. N.º 12. Dezembro, 2010. Disponível em: <<http://www.gpeari.min-financas.pt/analise-economica/publicacoes/ficheiros-do-bmep/2010/dezembro-de-2010/bmep-dezembro2010>>. Acesso em: jun. 2012.

GRUBEL, H.; LLOYD, P. **Intra-industry trade**: the theory and the measurement of international trade in differentiated products. London: Macmillan, 1975.

HAGUENAUER, L. Competitividade. Uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro, **Pensamiento ibero-americano**, n. 17. Madrid: Cepal/Instituto de Cooperación Iberoamericano/Sociedad Estatal Quinto Centenario, 1990.

HAGUENAUER, L., FERRAZ, J. C., KUPFER, D. S. Competição e internacionalização na indústria brasileira. In: **O Brasil e a economia global**. Renato Baumann (org). Campus, Rio de Janeiro. 1996.

HIDALGO, A. B. Mudanças na estrutura do comércio internacional brasileiro: comércio interindústria x comércio intraindústria. **Análise Econômica**, vol. 11, p.55-68, set 1993.

HIDALGO, A. B. Especialização e competitividade do nordeste no mercado internacional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 29, p. 491-515, jul.1998. Número especial.

HIDALGO, A. B.; MATA, D. F. P. G. A especialização do nordeste brasileiro e do estado do Pernambuco no comércio exterior. Recife: PIMES/ Departamento de Economia, 2003.32p. **Texto para discussão, nº 465.**

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. Trad. José Ricardo Brandão de Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro. 2ª ed. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Contas regionais do Brasil 2005-2009**. 2012a - Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2009/tabelas_pdf/tab01.pdf>. Acesso em: jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Industrial – Empresa**. 2012b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfagro_nova/agrocomede_z2011.pdf>. Acesso em: jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema IBGE de recuperação automática – **SIDRA – Banco de dados agricultura**. 2012c - Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P>>. Acesso em: dez. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema IBGE de recuperação automática – **SIDRA – Banco de dados pecuária**. 2012d - Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?z=t&o=24&i=P>>. Acesso em: dez. 2012.

JANK, M. S.; NASSAR, A. M. Competitividade e globalização. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Coord.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.

JANK, M. S.; NASSAR, A. M.; TACHINARDI, M. H. Agronegócio e comércio exterior brasileiro. **REVISTA USP**, São Paulo, n.64, p. 14-27, dezembro/fevereiro 2004-2005. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/revusp/n64/03.pdf>>. Acesso em: fev. 2012.

KENEN, P. B. **Economia internacional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

KRUGMAN, P. ; OBSTFELD, M. **Economia internacional** : teoria e prática. Trad. Eliezer Martins Diniz. Rev. Rogério Mori e Paulo Gala. 8ª ed. São Paulo : Prentice Hall, 2010.

LAFAY, G. Measure des avantages comparatifs reveles. **Économie perspective internationale**, Paris, n. 41, 1990.

LAURSEN, K. Revealed comparative advantage and the alternatives as measures of international specialization. **DRUID**, Dec. 1998. **DRUID Working Paper**, n. 98-30.

LOURENÇO, J. C. **Logística agroindustrial**: desafios para o Brasil na primeira década do século XXI. Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros/2010d/794/Agroindustria.htm>>. Acesso em: jun. 2012.

MARTINS, A. P.; SILVA, F. A.; GOMES, M. F. M.; ROSADO, P. L. Desempenho do comércio exterior em Minas Gerais: estrutura, vantagem comparativa e comércio intraindústria. **Revista de Economia e Agronegócio**, vol.8, Nº 2, 2010. Disponível em: < <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/95071/1/Artigo%204.pdf>>. Acesso em: dez. 2011

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. 2010a. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. 2010b. **Intercâmbio comercial do agronegócio**: principais mercados de destino / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. – Brasília: Mapa/ACS. Versão em formato digital. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/MapaPortalInternet/consultarpublicacao/editConsultarPublicacaoGrupo1.do?op=downloadArquivo&url=%2Finternacional%2Fpublicacoes&publicacao.arquivo.idArquivo=2950>>. Acesso em: jun. 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. 2011. **Intercâmbio comercial do agronegócio - 2011**. pdf. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/MAIS%20DESTAQUES/Agronegocio_2011.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. 2012a. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/internacional/indicadores-e-estatisticas/balanca-comercial>>. Acesso em: fev. 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. 2012b. **AgroStat**. Estatísticas do comércio exterior do agronegócio brasileiro. Disponível em: < <https://login.agricultura.gov.br/sso/pages/login.jsp>>. Acesso em: dez. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO - MDIC. 2011. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: fev. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. 2012a. **Fator Agregado**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=605>>. Acesso em: jun. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. 2012b. **Nomenclatura Comum do MERCOSUL**. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1090&refr=605>>. Acesso em: jun. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. 2012c. **Balança Comercial**: Unidades da Federação. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: jun. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. 2012d. **Metodologia de produção de estatísticas de comércio exterior**. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=605>>. Acesso em: jun. 2012.

MULLER, G. **A conceitualização de competitividade**: um exercício metodológico. 2006. Disponível em: <http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:s1FM7WPe9V0J:scholar.google.com/+A+CONCEITUALIZA%C3%87%C3%83O+DE+COMPETITIVIDADE:+UM+EXERC%C3%8DCIO+METODOL%C3%93GICO&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1.> Acesso em: abr. 2012.

OLIVEIRA, I. T. M. Livre comércio *versus* protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional. **Revista Urutágua**. Departamento de ciências sociais, Universidade Estadual de Maringá. Nº 11, Dez/Jan/Fev/Mar. 2007. Disponível em: <www.urutagua.uem.br/011/11/oliveira.htm>. Acesso em: jan. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO – OMC. 2012. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact4_e.htm>. Acesso em: jun. 2012.

PARRÉ, J. L.; ALVES, A. F.; PEREIRA, M. F.; SILVEIRA, J. S. T. **Desempenho do setor agroindustrial da região sul do Brasil**. Disponível em: <www.pensaconference.org/siteantigo/arquivos_2001/41.pdf>. Acesso em: mai. 2012.

PINHEIRO, A. C.; MOREIRA, A. R. B.; HORTA, M. E. **Indicadores de competitividade das exportações**: resultados setoriais para o período 1980/88. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise da indústria e concorrência. Trad. Elizabeth Maria de Pinho Braga; Rev. Jorge A. Garcia Gomez. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1986.

PORTER, M. E. **Competição = On competition**: estratégias competitivas essenciais. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

ROCHA, L. E. V.; LEITE, W. T. A. Transformações recentes do agronegócio mineiro: uma análise de indicadores de comércio exterior no período de 1996 a 2006. **Revista Economia Aplicada**, Volume 5, Nº. 3, 2007. Disponível em: <http://www.economiaaplicada.ufv.br/revista/pdf/2007/vol5_n3/6_artigo.pdf>. Acesso em: dez. 2011.

SECRETARIA DE ESTADO, DE MEIO AMBIENTE, DE PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC. **Contas Regionais/Relatórios do PIB/Produto Interno Bruto 2002/2010**. Disponível em: < <http://www.semac.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=&show=2878>>. Acesso em: nov. 2012.

SEREIA, V. J.; CAMARA, M. R. G. DA.; ANHESINI, J. A. R. Competitividade do complexo cafeeiro: uma análise a partir do *market-share* e das vantagens comparativas reveladas simétricas. 49º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia e Rural-SOBER. **Anais...** Belo Horizonte, 2011.

SILVA, J. L. M.; MONTALVÁN, D. B. V. Exportações do Rio Grande do Norte: estrutura, vantagens comparativas e comércio intraindustrial. **Revista de Economia e Sociologia Rural** Vol.46 n°. 2. Brasília Abr/Jun 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032008000200010>>. Acesso em: nov. 2011.

SISTEMA DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR – ALICEWEB2. Disponível em: < <http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: Fev. 2013.

SOUZA, S.; BONJOUR, S. **Transformações do agronegócio de Mato Grosso:** uma análise de indicadores de comércio exterior no período de 1997 a 2007. 1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde/15º Congresso da APDR. Disponível em: < <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2038/119A.pdf>>. Acesso em: fev. 2012.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR – UNICA. UNICADATA - **Dados de Produção e Comercialização-2012**. Disponível em: <<http://www.unicadata.com.br/>>. Acesso em: jan. 2013.

XAVIER, C. L. **Padrões de especialização e saldos comerciais no Brasil**. 2000. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200103253.pdf>>. Acesso em: fev. 2012.